

idn cadernos

AS CONSEQUÊNCIAS ESTRATÉGICAS DA GUERRA RUSSO-UCRANIANA

CARLOS GASPAR

As Consequências Estratégicas
da Guerra Russo-Ucraniana

Carlos Gaspar

Outubro de 2023

Instituto da Defesa Nacional

Os Cadernos do IDN resultam do trabalho de investigação residente e não residente promovido pelo Instituto da Defesa Nacional. Os temas abordados contribuem para o enriquecimento do debate sobre questões nacionais e internacionais. As opiniões livremente expressas nas publicações do Instituto da Defesa Nacional vinculam apenas os seus autores, não podendo ser vistas como refletindo uma posição oficial do Instituto da Defesa Nacional ou do Ministério da Defesa Nacional de Portugal.

Diretora

Isabel Ferreira Nunes

Editor

Luís Cunha

Núcleo de Edições

António Baranita

Capa

Nuno Fonseca/nfdesign

Propriedade, Edição e Design Gráfico

Instituto da Defesa Nacional

Calçada das Necessidades, 5, 1399-017 Lisboa

Tel.: 21 392 46 00 Fax.: 21 392 46 58 E-mail: idn.publicacoes@defesa.pt www.idn.gov.pt

Composição, Impressão e Distribuição

Rainho & Neves, Lda.

R. Do Souto, 8 – 4520-612, São João de Ver

Tel.: 256371470 E-mail: geral@rainhoeneves.pt Website: www.rainhoeneves.pt

ISSN 1647-9068

ISBN: 978-972-27-1994-0

Depósito Legal 344513/12

© Instituto da Defesa Nacional, 2023

Índice

Sobre o autor	5
Acrónimos	6
Introdução	8
I. O regresso da normalidade.....	10
O fim da hegemonia dos Estados Unidos	11
O desafio sistémico da China.....	16
A aceleração do declínio da Rússia.....	20
II. A balança dos extremos.....	25
A ascensão da Índia e a balança asiática	28
Os dilemas da Turquia e o Médio Oriente.....	32
As desventuras do Brasil e a América do Sul.....	36
A Alemanha e a teoria da equidistância	40
III. A tradução dos mitos	43
O <i>pivot</i> euroasiático.....	44
A invenção do Indo-Pacífico.....	47
O império celeste	52
<i>Envoi</i>	60
Referências Bibliográficas.....	63

Sobre o autor

Carlos Gaspar é Assessor do Instituto da Defesa Nacional (IDN). Investigador do Instituto Português de Relações Internacionais da Universidade Nova de Lisboa (IPRI-NOVA). Professor Catedrático Convidado da Universidade Autónoma de Lisboa (UAL). Assessor do Conselho de Administração da Fundação Oriente. Membro do European Council on Foreign Relations (ECFR). Membro da Associação Portuguesa de Ciência Política (APCP). Autor de *O Pós-Guerra Fria* (2016); *A Balança da Europa* (2017); *Raymond Aron e a Guerra Fria* (2018); *O Regresso da Anarquia* (2019); *O Mundo de Amanhã* (2020); *O Fim da Europa* (2022).

Acrónimos

AfD – Alternative für Deutschland
AKP – Partido da Justiça e do Desenvolvimento
APEC – Fórum Económico da Ásia-Pacífico
ARF – Fórum Regional da Associação das Nações da Ásia do Sudeste
ASEAN – Associação das Nações do Sudeste Asiático
AUKUS – Acordo entre a Austrália, o Reino Unido e os Estados Unidos
BRI – Iniciativa das Rotas da Seda
BRICS – Fórum Brasil-Rússia-Índia-China-África do Sul
CASCF – Fórum China-Estados Árabes
CCF – Fórum China-CELAC
CELAC – Comunidade dos Estados Latino-Americanos e das Caraíbas
COMECON – Conselho para a Assistência Económica Mútua
CPE – Comunidade Política Europeia
CPEC – Corredor Económico China-Paquistão (CPEC)
CSCE – Conferência de Segurança e Cooperação Europeia
CSTO – Organização do Tratado de Segurança Coletiva
DPP – Partido Democrático Progressista
EAU – Emirados Árabes Unidos
EEU – União Económica Euroasiática
EPL – Exército Popular de Libertação
FMI – Fundo Monetário Internacional
FOCAC – Fórum China-África
FOIP – Free and Open Indo-Pacific
GCC – Conselho de Cooperação do Golfo Pérsico
G7 – Grupo dos Sete
G20 – Grupo dos Vinte
IBSA – Fórum Índia-Brasil-África do Sul
IORA – Associação da Orla do Oceano Índico
LAC – Line of Actual Control
Mercosul – Mercado Comum da América do Sul
MNNA – Major Non-NATO Allies
NATO – Organização do Tratado do Atlântico Norte
NBD – Novo Banco de Desenvolvimento
NSS – Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos
OEA – Organização dos Estados Americanos
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONU – Organização das Nações Unidas

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OPEP+ – Organização dos Países Exportadores de Petróleo Plus
OSCE – Organização de Segurança e Cooperação Europeia
PCC – Partido Comunista da China
PLAN – Marinha do Exército Popular de Libertação
QUAD – Diálogo de Segurança Quadrilateral
RIC – Cimeira Rússia-Índia-China
SAARC – Associação Sul-Asiática para a Cooperação Regional
SARS-CoV-2 -Síndrome Respiratório Agudo Severo Coronavírus-2
SCO – Organização para a Cooperação de Xangai
SDN – Sociedade das Nações
START – Tratado de Redução das Armas Estratégicas
TPP – Tratado de Parceria do Pacífico
TTC – Conselho de Comércio e Tecnologia
T25 – Transaccional 25
UNASUR – União das Nações Sul-Americanas.

Introdução

A invasão da Ucrânia pela Rússia, que marca o início da primeira guerra de alta intensidade entre Estados na Europa desde o fim da Segunda Guerra Mundial, abre um novo ciclo na política internacional do *post*-Guerra Fria.

As três últimas décadas, desde a decomposição da União Soviética, são um período de transição na estrutura de distribuição do poder internacional. O fim pacífico da competição bipolar entre os Estados Unidos e a União Soviética cria as condições de partida para a hegemonia da única grande potência internacional que sobreviveu à Guerra Fria. Com efeito, o diferencial estratégico que separa os Estados Unidos do conjunto das outras grandes potências no fim da divisão bipolar não tem precedentes. Porém, a brevidade do intervalo unipolar confirma a força do sistema de Estados e a resistência coletiva a uma mudança de natureza do sistema. Nesse sentido, o império norte-americano nunca existiu e nem o fim da história, nem o choque das civilizações, puderam transcender a ordem vestefaliana.

A preeminência internacional dos Estados Unidos não impede as guerras de secessão jugoslavas, nem os conflitos no “arco islâmico” desde a Somália à Chechênia e da Bósnia-Herzegovina ao Afeganistão, mas garante a paz nas relações entre as principais potências, o que torna possível uma transição pacífica na Rússia *post*-soviética, que suspende a sua vocação imperial, tal como cria as condições para a “ascensão pacífica” da China, que ultrapassa o Japão para se tornar a segunda maior economia mundial, e abre caminho à modernização acelerada da Índia, a maior democracia do mundo. A ordem liberal comandada pelos Estados Unidos faz da primeira década do *post*-Guerra Fria um ciclo de desenvolvimento global sem precedentes, em que o centro de gravidade estratégica da política e da economia internacional se transfere da Europa para a “Grande Ásia” e do Atlântico para o Indo-Pacífico.

As ilusões sobre as virtudes da paz imperial puderam subsistir durante os primeiros anos, até os atentados terroristas da *Al Qaida* em Nova Iorque e em Washington, no dia 11 de Setembro de 2001, forçarem o reconhecimento de novas ameaças e precipitarem uma resposta brutal da potência hegemônica, que transforma a “Guerra Global contra o Terrorismo” numa intervenção militar anglo-americana contra o Iraque para depor o regime autocrático em Bagdade sob o falso pretexto de neutralizar as suas armas de destruição maciça.

A Guerra do Iraque divide a coligação das democracias ocidentais que sustenta a ordem internacional e a ocupação militar norte-americana desfaz os consensos internos sobre a política externa dos Estados Unidos e acelera o fim do ciclo de intervenções externas que sustenta o momento unipolar. O retraimento estratégico da principal potência internacional, a retirada das forças combatentes norte-americanas do “Grande Médio Oriente” e a necessidade prioritária de responder à crise financeira mostram que os Estados Unidos, pela primeira vez desde a sua entrada na Segunda Guerra Mundial contra as potências do Eixo, deixou de ter a vontade política para fazer os sacrifícios indispensáveis impostos pelo exercício das responsabilidades internacionais e quer concentrar-se na política interna.

Essa viragem cria um vazio onde se multiplicam os conflitos regionais, nomeadamente no “Grande Médio Oriente”.

Os anos seguintes são dominados por um ciclo de crises internas e externas que condicionam a política europeia e internacional. A crise do sistema financeiro mundial, que precede a crise da moeda única europeia, confirma a percepção externa do declínio ocidental – uma crise irreversível na visão marxista-leninista dos dirigentes chineses; os levantamentos de massas da “Primavera Árabe” antecipam as guerras civis na Líbia, na Síria e no Iémen e o duplo fracasso da intervenção da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) na Líbia e da não-intervenção dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e da França na Síria está na origem da decisão russa de recuperar a Crimeia, a primeira anexação territorial pela força na Europa do *post*-Guerra; as guerras no “arco islâmico” provocam uma vaga de refugiados em direção à Europa, determinante para o resultado do *referendum* que leva à saída da Grã-Bretanha da União Europeia e inverte a tendência centrípeta que sustenta o processo de integração europeia e os alargamentos sucessivos da NATO e da União Europeia.

A pandemia do SARS-CoV-2, que durante dois anos paralisa os Estados Unidos, a Europa Ocidental e a China, instala uma crise permanente, revela a profundidade da rutura política entre Washington e Pequim e confirma as tendências protecionistas que prejudicam a dinâmica de globalização dominante no *post*-Guerra Fria.

A invasão da Ucrânia pela Rússia não é uma mera continuação do ciclo de crises que prevalece na Europa e nos Estados Unidos desde 2008. A Guerra Russo-Ucraniana marca o fim da paz europeia e representa um corte irreversível com a ordem liberal do *post*-Guerra Fria.

A Guerra da Ucrânia tem consequências estratégicas em níveis distintos. Desde logo, altera a balança do poder central entre os Estados Unidos, a China e a Rússia, transforma a natureza da competição entre as principais potências e põe em causa a unidade da ordem internacional, dividida pela emergência de dois campos que defendem princípios de legitimidade opostos e incompatíveis entre si. Por outro lado, cria condições para uma autonomia crescente das potências intermédias do “Sul Global” que pode condicionar tanto as balanças regionais na Ásia, no Médio Oriente e na América Latina, como as estratégias das grandes potências internacionais. Por último, não só exclui a Rússia do todo europeu e muda as fronteiras da Europa, como acelera uma dinâmica de recomposição de grandes espaços regionais que reconfigura o sistema internacional.

I. O regresso da normalidade

A luta pelo poder entre as grandes potências regressa ao centro da política internacional em rutura com a ordem liberal que os Estados Unidos e os seus aliados democráticos quiseram impor, no fim da Guerra Fria, como a nova ordem internacional.

Com efeito, a transição unipolar é um período excecional, em que a preponderância dos Estados Unidos, numa fase em que a Rússia está imersa nos seus problemas internos e a China se concentra no seu programa de modernização, não é contrabalançada por nenhuma força relevante na política internacional: a unipolaridade suspende a balança do poder. Nessas circunstâncias, é possível garantir a ordem normativa das democracias liberais, que recorrem à força tanto para impor o respeito pelo princípio da não-agressão em nome da soberania dos Estados, como na Guerra do Golfo perante a anexação do Koweit pelo Iraque, como para pôr em causa a soberania de um Estado autoritário em nome do direito de ingerência humanitária, quando a NATO faz a primeira intervenção militar da sua história contra a Sérvia na Guerra do Kosovo, sem mandato do Conselho de Segurança¹.

No *post*-Guerra Fria, as previsões sobre a evolução da estrutura internacional separam os que antecipam um regresso à normalidade multipolar, como Kenneth Waltz, dos que defendem a durabilidade da unipolaridade norte-americana. Entre estes, os mais otimistas, como William Wohlforth, entendem que esse sistema é o mais estável e o mais pacífico, enquanto os mais pessimistas, como Nuno Monteiro, admitem que a preponderância norte-americana é um fator de conflitualidade e não impede a instabilidade unipolar². O ciclo de intervenções dos Estados Unidos no “arco islâmico” sustenta a tese da instabilidade, o fim desse ciclo anuncia o fim do momento unipolar e a emergência de uma balança tripolar.

Num contexto competitivo típico da anarquia internacional, a tripolaridade é, por definição, um sistema precário que evolui ou para uma estrutura bipolar, ou para uma estrutura multipolar com mais do que três pólos³. A Segunda Guerra Mundial entre os Estados Unidos, a União Soviética e o *Terceiro Reich* é um conflito tripolar⁴, onde um dos

- 1 Lawrence Freedman (2000). “Victims and Victors. Reflections on the Kosovo War”. *Review of International Studies* 26: 335-358. Adam Roberts (1999). “NATO’s Humanitarian War Over Kosovo”. *Survival* 41 (3). Michael Walzer (1999). “Kosovo”. *Dissent*: 5-7. Lawrence Freedman, Efraim Karsh (1994). *The Gulf Conflict (1990-1991). Diplomacy and War in the New World Order*. Princeton: Princeton University Press. Ivo Daalder, Michael O’Hanlon (2000). *Winning Ugly. NATO’s War to Save Kosovo*. New York: Brookings Institution Press. Pierre Hassner, Gilles Andréani, dirs. (2013). *Justifier la guerre. De l’humanitaire au contre-terrorisme*. Paris: Presses de SciencesPo.
- 2 Kenneth Waltz (1993). “The Emerging Structure of International Politics”. *International Security* 18 (2): 44-70. Kenneth Waltz (2000). “Structural Realism After the Cold War” *International Security* 25 (1): 5-41. William Wohlforth, Stephen Brooks (2008). *World Out of Balance. International Politics and the Challenge of American Primacy*. Princeton: Princeton University Press. Nuno Monteiro (2010). “Unrest Assured. Why Unipolarity Is Not Peaceful”. *International Security* 36 (3): 5-40. Nuno Monteiro (2014). *The Theory of Unipolar Politics*. New York: Cambridge University Press. Ethan Kapstein, Michael Mastanduno, eds. (1999). *Unipolar Politics. Realism and State Strategies After the Cold War*. New York: Columbia University Press.
- 3 Kenneth Waltz (1964). “The Stability of a Bipolar World”. *Daedalus* 93 (3): 881-909.
- 4 Randall Schweller (1993). “Tripolarity and the Second World War”. *International Studies Quarterly* 37 (1): 73-103. Randall Schweller (1998). *Deadly Imbalances. Tripolarity and Hitler’s Strategy of World Conquest*. New York: Columbia University Press.

pólos tem de desaparecer para dar lugar a uma divisão bipolar ou a uma configuração multipolar entre as principais potências vencedoras. Em 1940, Hitler não consegue concluir uma aliança com Stalin para federar as potências continentais e isolar os Estados Unidos no hemisfério ocidental, mas, em 1941, Roosevelt está preparado para integrar a União Soviética na Grande Aliança das Nações Unidas e unir a maior potência continental à principal potência marítima para destruir a Alemanha nazi. No *post*-Guerra, o Conselho de Segurança das Nações Unidas reconhece formalmente cinco grandes potências vencedoras, mas são os Estados Unidos e a União Soviética as duas “superpotências” que dominam o sistema internacional até ao fim da Guerra Fria.

A balança tripolar entre os Estados Unidos, a China e a Rússia anuncia o fim do período excecional em que o momento unipolar e a ordem liberal se conjugam para legitimar a posição da potência vencedora da disputa bipolar da Guerra Fria como garante da paz internacional. A unipolaridade significa, por definição, a suspensão da balança do poder, que não sobrevive à convergência entre as duas principais potências continentais quando estas se unem para contrabalançar a preponderância da potência marítima e pôr em causa a ordem liberal⁵⁶.

A invasão da Ucrânia pela Rússia e a anexação pela força dos territórios ucranianos são uma violação flagrante dos princípios fundamentais da Carta das Nações Unidas, que defende a integridade territorial e a soberania dos Estados nacionais, tanto mais grave por ser praticada por um dos membros permanentes do Conselho de Segurança. No entanto, a China, a Índia e a África do Sul, entre outros, recusam-se a condenar a Rússia na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas: a posição de neutralidade da maioria das potências intermédias do “Sul Global” perante a invasão da Ucrânia confirma a crise da ordem internacional.

A Guerra Russo-Ucraniana muda a balança do poder central e a crise da ordem internacional transforma a natureza da competição entre as principais potências, onde estão em causa não só os equilíbrios entre os Estados Unidos, a China e a Rússia, como os princípios de legitimidade que podem sustentar uma ordem global.

O fim da hegemonia dos Estados Unidos

Os Estados Unidos são a primeira potência internacional, mas a invasão da Ucrânia pela Rússia confirma o fim da hegemonia norte-americana: num regime unipolar, a

5 Na definição de William Wohlforth, a unipolaridade existe enquanto existir o diferencial estratégico que destaca a principal potência internacional das outras grandes potências e enquanto não existir uma coligação ou uma nova grande potência que possa contrabalançar o pólo único do sistema internacional. William Wohlforth (1999).

6 A relação entre a unipolaridade e a ordem liberal é analisada por G. John Ikenberry (2004). “Liberalism and Empire. Logics of Order in the American Unipolar Age”. *Review of International Studies* 30 (4): 609-630. G. John Ikenberry (2018). “The end of the international liberal order?” *International Affairs* 94 (1): 7-23. Cf. John Mearsheimer (2019). “Bound to Fail. The Rise and Fall of the International Liberal Order”. *International Security* 43 (4): 7-50. John Mearsheimer (2019). *The Great Delusion*. New Haven: Yale University Press.

única grande potência é suposta ter capacidade para impedir a guerra entre potências relevantes ou, como no caso da Guerra do Kargil entre a Índia e o Paquistão, para lhe pôr rapidamente fim.

O declínio norte-americano é manifesto desde a falência do Lehman Brothers e da crise do sistema financeiro internacional, cuja rutura é evitada *in extremis* pela concertação entre os principais bancos centrais, nomeadamente entre a Reserva Federal e o Banco Popular da China⁷. O reconhecimento da China como um “parceiro responsável” dos Estados Unidos está na origem da institucionalização das cimeiras de Chefes de Estados e de Governo do Grupo dos Vinte (G20), que substituiu conjunturalmente o Grupo dos Sete (G7) como o centro de coordenação internacional na resposta à crise financeira.

Nessa ocasião, Zbigniew Brzezinski anuncia que o G20 é, na realidade, um G2 sino-americano, enquanto Henry Kissinger prevê que uma nova Comunidade do Pacífico, dirigida pelos Estados Unidos e pela China, vá substituir a comunidade transatlântica no centro do sistema internacional do século XXI⁸. Não obstante o entusiasmo de ambos, o Presidente Barack Obama decide seguir uma estratégia de retraimento que, por um lado, põe em causa o primado da política externa para dar prioridade à resposta às crises económicas e sociais internas e, por outro lado, conjuga a tentativa de normalização das relações com a Rússia com o “*pivot asiático*” que confirma a necessidade de contrabalançar a ascensão da China.

O Presidente Obama assegura a retirada das tropas norte-americanas do Iraque, sem desistir de reforçar a presença militar dos Estados Unidos e da NATO no Afeganistão para garantir a continuidade de um regime aliado em Cabul; termina o ciclo de intervenções externas no “Grande Médio Oriente”, depois da intervenção militar da NATO na Líbia, comandada pela França e pela Grã-Bretanha e autorizada pela Rússia e pela China no Conselho de Segurança; conclui o New START, o acordo bilateral que confirma a paridade entre os Estados Unidos e a Rússia no domínio das armas estratégicas nucleares; e aceita a proposta de mediação diplomática da Rússia para não ter de intervir na Síria e depor o Presidente Bashar al-Assad, que não respeita a “linha vermelha” traçada pelo Presidente dos Estados Unidos quando repete os ataques contra as populações sunitas com armas químicas.

O “reset” nas relações com a Rússia falha a partir do momento em que o Presidente Vladimir Putin decide tirar partido do recuo norte-americano para anexar a Crimeia e dar início à insurreição das milícias armadas russas na Ucrânia Oriental. Obama desvaloriza a ofensiva de Putin, desclassifica a Rússia como uma mera “potência regional”, e entrega à Chanceler alemã e ao Presidente francês a mediação entre Moscovo e Kyiv para pôr fim à “guerra híbrida” no Donbas. No mesmo sentido, o “rebalancing” nas relações com a

7 Henry Paulson (2010). *On the Brink. Inside the Race to Stop the Collapse of the Global Financial System*. New York: Business Plus. Hank Paulson era o Secretário do Tesouro norte-americano durante a crise financeira de 2008.

8 Zbigniew Brzezinski. “A Group of Two that could change the world”, *Financial Times*, 13 de janeiro de 2009. Henry Kissinger (2012). *On China*. New York: Penguin. Elizabeth Economy, Adam Segal. “The G-2 Mirage”. *Foreign Affairs*, 1 de maio de 2009.

China falha quando as autoridades chinesas interpretam a viragem norte-americana como uma estratégia de contenção e alinham com a Rússia na crise da Crimeia e na Guerra da Síria. Obama não consegue construir uma estratégia de contenção da China, mesmo depois dos Estados Unidos reconhecerem a nova grande potência asiática como a única com capacidade para pôr em causa a sua preponderância no sistema internacional⁹.

A estratégia de retraimento dos Estados Unidos prolonga-se com o Presidente Donald Trump, não obstante a vontade proclamada de restaurar a grandeza norte-americana. O Presidente Trump denuncia o Tratado de Parceria do Pacífico (TPP), crucial para mobilizar os parceiros asiáticos e conter o domínio regional da economia chinesa; depois de declarar a NATO obsoleta, submete a cláusula de defesa coletiva do Tratado do Atlântico Norte a uma condicionalidade orçamental e, depois de apoiar a saída da Grã-Bretanha, descreve a União Europeia como um inimigo dos Estados Unidos; e procura reduzir tanto o fardo das alianças e da vinculação multilateral da “República imperial”, como as tensões com a Rússia e a Coreia do Norte (mas não com o Irão), para se concentrar na República Popular da China¹⁰.

A viragem nas relações entre os Estados Unidos e a China marca o fim de um longo período de convergência, que se inicia durante a Guerra Fria com a aliança contra a União Soviética e se prolonga para lá do massacre de Tiananmen até à crise financeira internacional. Obama considera que a interdependência económica entre os dois países impede os Estados Unidos de reproduzir a estratégia de contenção que tinha assegurado a vitória contra a União Soviética e não desiste de tentar integrar a China como um “parceiro responsável” da ordem liberal. O Presidente Xi Jinping garante-lhe que a China não vai militarizar os recifes e os baixios que ocupa no Mar do Sul da China e assegura-lhe o apoio indispensável para a conclusão dos acordos de Paris sobre as mudanças climáticas¹¹.

Porém, as ilusões sobre a liberalização política do regime comunista chinês e a integração internacional da República Popular da China deixam de ter sentido, mesmo para as correntes mais moderadas, quando a estratégia expansionista de Xi Jinping se começa a revelar¹². Quando Trump corta o nó górdio da interdependência, pode contar com os dois partidos no Congresso norte-americano para agravar todas as medidas que visam

9 Colin Dueck (2015). *The Obama Doctrine. American Grand Strategy Today*. New York: Oxford University Press. Martin Indyk, Kenneth Lieberthal, Michael O’Hanlon (2012). *Bending History. Barack Obama’s Foreign Policy*. New York: Brookings Institution Press.

Sobre as relações com a Rússia, ver também Angela Stent (2019). *Putin’s World. Russia Against the West and with the Rest*. New York: Twelve. Sobre a estratégia chinesa, ver Jeffrey Bader (2012). *Obama and China’s Rise*. New York: Brookings Institution Press. Edward Luttwak (2012). *The Rise of China vs. the Logic of Strategy*. New York: Belknap Press. Ver ainda Hillary Clinton (2014). *Hard Choices*. New York: Simon&Schuster.

10 Hal Brands (2018). *American Grand Strategy in the Age of Trump*. New York: Brookings Institution Press. Vasco Rato (2023). *Tsunami. Trump, Trumpismo e Europa*. Lisboa: Actual. Ver ainda John Bolton (2020). *The Room Where It Happened*. New York: Simon&Schuster.

11 White House. *Remarks by President Obama and President Xi of the People’s Republic of China in Joint Press Conference*. Rose Garden, 25 de setembro de 2015. Mathieu Duchatel. *Generally Stable? Facing Pushback in the South China Sea*. Institut Montaigne, China Trends #6, 6 de agosto de 2020.

12 Kurt Campbell, Ely Ratner (2018). “The China Reckoning. How China Defied American Expectations”. *Foreign Affairs* 97 (2): 60-70. Michael Pillsbury (2015). *The Hundred-Year Marathon. China’s Secret Strategy to Replace America as the Global Superpower*. New York: Henry Holt&Company.

o desacoplamento económico, financeiro e tecnológico das duas economias e reduzir os perigos da dependência em relação à China. A Estratégia de Segurança Nacional reconhece a China e a Rússia como as principais ameaças à segurança norte-americana, mas a nova Estratégia para o Indo-Pacífico confirma o primado asiático na “grande estratégia” dos Estados Unidos¹³.

Essa orientação crucial é confirmada pelo Presidente Joe Biden, que se empenha em reconstruir o sistema de alianças dos Estados Unidos, indispensável para travar a ascensão da China e a sua projeção como grande potência regional e internacional¹⁴. A prioridade atribuída à contenção da principal potência asiática é manifesta, desde logo, quando o Presidente Biden decide passar a reunir o Diálogo de Segurança Quadrilateral (QUAD) entre os Estados Unidos, a Índia, o Japão e a Austrália ao nível de Chefes de Estado e de Governo para consolidar a convergência das quatro potências do Indo-Pacífico que querem neutralizar a ameaça de uma “Ásia unipolar”¹⁵. Por outro lado, Biden valoriza as relações com os aliados europeus na NATO e as relações bilaterais entre os Estados Unidos e a União Europeia, incluindo a criação do Conselho de Comércio e Tecnologia (TTC), indispensável para separar a esfera de influência tecnológica ocidental e definir as normas da nova economia digital¹⁶. Por último, o Presidente dos Estados Unidos, tal como os seus dois antecessores, procura restaurar um quadro de normalidade nas relações com a Rússia, prolonga unilateralmente o New START e faz a sua primeira cimeira bilateral com Putin, antes se reunir com Xi Jinping.

Com efeito, Biden, tal como o Presidente Emmanuel Macron, a Chanceler Angela Merkel ou o seu sucessor Olaf Scholz, não quer, ou não pode, desistir de tentar separar Moscovo de Pequim: a aliança entre as duas principais potências euro-asiáticas é o pior pesadelo da principal potência marítima. Mas os Estados Unidos não conseguem inverter a convergência estratégica entre a Rússia e a China, que se consolida com a estratégia ofensiva de Putin e a sua decisão de destruir a independência da Ucrânia para alterar a ordem de segurança europeia institucionalizada com o fim da Guerra Fria e da União Soviética. A decisão de Putin é reforçada pela *débauche* da retirada norte-americana do Afeganistão, onde os Talibans regressam ao poder 20 anos depois dos Estados Unidos os terem expulsado de Cabul.

13 White House. *National Security Strategy of the United States of America*, dezembro de 2017. White House. *Indo-Pacific Strategy of the United States*, fevereiro de 2022.

14 Bonnie Glaser (2021). US-China Relations. Continuity Prevails in Biden's First Hundred Days. *Comparative Connections* 23 (1): 29-42.

15 Felix Heiduk, Christian Wirth (2023). *The Quadrilateral Security Dialogue between Australia, India, Japan, and the United States*. SWP Comment 31.

16 Sobre as esferas de influência tecnológicas, ver Matthew Burrows *et al* (2022). *Unpacking the Geopolitics of Technology*. Atlantic Council. Julian Ringhof, Jose Ignacio Torreblanca (2022). *The Geopolitics of Technology. How the EU Can Become a Global Player*. ECFR Policy Brief. Tobias Gehrke, Julian Ringhof (2023). *The Power of Control*. ECFR Policy Brief. Jon Bateman (2022). *US-China Technological “Decoupling”*. Carnegie Endowment. Valentin Weber (2020). *Making Sense of Technological Spheres of Influence*. ISE Ideas. Martin Schultze, Daniel Voelsen. Digital spheres of influence in Barbara Lippert, Volker Perthes, eds. (2020). *Strategic Rivalry between the United States and China*. SWP Research Paper 4.

Durante os seis meses antes da invasão da Ucrânia, Washington procura dissuadir Moscovo de recorrer à força, alerta Kyiv e os aliados europeus sobre a decisão russa e prepara as sanções com o G7 e a União Europeia. Em janeiro de 2022, os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança publicam uma declaração conjunta sobre a guerra nuclear, enquanto os soldados norte-americanos, canadianos e britânicos que treinam as forças armadas ucranianas partem da Ucrânia e as forças navais aliadas retiram-se do Mar Negro. Na mesma altura em que denuncia a iminência da invasão russa, Biden reitera a sua determinação em defender os aliados da NATO e exclui qualquer intervenção militar dos Estados Unidos e da NATO num conflito russo-ucraniano, para evitar o confronto entre potências nucleares: a Ucrânia não é membro da NATO, nem um aliado dos Estados Unidos. Essa posição defensiva, necessária para limitar o conflito, também limita a capacidade de dissuasão ocidental.

A invasão da Ucrânia é uma derrota para os Estados Unidos, que preveem uma vitória rápida da Rússia. Mas o Presidente Volodymyr Zelensky e a resistência ucraniana criam as condições políticas e militares para Biden unir o “Ocidente coletivo” numa estratégia alternativa, que visa assegurar a sobrevivência do Estado ucraniano e das suas forças armadas, sem intervenção militar direta da NATO. Nesse quadro, os Estados Unidos organizam o Grupo de Contacto para a Defesa da Ucrânia – o Grupo de Ramstein – que agrupa, entre outros, os Estados-membros da NATO, o Japão, a Coreia do Sul, a Austrália e Marrocos numa coligação alargada para garantir as capacidades militares da Ucrânia. No mesmo sentido, os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França convocam uma Sessão Especial de Emergência da Assembleia Geral das Nações Unidas onde a Rússia é condenada por 141 dos 193 Estados-membros – só 35 Estados se abstêm e apenas quatro votam ao lado de Moscovo¹⁷.

A Guerra Russo-Ucraniana reforça a presença militar norte-americana no teatro europeu sem alterar a prioridade asiática da estratégia dos Estados Unidos. Biden reúne os Chefes de Estado e de Governo do QUAD e os Estados Unidos formam uma coligação com a Grã-Bretanha e a Austrália (AUKUS) para garantir a supremacia no Índico e no Pacífico e articular a frente europeia e a frente asiática na luta contra a dupla ameaça da China e da Rússia. O Conceito Estratégico da NATO refere-se pela primeira vez à China, que a Estratégia de Segurança Nacional de Biden reconhece como a única potência que tem a vontade e a capacidade para mudar a ordem internacional. Nesse sentido, a luta pelo poder muda de natureza e passa a ser um conflito sistémico, em que se opõem, tal como na Guerra Fria, dois modelos de ordenamento incompatíveis entre si – a ordem do sistema de Estados assente na força do direito e a ordem mundial dos impérios assente no direito de força¹⁸.

17 Carlos Gaspar (2022). *O Fim da Europa*. 148-161. Lisboa: IDN. François Heisbourg (2023). *Les leçons d'une guerre*. Paris: Odile Jacob.

18 *NATO 2022 Strategic Concept*. Madrid, junho de 2022. White House. *National Security Strategy*, outubro de 2022. Carlos Gaspar. *The Madrid Strategic Concept*. *IDN Brief*, julho de 2022. Carlos Gaspar. *A NATO de Biden*. *IDN Brief*, janeiro de 2023.

O desafio sistêmico da China

A posição da China como a grande potência dirigente da coligação revisionista que quer contrabalançar os Estados Unidos e moldar uma nova ordem mundial – um estatuto sem precedentes para a principal potência asiática na história internacional – é confirmada pela Guerra Russo-Ucraniana¹⁹.

A viragem ofensiva que se inicia em 2012 com a nomeação de Xi Jinping como Secretário-Geral do Partido Comunista da China (PCC) marca o fim do debate interno em que os defensores da estratégia de reformas e da integração internacional da China são derrotados pelos partidários da estratégia de confrontação com os Estados Unidos e de construção de uma ordem mundial alternativa. Xi, nomeado Presidente da República Popular da China em 2013, quer impor o reconhecimento do estatuto da China como grande potência internacional e anuncia a mudança de estratégia com a Iniciativa das Rotas da Seda (BRI), que visa construir redes de conectividade à escala global; com o programa “China 2025”, que procura assegurar o domínio tecnológico mundial na economia digital; e com a “Estratégia dos Centenários”, que fixa os cem anos da fundação da República Popular da China como a data limite para o antigo império voltar a ocupar o seu lugar histórico no centro da ordem mundial²⁰.

A Rússia é o principal aliado da China na nova estratégia. A balança entre Pequim e Moscovo muda gradualmente depois da anexação da Crimeia em 2014, que marca um passo decisivo tanto na rutura entre a Rússia e o “Ocidente coletivo”, como na convergência entre as duas principais potências revisionistas. Nesse quadro, a Rússia passa a ser um parceiro significativo da China no domínio energético e garante o seu acesso a sistemas avançados de defesa anti-aérea (S400) e da aviação de combate (Su35). Em 2015, Xi está ao lado de Putin na parada da vitória na Segunda Guerra Mundial em Moscovo e os dois parceiros convergem no alargamento da Organização para a Cooperação de Xangai (SCO na sigla em inglês), que passa a contar com a Índia, o Paquistão e o Irão. A SCO, criada pelos dois vizinhos continentais para assegurar a estabilidade na Ásia Central, onde o Cazaquistão, que faz fronteira com a Rússia e a China, o Tajiquistão e o Quirguistão, que têm fronteiras com a China, o Uzbequistão e o Turquemenistão se interpõem entre a Rússia e a China, é a primeira instituição multilateral que dá forma à “Grande Eurásia”.

O falhanço da estratégia russa na Guerra da Ucrânia completa a mudança na balança revisionista. Putin está com Xi em Pequim para assinar uma declaração conjunta sobre a “amizade sem limites” entre os dois parceiros estratégicos nas vésperas da invasão da Ucrânia, que só se inicia depois do fim dos Jogos Olímpicos de Inverno organizados pela China. Tal como no caso da anexação da Crimeia, Pequim abstém-se de condenar Moscovo e proclama, sem ironia, a sua vinculação aos princípios da soberania e da integridade territorial inscritos na Carta das Nações Unidas, antes de se tornar a retaguarda segura

19 Carlos Gaspar (2023). “A China e a Guerra Russo-Ucraniana”. *Nação e Defesa*.

20 Rush Doshi (2021). *The Long Game. China's Grand Strategy to Displace American Order*. 263. New York: Oxford University Press.

da Rússia, cuja economia se abre às companhias chinesas e cujas universidades passam a receber os estudantes chineses.

A agressão da Rússia contra a Ucrânia muda as percepções internacionais sobre Taiwan. Desde o primeiro dia, as autoridades chinesas sublinham que não pode haver nenhum paralelo entre a “questão de Taiwan” e a Guerra Russo-Ucraniana. O argumento retoma as posições de Pequim, cuja política oficial – “Uma China” – considera Taiwan como uma província rebelde que é parte integrante da República Popular da China. Nesses termos, trata-se de um assunto interno do Estado chinês, cuja soberania rejeita qualquer interferência externa na “questão de Taiwan”²¹. Para Pequim, todos os Estados que reconhecem a República Popular da China cortaram previamente relações com a República da China e são supostos aderir à sua posição sobre Taiwan, que só é reconhecido como uma entidade soberana pela Santa Sé e um pequeno número de Estados menores²².

Pelo contrário, a Ucrânia é um Estado soberano, membro das Nações Unidas desde 1945, reconhecido como tal pelos seus pares, incluindo a República Popular da China. Embora Pequim não o reconheça *expressis verbis*, a invasão da Ucrânia pela Rússia é uma violação dos princípios fundamentais da Carta das Nações Unidas, enquanto a invasão de Taiwan pela República Popular da China não poderia nunca ser considerada nos mesmos termos, uma vez que a República da China deixou de ser membro das Nações Unidas.

Não obstante, a invasão russa realça as afinidades entre as questões da Ucrânia e de Taiwan, identificadas como os dois conflitos internacionais mais perigosos do *post*-Guerra Fria pelo planeamento estratégico de defesa norte-americano logo em 1992. Desde logo, tal como a China de Xi em relação a Taiwan, a Rússia de Putin não reconhece a existência separada da Ucrânia como um Estado independente e soberano: a Guerra Russo-Ucraniana é uma “operação militar especial” e não uma guerra entre Estados soberanos. Por outro lado, tal como o regime político da Ucrânia é reconhecido como uma democracia liberal pelas democracias que se mobilizam para defender a sua independência, o regime político de Taiwan também é reconhecido como uma democracia pluralista pelas outras democracias. Por último, a «operação militar especial» de Putin obriga os responsáveis políticos a reconhecer que Xi Jinping pode recorrer à força para reunificar a China: o PCC nunca excluiu essa possibilidade e Xi não quer deixar a “questão de Taiwan” por resolver para a próxima geração²³.

21 Chong Ja Ian. *The Many 'One-Chinas': Multiple Approaches to Taiwan and China*. Carnegie Endowment, 9 de fevereiro de 2023. Adam Liff, Dalton Lin (2022). “The ‘One China’ Framework at 50 (1972-2022): The Myth of Consensus and Its Evolving Policy Significance”. *China Quarterly* 252: 977-1000. Richard Bush (2017). *A One-China Policy Primer*. Brookings Institution. Ver também People’s Republic of China. The Taiwan Affairs Office of the State Council. *The Taiwan Question and China’s Reunification in the New Era*, Pequim, agosto de 2022.

22 A Santa Sé e outros 12 Estados continuam a reconhecer Taiwan como a República da China e não têm relações diplomáticas plenas com a República Popular da China: Belize, Guatemala, Haiti, Ilhas Marshall, Nauru, Palau, Paraguai, Santa Lúcia, São Cristóvão e Nevis, São Vicente e Grenadinas, Eswatini e Tuvalu.

23 Helena Lagarda (2022). *The Next Hong Kong: Beijing’s Vision for Taiwan*. MERICS China Security and Risks Tracker 03/22. John Dotson (2022). China Signals a Harder Line Policy on Taiwan Through the 20th Congress and Beyond. *China Brief* 22 (17). Ver também Taiwan in US-China Economic and Security Review. *2022 Annual Report to Congress*: 589-660. novembro de 2022.

As relações entre os Estados Unidos e a China deterioraram-se nos meses seguintes à invasão da Ucrânia. Os responsáveis chineses são surpreendidos pela resposta firme dos Estados Unidos, do G7 e da União Europeia; constata-se a cisão entre o “Ocidente coletivo” e a Rússia e a China, reconhecidas como parceiros; temem a estratégia norte-americana que procura formar coligações tecnológicas, económicas e securitárias para isolar a China; e entendem que Washington e Taipé insistem deliberadamente na ligação entre a Ucrânia e Taiwan para legitimar um apoio crescente à defesa de Taiwan, o que não impede uma parte dos *media* chineses de afirmar que a não-intervenção dos Estados Unidos na Ucrânia antecipa a sua não-intervenção no caso de uma invasão de Taiwan, uma vez que em ambos os casos a principal potência internacional teria de enfrentar uma potência nuclear relevante²⁴.

Depois da invasão da Ucrânia, Biden, contra as regras da política oficial de “ambiguidade estratégica”, declara repetidamente que os Estados Unidos estão preparados para defender Taiwan no caso de uma invasão chinesa²⁵, enquanto o Secretário de Estado Antony Blinken insiste que os Estados Unidos se opõem a “mudanças unilaterais do *statu quo*” nos Estreitos da Formosa. A Presidente da Comissão Europeia Ursula von der Leyen e uma parte importante dos responsáveis europeus reiteram que a mudança pela força do *statu quo* nos Estreitos da Formosa é inaceitável e um número crescente de membros do Congresso dos Estados Unidos, do Parlamento Europeu e de outros parlamentos nacionais multiplicam os sinais de reconhecimento da democracia parlamentar em Taiwan.

A quarta crise dos Estreitos da Formosa é desencadeada pela visita a Taipé de Nancy Pelosi, a *Speaker* da Câmara dos Representantes e terceira figura na hierarquia dos Estados Unidos. Pelosi chega à capital da República da China no dia 2 de agosto, três meses antes da data marcada para o XX Congresso do PCC, onde Xi Jinping vai ser nomeado para um terceiro mandato como Secretário-Geral. Pequim considera a declaração de solidariedade democrática de Pelosi para com Taiwan como uma violação da soberania e da integridade territorial da China e o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros chinês chama o Embaixador norte-americano em Pequim para lhe dizer que os Estados Unidos estão a “brincar com o fogo”²⁶.

A resposta chinesa é uma demonstração sem precedentes da sua superioridade militar nas principais dimensões convencionais críticas para a defesa de Taiwan. Entre 2 e 10 de agosto, as forças chinesas, pela primeira vez, cercam a ilha da Formosa, bloqueiam todos os acessos marítimos e aéreos a Taiwan e encerram seis áreas à sua volta, alvo de dezenas de mísseis lançados pelo Exército Popular de Libertação (EPL) na maior operação militar

24 Bonny Lin, Jude Blanchette. “China on the Offensive. How the Ukraine War Has Changed Beijing’s Strategy”. *Foreign Affairs*, 1 de agosto de 2022.

25 “Biden’s Last Taiwan Gaffe Stokes Tensions with Beijing”. *Bloomberg*, 23 de maio de 2022. Adam Taylor. “Three Theories on Biden’s Repeated Taiwan Gaffes”, *Washington Post*, 24 de maio de 2022. Ver também Stephen Wertheim. *The Troubling Repercussions of Biden’s Taiwan Gaffes*. Carnegie Endowment, 24 de maio de 2022.

26 Xi Jinping disse o mesmo a Biden no telefonema entre os dois Presidentes antes da visita de Pelosi. “Xi warns Biden not to ‘play with fire’ ahead of potential Taiwan trip by Nancy Pelosi”, *Financial Times*, 28 de julho de 2022. Bonnie Glaser (2022). US-China Relations Sink Further Amid Another Taiwan Strait Crisis. *Comparative Connections* 24 (2): 32.

desde a invasão do Vietname em 1979. Pelo seu lado, os Estados Unidos consideram excessiva a resposta chinesa e evitam qualquer demonstração de força: no dia 18 de agosto, o porta-aviões Ronald Reagan, estacionado nos mares das Filipinas a leste de Taiwan, regressa à sua base no Japão.

O ensaio geral da invasão de Taiwan é o momento de revelação das novas forças armadas chinesas, tão modernas como as forças norte-americanas na maior parte das categorias relevantes, incluindo a Marinha do Exército Popular de Libertação (PLAN), a maior do mundo em número de navios de guerra²⁷. A República Popular da China reclama os mares adjacentes da China continental, incluindo o Mar do Sul da China, como parte integrante da sua soberania, e a nova doutrina militar defende que a China tem de ser tanto uma grande potência continental, como uma grande potência marítima. Xi Jinping torna essa posição uma realidade e transforma a PLAN numa armada com capacidade para intervir no Pacífico e no Índico²⁸. A demonstração de força chinesa é o sinal para o início de um debate aberto sobre os cenários e o calendário da invasão de Taiwan – o mandato de Xi termina em 2027 –, que passa a ser um tema obrigatório nos debates estratégicos, nomeadamente nos Estados Unidos²⁹.

A última crise dos Estreitos da Formosa, que está na origem da pior crise das relações entre os Estados Unidos e a China no *post*-Guerra Fria, é inseparável da Guerra da Ucrânia. Nos meses seguintes, Washington e Pequim procuram travar a crise nas relações bilaterais, depois de Pequim cancelar os contactos políticos, diplomáticos e militares, que são essenciais para evitar os cenários de escalada num acidente que possa envolver as forças armadas dos dois países. Em novembro, os Presidentes Xi e Biden reúnem-se à margem da cimeira do G20 em Bali e decidem retomar os contactos bilaterais a todos os níveis, incluindo uma primeira visita do Secretário de Estado a Pequim. Os dois Presidentes divergem em relação à Ucrânia e Taiwan é o tema principal da cimeira bilateral: Xi sublinha que a “questão de Taiwan está no centro dos interesses centrais da China e é a primeira linha vermelha que não pode ser violada nas relações entre os Estados Unidos e a China”³⁰.

Porém, a lógica da competição estratégica entre as duas principais potências prevalece e, em fevereiro de 2023, nas vésperas da partida de Blinken para Pequim, o sobrevoo do território continental dos Estados Unidos por um balão meteorológico chinês que se desvia do seu trajeto provoca uma forte reação política em Washington. Biden manda abater o balão chinês, o Secretário de Estado cancela a visita à República Popular da China e os contactos militares voltam a ser suspensos.

27 Oriana Skylar Mastro. “China’s huge exercises around Taiwan were a rehearsal, not a signal”, *Economist*, 10 de agosto de 2022. Oriana Skylar Mastro. “The Taiwan Temptation. Why Beijing Might Resort to Force”. *Foreign Affairs*, 5 de junho de 2021.

28 Andrew Erickson, Ian McCaslin. The Impact of Xi-Era Reforms on the Chinese Navy in Philip Saunders et al (2019). *Chairman Xi Remakes the PLA*: 125-170. National Defense University. Ver também Congressional Research Service. *China Naval Modernization*. Washington, 15 de maio de 2023.

29 Joel Wuthnow et al (2022). *Crossing the Strait*. National Defense University. Kori Schake, Allison Schwartz, eds. (2023). *Defending Taiwan*. American Enterprise Institute.

30 Bonnie Glaser (2023). The Bali Summit: US and PRC Leaders Attempt to Arrest the Slide. *Comparative Connections* 24 (3): 29-40.

Em março, a cimeira anual entre Putin e Xi realiza-se em Moscovo e confirma a importância decisiva que os dois Presidentes atribuem à “parceria estratégica” entre a Rússia e a China, unidas na frente comum contra a hegemonia americana, que já só existe nos documentos de propaganda do regime comunista chinês.

A aceleração do declínio da Rússia

A Guerra da Ucrânia confirma o declínio da Rússia, o elo mais fraco da balança tripolar. A resistência ucraniana foi uma surpresa para os Estados Unidos e para a Alemanha, mas foi uma surpresa ainda maior para a Rússia e para a China.

Em 2011, a Rússia faz o seu “*pivot* oriental” (“povorot na vostok”), a par do “*pivot* asiático” dos Estados Unidos³¹. Os dois velhos inimigos reconhecem ambos que o centro de gravidade da política internacional se deslocou para a Ásia, mas a viragem russa vai no sentido oposto à viragem norte-americana: Obama procura uma estratégia para conter a ascensão chinesa, Putin corre o risco de jogar na ressurgência do antigo império asiático para formar uma frente contra os Estados Unidos e construir uma nova ordem continental, cujo centro está em Pequim.

À partida, a posição da Rússia é duplamente forte, no sentido em que a China, por um lado, precisa de ter uma retaguarda segura e um *binterland* estável para poder mobilizar o essencial das suas capacidades na competição com os Estados Unidos, que se concentra na fachada marítima, numa luta para dominar os mares adjacentes ao continente chinês, para resolver a “questão de Taiwan” e para levantar o cerco instalado, desde 1950, ao longo da “primeira cadeia de ilhas”, que liga a Sacalina, as Curilhas, o Japão, as Ryukyu e Taiwan e isola a China do Pacífico; e, por outro lado, precisa de ter acesso aos recursos energéticos na Sibéria e no Extremo-Oriente russo, à rota do Ártico e às tecnologias militares mais avançadas da Rússia, incluindo os submarinos estratégicos e os sistemas de luta anti-submarina, essenciais para a competição com os Estados Unidos e para a credibilidade da ameaça de invasão de Taiwan³².

A Rússia tem uma vantagem inicial significativa na balança das autocracias, que resulta da sua capacidade de intervenção militar e da qualidade da sua diplomacia. Em 2014, essa vantagem fica demonstrada com a anexação da Crimeia – a primeira anexação pela força na Europa do *post*-Guerra – e, no ano seguinte, com a intervenção decisiva na guerra civil da Síria.

No caso da Crimeia, desde logo, a tentativa de isolar diplomaticamente a Rússia falha, quando a China, a Índia, o Brasil, a África do Sul e a maioria das potências regionais do

31 Jeffrey Mankoff. *Russia's Asia Pivot. Confrontation or Cooperation?* CSIS, 2 de fevereiro de 2015. Mikhail Troitskiy (2014). *The Sino-Russian Pivot and American Power*. MGIMO, Pin Points 40. Ekaterina Kuznetsova, Vladimir Inozemtsev (2013). “Russia's Pacific Destiny”. *American Interest*, 10 de outubro de 2013. Fiona Hill, Bobo Lo. “Putin's Pivot. Why Russia is Looking to the East”. *Foreign Affairs*, 31 de julho de 2013. Kadri Liik, ed. (2014). *Russia's Pivot to Eurasia*. ECFR.

32 Elizabeth Wishnick et al (2023). *Russian-Chinese Military Cooperation. An Increasingly Unequal Partnership*. Center for Naval Analysis Research Memorandum.

“Sul Global” se recusam a condenar a anexação da Crimeia. Nos meses seguintes, Putin é recebido por Xi em Pequim e participa na cimeira anual dos BRICS – o agrupamento que reúne o Brasil, a Rússia, a Índia, a China e a África do Sul. Por outro lado, os Estados Unidos e a Alemanha evitam confrontar a Rússia para lá da imposição de sanções e não põem em causa o Ato Fundador NATO-Rússia, que limita o reforço da defesa aliada na Europa Central e Oriental. Por último, Obama e Merkel recusam prestar assistência militar à Ucrânia na “guerra híbrida” no Donbas, onde as forças armadas ucranianas enfrentam as milícias russas que ameaçam declarar a independência do Donetsk e de Luhansk. No caso da Síria, Putin responde a Obama, que quis desqualificar a Rússia como uma “potência regional”³³, quando demonstra a sua capacidade para impor a vitória do regime alawita contra os Estados Unidos, a Turquia, a Arábia Saudita, a Grã-Bretanha e a França, e recupera o estatuto da Rússia como uma potência externa relevante no Médio Oriente e no Mediterrâneo.

A vantagem relativa da Rússia consolida-se depois das eleições presidenciais nos Estados Unidos e em França. Em nome da necessidade de impedir a aliança entre a Rússia e a China, Macron está preparado para reconstruir uma parceria estratégica com a Rússia assente no reconhecimento da neutralidade de uma Ucrânia desarmada e refém da principal potência eslava³⁴. Pela sua parte, Trump divide a comunidade transatlântica, ameaça retirar as tropas norte-americanas da Alemanha – ao mesmo tempo que reforça a sua presença na Polónia e apoia as forças armadas ucranianas – e, sobretudo, concentra os Estados Unidos na contenção da China, que fica mais dependente da sua retaguarda russa.

Em 2022, a conquista da Ucrânia devia ter confirmado o mesmo padrão de vitória das armas e da diplomacia da Rússia que prevalece nos casos da Crimeia e da Síria. Porém, a resistência ucraniana prejudica essa possibilidade quando transforma o golpe-de-mão de Putin contra Kyiv, que devia ter decapitado o regime de Zelensky e as suas forças armadas, numa Guerra Russo-Ucraniana³⁵. A superioridade do potencial estratégico da Rússia e o seu estatuto como potência nuclear podem impedir a derrota no campo das armas, mas não asseguram a vitória numa guerra prolongada, que põe à prova a estabilidade política do regime de Putin.

A Rússia tem dificuldades no domínio militar: precisa dos armamentos iranianos e norte-coreanos para sustentar uma guerra de alta intensidade para a qual não está preparada; a mobilização para a linha da frente europeia força a retirada do grosso das suas tropas na fronteira chinesa; e os aliados ocidentais garantem a modernização das capacidades das forças ucranianas, que infligem baixas consideráveis às forças russas. A Rússia tem dificuldades nas relações com os seus aliados no “espaço *post-soviético*”: Putin não consegue garantir a intervenção militar direta da Bielorrússia ao lado das suas tropas na Ucrânia – o Presidente Alexander Lukachenko limita-se a aceitar a instalação de

33 “Obama dismisses Russia as a ‘regional power’ acting out of weakness”, *Washington Post*, 25 de março de 2014.

34 Isabelle Lasserre (2023). *Macron-Poutine. Les liaisons dangereuses*. Paris: Editions de l’Observatoire.

35 Serhii Plokhyy (2023). *The Russo-Ukrainian War*. New York: Penguin. Ver também Michael Kofman, Liam Collins, John Spencer. *The Battle of Hostomel Airport*. War on the Rocks, 10 de agosto de 2023.

armas nucleares russas no território da Bielorrússia; os restantes aliados da Organização do Tratado de Segurança Coletiva (CSTO), incluindo o Cazaquistão, o Quirguistão e o Tajiquistão, mantêm uma certa distância em relação à aventura ucraniana e aproximam-se de Pequim, que organiza a primeira cimeira entre a República Popular da China e as cinco antigas Repúblicas soviéticas da Ásia Central; e a Arménia não pode contar com a intervenção da Rússia contra o Azerbaijão, apoiado pela Turquia e por Israel. A Rússia tem dificuldades no plano interno, quando as forças irregulares da Companhia Wagner se amotnam e revelam divisões internas no regime de Putin.

A China de Xi quer continuar a apoiar a Rússia de Putin, se possível sem se envolver diretamente na Guerra da Ucrânia, tal como fez no passado quando esteve ao lado do Paquistão sem intervir nas guerras indo-paquistanesas. A aventura ucraniana inverte as posições dos dois parceiros continentais e a Rússia, em rutura com os Estados Unidos, a Alemanha e o “Ocidente coletivo”, depende cada vez mais da principal potência asiática como a sua retaguarda segura.

A nova posição da China como a potência dirigente na coligação revisionista é sublinhada pela sua diplomacia, que apresenta um documento para a “resolução política da crise ucraniana” no primeiro aniversário da invasão russa. O documento retoma as suas posições, incluindo a defesa dos princípios da Carta das Nações Unidas; a condenação do uso e da ameaça do uso de armas nucleares e dos ataques a instalações nucleares civis; e a defesa de regras humanitárias, num conflito marcado pela brutalidade das tropas russas contra as populações civis ucranianas; mas também reitera a oposição às sanções, não reconhece a agressão da Rússia, nem se refere às questões territoriais, nem ao futuro estatuto internacional da Ucrânia³⁶.

A China quer apresentar-se como um mediador diplomático. Zelensky fala com Xi e declara-se aberto à iniciativa chinesa, embora rejeite à partida qualquer cedência territorial, incluindo a Crimeia. Pela sua parte, Putin admite que certos pontos do documento podem servir como ponto de partida para as conversações com a Ucrânia, embora, implicitamente, rejeite outros pontos inaceitáveis para a Rússia, que exige o reconhecimento da anexação não só da Crimeia, mas também dos *oblasts* de Donetsk, Luhansk, Kherson e Zaporizhzhia.

Em março, Xi Jinping está em Moscovo para a cimeira anual com Putin, numa demonstração clara de apoio ao Presidente russo, cada vez mais isolado no plano internacional. Nesse contexto, a Rússia está preparada para fazer cedências, como a formação de uma entidade russo-chinesa para desenvolver a rota marítima do Ártico (a passagem do Nordeste, que pertence à sua Zona Económica Exclusiva) e o uso da moeda chinesa nas trocas comerciais com a China e com terceiros; mas não há entendimento para finalizar os acordos para a construção do Power of Siberia II, o segundo gasoduto que liga a Rússia à China, através da Mongólia³⁷. Todavia, no campo essencial da política, Xi sublinha a

36 *China's Position on the Political Settlement of the Ukraine Crisis*, Xinhua, 24 de fevereiro de 2023.

37 Michal Bogusz, Witold Rodkiewicz. *Games between allies. Xi Jinping's visit to Moscow*. OSW Commentaries 502, 24 de março de 2023.

importância decisiva da parceria estratégica quando diz a Putin que a China e a Rússia podem comandar “as mudanças sem precedentes desde há cem anos” se continuarem unidas³⁸.

A China de Xi, tal como a Rússia de Putin, não tem alternativa à parceria estratégica sino-russa, que se torna uma aliança indispensável sem deixar de ser uma relação competitiva, marcada por tensões inevitáveis entre as duas grandes potências revisionistas, que se acentuam desde o início da Guerra da Ucrânia.

Os limites da parceria sino-russa são patentes. O novo Conceito de Política Externa russo confirma o “*pivot* oriental” de Moscovo, mas valoriza, em paralelo, as relações com a China e com a Índia, os dois rivais asiáticos, ambos membros da SCO e dos BRICS³⁹. A primeira cimeira de Xi com os Presidentes das antigas Repúblicas soviéticas da Ásia Central indica que a China está preparada para reforçar a sua presença numa altura em que a capacidade de intervenção da Rússia, crucial para garantir a permanência dos regimes autocráticos locais, está prejudicada. Pequim não pode aceitar mudanças políticas na Ásia Central que abram portas à penetração ocidental ou que possam sustentar os movimentos separatistas no Xinjiang⁴⁰.

Os vínculos da parceria sino-russa são evidentes. A invasão da Ucrânia antecipa a quarta crise nos Estreitos da Formosa e estabelece uma ligação entre a estratégia de Putin na Ucrânia e a estratégia de Xi na “questão de Taiwan” e entre os dois conflitos no centro da balança do poder. A rutura entre a Rússia e os Estados Unidos na Ucrânia precede a rutura entre a China e os Estados Unidos em Taiwan⁴¹ e consolida a parceria estratégica entre as duas principais potências revisionistas na sua luta contra a principal potência internacional.

As elites norte-americanas e chinesas consideram irreversível o declínio russo. Essa posição justifica, em parte, a relutância dos Estados Unidos em confrontar diretamente o expansionismo da Rússia, ao qual preferem opor uma estratégia indireta que acelera a erosão das capacidades do velho inimigo da Guerra Fria e destrói a sua reputação. No mesmo sentido, a percepção chinesa serve para explicar por que razão a China deixou de temer o seu inimigo histórico, não obstante a Rússia continuar a ser uma das duas grandes potências nucleares⁴².

A mudança na balança entre as três principais potências deixa o caminho aberto à dinâmica de bipolarização entre o campo dos Estados Unidos e do “Ocidente coletivo” e o campo da China, da Rússia e das autocracias revisionistas, uma versão tripolar, ou multipolar, da Guerra Fria que pode antecipar uma nova divisão bipolar na estrutura do sistema internacional⁴³.

38 Alexander Gabuev. “What’s Really Going on Between Russia and China”. *Foreign Affairs*, 12 de abril de 2023.

39 *The Concept of the Foreign Policy of the Russian Federation*, Approved by Decree of the President of the Russian Federation n.º 229, 31 de março de 2023.

40 James Palmer. “Is China Replacing Russia in Central Asia?” *Foreign Policy*, 23 de março de 2023.

41 Mathieu Duchatel. *Taiwan. Jusqu’où ira la Chine?* Institut Montaigne, 2 de setembro de 2022. Hal Brands, Michael Beckley. “The Coming War Over Taiwan”, *Wall Street Journal*, 4 de agosto de 2022.

42 Yan Xuetong (2019). *Leadership and the Rise of Great Powers*. Princeton: Princeton University Press.

43 Oystein Tunsjø (2018). *The Return of Bipolarity to World Politics. China, the United States, and Geostuctural Realism*. New York: Columbia University Press. Yan Xuetong (2020). “Bipolar Rivalry in the Early Digital Age”.

A lógica de bipolarização, assumida tanto pelos Estados Unidos, como pela China e pela Rússia, é acelerada pela Guerra da Ucrânia. A crise da ordem liberal faz com que o regresso à normalidade na luta pelo poder se transforme no regresso de uma competição sistémica em que está posta em causa a unidade da ordem internacional. A Estratégia de Segurança Nacional de Biden faz uma distinção explícita entre a ameaça imediata da Rússia, um perturbador regional da balança do poder, e a ameaça sistémica da China, a única que tem a vontade e o poder em todas as dimensões necessárias para formar uma ordem alternativa à ordem liberal. O “sonho chinês” de Xi Jinping é a restauração da posição hierárquica do velho “império do meio” no centro da nova ordem mundial.

A separação entre as duas ordens está em marcha. Os Estados Unidos querem federar os aliados, os parceiros e todos os Estados que defendem os princípios da Carta das Nações Unidas e a ordem multilateral assente no direito internacional contra o desafio das autocracias revisionistas. Na teoria liberal, a ameaça das autocracias é uma repetição da história trágica do século XX que reclama a firmeza das democracias para evitar repetir os erros trágicos do século passado. A China quer federar a Rússia, o Irão, a Coreia do Norte, o conjunto das autocracias ameaçadas pela democracia pluralista e todos os que rejeitam a velha hegemonia dos Estados Unidos e dos seus aliados, nomeadamente os Estados do “Sul Global” onde os ressentimentos anticoloniais ainda não deixaram de ser uma força política relevante. Na teoria revisionista, a ofensiva das autocracias em todas as frentes acelera o fim da hegemonia democrática e o advento do mundo *post*-ocidental.

O desacoplamento tecnológico, que mobiliza os Estados Unidos, a União Europeia, o Japão, a Índia, Taiwan e a Coreia do Sul na formação de uma esfera de influência tecnológica exclusiva para garantir a autonomia estratégica do “Ocidente coletivo” face à China, antecipa o fim da globalização, que se torna irreversível com a separação entre as duas maiores economias mundiais e a nova divisão do sistema internacional em dois campos estrategicamente opostos, politicamente irreconciliáveis e ideologicamente antagónicos.

II. A balança dos extremos

A Guerra da Ucrânia confirma o declínio dos Estados Unidos, revela a incapacidade da China para comandar a transição internacional e impor uma nova ordem mundial e acelera a decadência da Rússia. Nesse sentido, as três maiores potências estão, singular e coletivamente, mais fracas do que antes da invasão e, em contrapartida, a margem de autonomia das potências intermédias tende a aumentar, tanto mais quando prevalece uma lógica de escalada na dinâmica de bipolarização entre a aliança conservadora e a coligação revisionista.

A resposta à agressão russa consolida a demarcação entre os dois campos rivais. Os Estados Unidos de Biden conseguem manter a unidade do “Ocidente Global”⁴⁴, que mobiliza os principais aliados europeus e asiáticos – o Japão, a Grã-Bretanha, a Alemanha, a Coreia do Sul, a França e a Austrália – e uma parte dos Estados reconhecidos como aliados dos Estados Unidos na lista dos Major Non-NATO Allies (MNNA), como Israel, Tunísia ou Marrocos⁴⁵. A Rússia de Putin fica reduzida a um quadrado de párias – a Bielorrússia, a Síria, a Coreia do Norte, a Nicarágua e a Eritreia. A China, o Irão e até a Venezuela preferem abster-se nas Nações Unidas para não partilhar o isolamento do seu parceiro revisionista.

A maioria dos Estados que não estão alinhados nem com o “Ocidente Global”, nem com o “Oriente Global”⁴⁶ – a coligação autocrática revisionista dirigida pela China e pela Rússia –, condena a invasão da Ucrânia, mas a maioria das potências intermédias do “Sul Global” inclina-se para uma posição neutral e evita tomar uma posição na luta pelo poder entre os dois campos. A Índia, o Paquistão, o Vietname, a África do Sul, a Argélia, a Etiópia e Angola abstêm-se na votação das resoluções das Nações Unidas que condenam a agressão russa. O Brasil, a Argentina e o Egito, que pertencem à lista oficial dos aliados dos Estados Unidos, tal como a Arábia Saudita, a Indonésia, o Bangladesh, a Nigéria e o México, que não têm esse estatuto, condenam a Rússia na Assembleia Geral, mas, com exceção da Arábia Saudita, não votam a sua expulsão da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas⁴⁷. O conjunto desses Estados não aplica sanções à Rússia, nem apoia

44 O termo usado por Gideon Rachman é uma variante do “Ocidente coletivo”, o termo que os *media* russos usam desde a invasão da Ucrânia para denunciar a última versão da “grande conspiração” contra Moscovo e que foi adotado pelo lado oposto para sublinhar a restauração da unidade entre os aliados europeus e asiáticos. Gideon Rachman. “Xi Jinping’s China and the rise of the ‘global west’”, *Financial Times*, 24 de outubro de 2022.

45 A designação de *Major Non-NATO Ally* (MNNA) é estabelecida em 1987. Em 2021, a lista oficial dos MNNA inclui 18 Estados: Argentina, Austrália, Bahrein, Brasil, Colômbia, Coreia do Sul, Egito, Filipinas, Israel, Japão, Jordânia, Koweit, Marrocos, Nova Zelândia, Paquistão, Qatar, Tailândia, Tunísia.

46 John Ikenberry usa essa designação para identificar o campo das autocracias revisionistas em que se integram a China, a Rússia ou o Irão. G. John Ikenberry (2023). *Three Worlds, One Global Order*. Ms.

47 “UN General Assembly votes to suspend Russia from the Human Rights Council”, *UN News*, 7 de abril de 2022.

a Ucrânia e procura manter a distância perante uma guerra europeia que consideram um conflito marginal prejudicial para os interesses do “Sul Global”.

O conceito de “Sul Global” é demasiado fluido, mais ainda do que os seus predecessores anticolonialistas, como o movimento dos não-alinhados no *post*-Guerra, cujo programa político definia a identidade coletiva dos Estados que não queriam ser parte de nenhum dos dois blocos que se formam na Guerra Fria. A maior parte dos Estados da Ásia, do Médio Oriente e de África podiam rever-se nessa definição do seu estatuto internacional, embora o movimento, desde a Conferência de Bandung em 1955, incluísse também um Estado europeu – a Jugoslávia –, e nem todos os Estados que o integravam fossem não-alinhados: a China, desde 1950, e a Índia, depois da cisão sino-soviética, são aliadas à vez da União Soviética, e o Paquistão é aliado dos Estados Unidos e da China. Paralelamente, os países em vias de desenvolvimento que não queriam escolher entre o capitalismo ocidental e o socialismo soviético podiam rever-se no conceito de “Terceiro Mundo”⁴⁸. A definição original do conceito não impediu a China comunista de se apresentar como a potência dirigente do “Terceiro Mundo”⁴⁹, que designa os países subdesenvolvidos das periferias por oposição aos países industrializados do “Primeiro Mundo” – as duas superpotências – e do “Segundo Mundo” – a Europa e o Japão.

O “Sul Global” é uma tentativa de preencher um vazio identitário, quando o fim da Guerra Fria torna supérfluas tanto a procura de uma “terceira via” entre o capitalismo e o socialismo, como a projeção do movimento não-alinhado como uma “terceira força” no duelo entre a coligação ocidental e o imperialismo soviético. Mas, ao contrário dos seus antecessores, sustentados pela vaga da descolonização do *post*-Guerra, o novo conceito de “Sul Global” não corresponde a um movimento histórico, nem se refere a um programa político, nem a modos alternativos de organização da sociedade industrial.

Numa fase inicial, o “Sul Global” quer contrapor-se ao “Norte Global” para dar forma a um movimento internacional *post*-colonial anti-ocidental⁵⁰. Porém, a dinâmica de polarização entre os Estados Unidos e o “Ocidente coletivo” e a China e a coligação revisionista anula o “Norte Global” como uma referência politicamente relevante e reconstrói a identidade do “Sul Global” como um conjunto de Estados periféricos que não quer tomar partido numa nova Guerra Fria, sobretudo depois da invasão da Ucrânia pela Rússia.

O conceito de potência intermédia também é demasiado impreciso e precisa de ser definido para identificar as entidades que pertencem a essa categoria na nova conjuntura. Desde logo, são Estados que querem consolidar a sua autonomia estratégica para não ficarem reféns da bipolarização entre os campos que disputam a hegemonia global. Por outro lado, são potências regionais cujas posições podem condicionar as estratégias das potências internacionais que definem a balança do poder central. Por último, são potências secundárias relevantes pela sua posição em domínios críticos na avaliação do poder internacional, quer na dimensão estratégica nuclear, na dimensão científica e tecnológica ou

48 Alfred Sauvy. “Trois mondes, une planète”, *L'Observateur*, 14 de agosto de 1952.

49 *Speech by the Chairman of the Delegation of the People's Republic of China Deng Xiaoping, at the Special Session of the U.N. General Assembly*, 10 de abril de 1974.

50 Luciana Ballestrin. “The Global South as a Political Project”. *E-International Relations*, 3 de julho de 2020.

na dimensão financeira, quer pela geografia, pelo peso demográfico, pela posição política e institucional ou pelo controle de recursos estratégicos.

Essas potências são potências intermédias no triplo sentido em que ocupam uma posição própria na hierarquia do poder entre as principais potências internacionais e os Estados menores; por poderem escolher o seu lugar e mudar de posição na competição entre o campo conservador e o campo revisionista na política internacional⁵¹; e porque podem vir a formar e ser relevantes na organização de um agrupamento alternativo à competição entre as duas coligações rivais.

Em 1996, Paul Kennedy identificou nove “pivotal states” – “potências-charneira” que podiam vir a ser decisivas na evolução da balança internacional pelo seu peso político, económico ou militar, pela sua escala territorial ou demográfica, ou pela sua geografia⁵². A lista de Kennedy inclui as duas principais potências da América Latina – o México e o Brasil; três potências africanas – a Argélia, o Egito e a África do Sul; a Turquia; as duas potências da Ásia do Sul – a Índia e o Paquistão; e a principal potência da Ásia do Sudeste – a Indonésia. Nesse conjunto, estão duas das três potências que se tornam potências nucleares no *post*-Guerra Fria – a Índia e o Paquistão; seis das dez potências secundárias que integram o G20 em 1998 – a Índia, a Indonésia, o Brasil, o México, a África do Sul e a Turquia; e duas das quatro potências ascendentes incluídas na fórmula original dos BRIC – o Brasil e a Índia, que vão formar os BRICS com a China, a Rússia e a África do Sul⁵³.

Há listas com critérios alternativos. Em 2023, o *Economist* propõe os Transactional 25 (t25) – as maiores “economias não-alinhadas” –, uma lista que inclui todos os *pivotal states*, todos os membros não-alinhados do G20, todas as potências nucleares periféricas, exceto a Coreia do Norte, a maioria dos Estados da Ásia do Sudeste, e ainda o Qatar e os Emirados Árabes Unidos, a Colômbia, o Peru, o Chile, o Bangladesh e a Nigéria⁵⁴. É importante assinalar outros Estados com posições fortes em domínios críticos, como a energia – o Irão, a Venezuela, o Cazaquistão ou a Guiana, onde acabam de ser descobertas reservas importantes de petróleo; os minérios críticos para a transição digital – o Congo, o Peru ou a Namíbia – ou para a cadeia alimentar – Marrocos, com as maiores reservas de fosfatos; ou os produtos tecnológicos de ponta – Taiwan para os semicondutores. A reorganização das cadeias de produção globais torna um certo número de Estados relevantes para o *friendly-shoring*, como o Vietname ou o Bangladesh.

51 Jared Cohen. *The rise of geopolitical swing states*. Goldman Sachs, 15 de maio de 2023.

52 O termo “*pivotal states*” é escolhido como uma referência explícita ao “*pivot* histórico” de Halford Mackinder. Paul Kennedy, Robert Chase, Emily Hill. “Pivotal States and U.S. Strategy”. *Foreign Affairs*, 1 de janeiro de 1996.

53 Jim O’Neill (2001). *Building Better Global Economic BRICs*. Goldman Sachs Global Economic Paper 66. Em 2009, a China e a Rússia organizam uma cimeira multilateral com o Brasil e a Índia que adota o mesmo nome (a África do Sul integra-se mais tarde nos BRICS). Noutra versão, a Rússia, a Índia e a China inauguram, em 1999, uma cimeira trilateral dos RIC, que se chama BRICS quando reúne com o Brasil, dez anos depois. O Egito passa a fazer parte dos BRICS em 2024.

54 “Can the West win over the rest?”, *Economist*, 13 de abril de 2023. A lista completa dos t25: África do Sul, Arábia Saudita, Argélia, Argentina, Bangladesh, Brasil, Chile, Colômbia, Egito, Emirados Árabes Unidos (EAU), Filipinas, Índia, Indonésia, Israel, Malásia, Marrocos, México, Nigéria, Paquistão, Peru, Qatar, Singapura, Tailândia, Turquia e Vietname.

As estratégias das potências intermédias do “Sul Global” são descritas em registos diferentes, a começar pelas narrativas sulistas que se referem à transição do não-alinhamento para o “multi-alinhamento”, ou para um “não-alinhamento ativo”⁵⁵. Essas posições podem ser reconhecidas como uma forma de *hedging*⁵⁶, a referência na teoria das alianças que recusa a escolha entre o *balancing* – contrabalançar os mais fortes – e o *bandwagoning* – saltar para o comboio das potências ascendentes⁵⁷. Uma boa parte das potências intermédias não exclui as virtudes do *hiding* – manter um perfil discreto face aos conflitos entre as principais potências⁵⁸.

O conceito de neutralidade perdeu saliência desde a Segunda Guerra Mundial – a “neutralidade positiva” do Primeiro-Ministro indiano, Jawarharlal Nehru, perdeu o lugar para o “não-alinhamento”⁵⁹ –, mas é pertinente para descrever a estratégia da maior parte das potências intermédias das periferias perante a Guerra Russo-Ucraniana e a polarização entre os dois campos na disputa pela hegemonia global. No caso da China, do Irão ou da Venezuela, a neutralidade é uma ficção ou uma tática, mas a neutralidade das potências intermédias do “Sul Global” é uma realidade e uma estratégia que revela a sua percepção da necessidade imperativa de fazer a balança entre os extremos da nova Guerra Fria.

A ascensão da Índia e a balança asiática

A “Grande Ásia”, não obstante a Guerra Russo-Ucraniana, continua a ser o epicentro da política internacional, e a sua balança regional, dominada pela competição entre a China, a Índia e o Japão, é tão decisiva para a luta entre os dois campos na nova Guerra Fria, como a divisão da Europa o foi na primeira Guerra Fria.

As desventuras da Rússia na Ucrânia deixam a China a comandar a coligação revisionista e consolidar a sua posição como a principal potência asiática. Em contrapartida, o Japão e a Índia reforçam a sua aliança para conter os perigos da dominação unipolar chinesa e consolidam as suas posições respetivas como o principal aliado regional dos Estados Unidos e como a maior potência do “Sul Global”. Na balança asiática, o Paquistão, a Coreia do Norte, a Birmânia e o Camboja são aliados da China; a Coreia do Sul, a Austrália, a Nova Zelândia, Taiwan e as Filipinas são aliados dos Estados Unidos; e a maioria dos Estados do Sudeste asiático, incluindo a Indonésia, e da Ásia do Sul, incluindo a Índia, são neutrais.

55 Ian Hall (2019). *Modi and the Reinvention of Foreign Policy*: 21-40. Bristol: Bristol University Press. Carlos Fortin, Jorge Heine, Carlos Ominami, eds. (2021). *El no-alineamiento activo y America Latina*. Santiago do Chile: Catalonia.

56 Matias Spektor. “In Defence of Fence Sitters. What the West Gets Wrong About Hedging”, *Foreign Affairs*, 18 de abril de 2023.

57 Stephen Walt (1987). *The Origins of Alliances*. Ithaca: Cornell University Press. Randall Schweller (1994). “Bandwagoning for Profit.” *International Security* 19 (1): 72-107.

58 Paul Schroeder. Alliances, 1815-1945 in Klaus Knorr, ed. (1962). *Historical Dimensions of National Security Problems*: 227-262. Lawrence: University of Kansas Press.

59 Peter Lyon (1960). “Neutrality and the Emergence of the Concept of Neutralism”. *Review of Politics* 22 (2): 255-268. Peter Lyon (1963). *Neutralism*. Leicester: Leicester University Press. Arnold Wolfers (1961). *Neutralism*. Washington Center of Foreign Policy Research.

Essa posição de neutralidade tem expressões distintas na resposta à invasão da Ucrânia. A Índia, o Paquistão e o Sri Lanka abstêm-se de condenar a Rússia nas Nações Unidas, o Bangladesh vota a favor da resolução de 24 de março de 2022 e abstêm-se na de 23 de fevereiro de 2023, enquanto os Estados menores da Associação Sul-Asiática para a Cooperação Regional (SAARC) – Nepal, Maldivas, Butão – condenam a Rússia. A Indonésia condena a invasão da Ucrânia pela Rússia nas Nações Unidas, seguida por 8 dos 10 Estados-membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN): Singapura, o Camboja e Timor-Leste estão entre os patrocinadores da primeira resolução da Assembleia Geral que condena a Rússia e, entre os Estados do Sudeste asiático, só o Vietname e o Laos se abstêm na votação⁶⁰.

A Indonésia procura manter uma política rigorosa de equidistância nas relações com as principais potências internacionais⁶¹. No segundo semestre de 2022, a Indonésia ocupa a presidência rotativa do G20 e o Presidente Joko Widodo (Jokowi) vai a Kyiv – é o primeiro Chefe de Estado asiático a visitar a Ucrânia – e a Moscovo, por essa ordem, para manter abertos os canais diplomáticos com os dois beligerantes. O Presidente indonésio, que não toma em conta o pedido dos Estados Unidos e dos aliados para excluir a Rússia, convida o Presidente russo para a cimeira de Chefes de Estado e de Governo do G20 em Bali – Putin reconhece que não tem condições para participar e delega a representação russa no seu eterno Ministro dos Negócios Estrangeiros, Sergei Lavrov. Mas a diplomacia indonésia faz aprovar uma declaração final em que a maior parte dos membros do G20 condena a invasão da Ucrânia e exige a retirada completa e incondicional das tropas russas, nos termos das resoluções das Nações Unidas⁶².

A neutralidade indiana prefere a teoria do multi-alinhamento à teoria da equidistância. Desde 1962, a China é o principal adversário da Índia, que tem relações de parceria tanto com a Rússia, o seu principal aliado contra a China durante a Guerra Fria, como com os Estados Unidos, o seu principal aliado contra a China no *post*-Guerra Fria.

A Índia é o modelo da estratégia da balança dos extremos. No *post*-Guerra Fria, troca o não-alinhamento pelo multi-alinhamento, a planificação central pela economia de mercado e o pacifismo pelo estatuto de potência nuclear para consolidar a sua autonomia estratégica⁶³. Nos últimos trinta anos, a aceleração da modernização económica e social, assim como a integração internacional da Índia, transformam a principal potência da

60 A Junta militar birmanesa toma posição ao lado da Rússia, mas a representação do Myanmar nas Nações Unidas continua a ser a que foi nomeada pelo Governo anterior e vota no sentido contrário. Shannon Tiezzi. “How Did Asian Countries Vote on the UN Ukraine Resolution?”, *Diplomat*, 3 de março de 2022.

61 Evan Laksmana. Pragmatic Equidistance. How Indonesia Manages its Great Power Relations in David Denoon, ed. (2017). *China, the United States, and the Future of Southeast Asia*: 113-135. New York: New York University Press.

62 *G20 Bali Leaders’ Declaration*, Bali, Indonésia, 15-16 de novembro de 2022. Andrew Mantong, Gilang Kembara. *Indonesia’s G20 Presidency and the War in Ukraine*. CIDOB.

63 Ian Hall (2019). Frank O’Donnell, Mihaela Papa (2021). “India’s multi-alignment management and the Russia-India-China triangle”. *International Affairs* 97 (3): 801-822. Ver também Subrahmanyam Jaishankar (2020). *The India Way*. New York: HarperCollins.

Ásia do Sul, que passa a ser o país com a maior população e a maior força de trabalho do mundo, numa grande potência.

A sua prioridade é garantir a segurança em todas as dimensões perante a China e conter a emergência de uma “Ásia unipolar”. As duas grandes potências continentais asiáticas têm conflitos territoriais ao longo das linhas de demarcação herdadas do período colonial – a China e a Índia não têm fronteiras reconhecidas por ambas as partes e a sua separação territorial é definida por uma *Line of Actual Control* (LAC), que não impede afrontamentos militares recorrentes, tanto no Arunachal Pradesh, o mais remoto dos Estados indianos, como no Aksai Chin, anexado por Pequim depois da guerra sino-indiana de 1962. A China é o principal aliado do Paquistão, com quem a Índia travou quatro guerras desde a divisão do Raj Britânico; a Índia teme o cerco marítimo montado pela China, que tem uma base naval no Djibouti e pode vir a instalar forças navais no Camboja, no Myanmar, no Sri Lanka ou mesmo no Paquistão.

Para contrabalançar a ascensão da China, a Índia torna-se uma potência militar em todos os domínios, com novas capacidades nucleares, navais, aeronavais, submarinas e espaciais – é a primeira potência a garantir a alunagem do Chandrayaan III no pólo Sul da Lua, depois do fracasso da missão lunar russa em agosto de 2023. Paralelamente, procura multiplicar as suas parcerias externas – que só não são alianças no sentido em que Nova Deli recusa alianças formais que limitam a sua autonomia estratégica⁶⁴.

A Rússia é o mais antigo aliado da Índia e continua a ser crucial para contrabalançar a China; o Japão torna-se o seu principal aliado asiático, concentrado na prioridade de conter a hegemonia chinesa; os Estados Unidos são o aliado mais recente, depois de se terem reconciliado com o estatuto nuclear da Índia e de reconhecerem os perigos do desequilíbrio asiático; e a União Europeia é um parceiro cada vez mais importante no domínio político, tecnológico e económico. A Índia tem relações trilaterais de segurança com o Japão e o Vietname, com os Estados Unidos e a Austrália, com a França e a Austrália, e com a França e os Emirados Árabes Unidos; e é a potência dirigente da SAARC, que inclui o Paquistão, o Bangladesh, o Afeganistão, o Nepal, o Butão, o Sri Lanka e as Maldivas, e da Associação da Orla do Oceano Índico (IORA), que integra os Estados nas costas do Índico⁶⁵.

Desde 2014, o Primeiro-Ministro Narendra Modi e a sua maioria parlamentar empenham-se num reforço da centralização do Estado federal, de integração nacional de uma comunidade heterogénea e de consolidação de uma política externa que garante a crescente projeção internacional da Índia, reconhecida como a mais importante das potências

64 Shivshankar Menon (2021). *India and Asian geopolitics*. New York. Brookings Institution. C. Raja Mohan, Harnaik Singh, eds. (2023). *Coping with China-India Rivalry. South Asian Dilemmas*. Nova Delhi: World Scientific Pub. Ver também Brama Chellaney (2006). *The Asia Juggernaut. The Rise of China, India, and Japan*. New York: HarperCollins.

65 Os Estados-membros da IORA, além da Índia, são a África do Sul, a Austrália, o Bangladesh, os EAU, a França, a Indonésia, o Irão, Madagáscar, a Malásia, as Malvinas, as Maurícias, Moçambique, o Omã, o Quênia, as Seicheles, Singapura, a Somália, o Sri Lanka, a Tanzânia, a Tailândia e o Iémen.

intermédias⁶⁶. Em 2017, a Índia entrou na SCO pela mão da Rússia, sem por isso deixar de estar ao lado dos Estados Unidos no QUAD, onde a diplomacia indiana reproduz a velha estratégia asiática do império britânico para reconstruir as alianças com o Japão, a Austrália e os Estados Unidos contra a China, que substitui a Rússia como a nova ameaça continental no século XXI.

A Índia é a única potência relevante que pertence simultaneamente aos quadros multilaterais emblemáticos das duas coligações rivais na Ásia e no Indo-Pacífico – a SCO e o QUAD – e, nesse sentido, é o paradigma da balança entre os pólos opostos do sistema internacional.

A Índia, fundadora e dirigente do movimento dos não-alinhados durante a Guerra Fria, quer ser a potência dirigente do “Sul Global” no *post*-Guerra Fria, e é um modelo para as potências intermédias. O Ministro dos Negócios Estrangeiros indiano, Subrahmanyam Jaishankhar, enuncia a posição política do “Sul Global” na crise ucraniana: “a Europa tem de deixar de achar que os seus problemas são os problemas do mundo e que os problemas do mundo não são os seus problemas”⁶⁷.

A Índia não condena a Rússia nas Nações Unidas e mantém a sua neutralidade⁶⁸. As forças armadas indianas continuam a depender das armas avançadas russas, incluindo os submarinos estratégicos (Chakra III); ao lado da China, a Índia é o principal mercado alternativo para os produtos energéticos que a Rússia deixou de vender no mercado europeu; e Modi continua a participar em cimeiras multilaterais com Putin, sem deixar de o criticar publicamente. Porém, a Índia vai deixar de poder contar com uma Rússia forte para contrabalançar a China e, nesse sentido, tem de adaptar a sua estratégia a uma nova equação em que a balança revisionista passa a ser comandada por Pequim. A sua primeira escolha é uma valorização das relações com o Japão, a Austrália, o Vietname e a ASEAN no espaço asiático, e com a França, a Grã-Bretanha, a Alemanha e a União Europeia no espaço europeu, sem perder a sua posição na SCO e nos BRICS ou desistir da IBSA, onde se reúnem a Índia, o Brasil e a África do Sul. Mas a escalada na luta pelo poder, que se pode estender a Taiwan, joga a favor de um crescente alinhamento com os Estados Unidos e o Japão, com quem a Índia partilha a prioridade decisiva da contenção da China. A balança dos extremos não exclui um alinhamento preferencial da Índia⁶⁹.

A Índia tem uma estratégia clássica de defesa egoísta do seu interesse nacional e não hesita em tirar partido da conjuntura criada pela Guerra Russo-Ucraniana para maximizar a sua posição relativa nas relações com os Estados Unidos e com a Rússia e para consolidar a sua posição como potência dirigente do “Sul Global”, que é uma dimensão relevante da sua competição com a China. A Índia, sobretudo, é a única potência intermédia indispen-

66 Ian Hall (2019). C. Raja Mohan (2015). *Modi's World. Expanding India's Sphere of Influence*. New York: Harper-Collins. C. Raja Mohan, Ashley Tellis, Bibek Debroy, eds. (2023). *Grasping Greatness. Making India a Leading Power*. New York: Penguin. Thomas Gomart (2023). *Les ambitions inavouées*:175-197. Paris: Tallandier.

67 “Europe has to grow out of the mindset that its problems are world's problems: Jaishankar”, *Indian Express*, 4 de junho de 2022.

68 Ashley Tellis. *What's In Our Interest? India and the Ukraine War*. Carnegie Endowment, 25 de abril de 2022.

69 Ashley Tellis tem uma posição diferente. Ashley Tellis. “America's Bad Bet on India. New Delhi Won't Side with Washington Against Beijing”. *Foreign Affairs*, 1 de maio de 2023.

sável na formação de um movimento representativo do “Sul Global” e, de certa maneira, a melhor garantia de que esse movimento não é anti-ocidental.

Os dilemas da Turquia e o Médio Oriente

A configuração política do Médio Oriente muda significativamente com a Guerra da Síria e com a Guerra Russo-Ucraniana. Ao contrário da “Grande Ásia”, centrada na China, nenhuma das três principais potências internacionais pertence ao Médio Oriente, embora os Estados Unidos, a Rússia e a China se possam considerar como potências externas relevantes no Médio Oriente – uma característica específica, que não é partilhada por mais nenhum outro complexo de segurança regional.

O Médio Oriente tem uma estrutura multipolar de distribuição de poder e é classificado como uma formação de conflitos, que opõem o Irão à Arábia Saudita, a Israel, ao Egito e à Turquia; Israel à maioria dos Estados árabes e islâmicos vinculados à defesa do direito de autodeterminação palestino; ou os Estados xiitas – o Irão, o Iraque e a Síria – aos Estados sunitas. Os aliados regionais dos Estados Unidos, como a Arábia Saudita, o Egito ou a Turquia inclinam-se para uma posição neutral na luta pelo poder internacional, e até Israel, o mais importante dos aliados norte-americanos no Médio Oriente, tem relações especiais com a China e com a Rússia. A tendência para a neutralidade prevalece no espaço regional, enquanto o Irão e a Síria reforçam o seu alinhamento com a China e com a Rússia.

A heterogeneidade regional tem uma tradução própria na votação das resoluções das Nações Unidas sobre a Ucrânia. A maioria dos Estados do “Grande Médio Oriente” condena a Rússia, mas as potências relevantes dividem-se – a Síria é um dos quatro Estados que vota ao lado da Rússia na primeira resolução, a Argélia, o Iraque e o Irão abstêm-se, enquanto a Arábia Saudita, o Egito, Marrocos e a Turquia votam com a maioria. Os pequenos Estados do Conselho de Cooperação do Golfo (GCC) seguem a Arábia Saudita, a Argélia está isolada no Magreb, e o Iraque vota ao lado do Irão.

A Arábia Saudita é o mais recente (e o mais inesperado) émulo da balança dos extremos. Desde o fim da Guerra Fria e, sobretudo, com a crescente autonomia energética dos Estados Unidos – uma consequência direta da revolução iraniana de 1979 – o reino saudita perde relevância para o seu protetor externo, sem poder dispensar a garantia estratégica norte-americana, cada vez mais importante perante a consolidação regional do Irão, apesar da contestação interna ao regime teocrático xiita em Teerão poder limitar conjuntamente a sua capacidade ofensiva⁷⁰.

O Irão é a principal autocracia revisionista no Médio Oriente e parte integrante do eixo Pequim-Moscovo-Teerão. A sua projeção regional aumenta significativamente com a instalação no poder da maioria xiita no Iraque, pela mão dos Estados Unidos; com a vitória do regime alawita na guerra civil da Síria, pela mão da Rússia e do Irão, cuja intervenção

70 Ghaidaa Hetou. *Saudi Arabia in* Thierry Balzacq, Peter Dombrowski, Simon Reich, eds. (2019). *Comparative Strategy*: 239-261. Oxford: Oxford University Press. Thomas Gomart (2023): 231-254.

assegura a sobrevivência de Bashar al-Assad contra os Estados Unidos, a França, a Turquia e a Arábia Saudita, que apoiam em vão a revolta da maioria sunita; e com o prolongamento da Guerra do Iémen, que mostra os limites da capacidade militar da Arábia Saudita e dos seus aliados regionais para neutralizar a revolta dos Houthis, armados por Teerão⁷¹.

Nesse contexto, a Arábia Saudita decide fazer novas parcerias bilaterais com a Rússia e a China, os aliados do Irão na coligação revisionista. A Arábia Saudita conclui uma aliança com a Rússia para fixar os preços do petróleo no formato alargado da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP+) – uma parceria que resiste à pressão direta dos Estados Unidos, quando, na sequência da invasão da Ucrânia, Washington tenta impedir o seu aliado de decidir cortes significativos na produção de petróleo em conjunto com Moscovo⁷².

A brutal repressão chinesa das minorias islâmicas no Xinjiang não impede a Arábia Saudita de assinar, em dezembro de 2022, uma “parceria estratégica global” com a China. O seu principal cliente asiático pode vir a pagar o petróleo em moeda chinesa e apoiar o futuro programa nuclear saudita. Os Estados Unidos sempre se opuseram a essa medida estrutural na estratégia de modernização que é a bandeira política do Príncipe Mohammed bin Salman, sucessor do Rei Salman, e que é a única forma de contrabalançar autonomamente os perigos do programa militar nuclear do Irão⁷³. Em 2023, a Arábia Saudita aceita a mediação final da China para fechar o acordo de normalização das relações diplomáticas oficiais com o Irão, que é suposto conter a escalada das tensões no Golfo Pérsico e que reconhece à principal potência asiática um estatuto inédito como potência externa relevante no Médio Oriente⁷⁴.

O exercício é, em si mesmo, notável. A Arábia Saudita, tal como o conjunto dos Estados que formam o GCC, continua a depender dos Estados Unidos e dos aliados ocidentais na dimensão de segurança, mas nem por isso deixa de convergir com a Rússia para regular o mercado internacional dos produtos petrolíferos e de abrir as portas para a China substituir os Estados Unidos como mediador diplomático no conflito pela hegemonia regional que opõe os dois rivais islâmicos. O duplo alinhamento saudita é confirmado

71 Dilip Hiro (2020). *Cold War in the Islamic World. Saudi Arabia, Iran and the Struggle for Supremacy*. Londres: Hurst&Co. Amin Saikal (2019). *Iran Rising. The Survival and Future of the Islamic Republic*. Princeton: Princeton University Press.

72 “Saudi, Emirati Leaders, Decline Calls with Biden During Ukraine Crisis”, *Wall Street Journal*, 8 de março de 2022. Emile Hokayem (2022). “Fraught Relations: Saudi Ambitions and American Anger”. *Survival* 64 (6): 7-22. Kristian Ulrichsen et al. *The OPEC+ Phenomenon of Saudi-Russia Cooperation and Implications for US-Saudi Relations*. Baker Institute, 18 de outubro de 2022.

73 “China and Saudi Arabia Sign Partnership as Xi Visits Kingdom”, *New York Times*, 8 de dezembro de 2022. “Saudi Arabia Signs Huawei Deal, Deepening China Ties on Xi’s Visit”, *Japan Times*, 9 de dezembro de 2022. Naser al-Tamimi. Saudi Arabia’s Once Marginal relationship with China Turns into a Comprehensive Strategic Relationship in MERICS. *Beyond blocs: global views on China and US-China relations*, 18 de agosto de 2022.

74 “China-Brokered Deal Between Iran, Saudi Arabia Marks a New Middle East”, *Wall Street Journal*, 11 de março de 2023. Yasmine Farouk. *Riyadh’s Motivations Behind the Saudi-Iran Deal*. Carnegie Endowment, 30 de março de 2023. Saedi Golkar, Kasra Arabi. “The Real Motivation Behind Iran’s Deal with Saudi Arabia”. *Foreign Policy*, 6 de abril de 2023.

pela sua candidatura para ser membro dos BRICS, aprovada na cimeira de Joanesburgo em agosto de 2023.

A Turquia tenta seguir um caminho paralelo nas suas relações com os Estados Unidos, a Rússia e a China. Desde o fim da Guerra Fria, a Turquia, membro da NATO e candidato à União Europeia, perde relevância estratégica para os Estados Unidos e para a defesa europeia e fica cercada por conflitos nos quatro pontos cardeais – a Norte, as guerras de secessão jugoslavas, na Europa balcânica; a Oeste, a questão de Chipre com a Grécia, seu parceiro e rival na NATO, no Mediterrâneo Oriental; a Sul, as guerras do Golfo Pérsico com as intervenções dos Estados Unidos e dos aliados contra o Iraque; e, a Leste, as guerras no Cáucaso entre a Arménia e o Azerbaijão, que antecipam a decomposição da União Soviética⁷⁵.

A resposta turca aos riscos de um isolamento crescente e à multiplicação das ameaças em todas as periferias é a doutrina de “profundidade estratégica” e a redefinição da sua posição internacional como um centro inter-regional com capacidade de projeção política em todas as direções, que as autoridades procuram conciliar com a posição da Turquia na NATO e a candidatura à União Europeia, apoiada pelos Estados Unidos e pela Alemanha, onde está instalada uma minoria turca significativa.

Desde 2003, a ascensão do Partido da Justiça e do Desenvolvimento (AKP) e do Presidente Recep Tayyip Erdogan consolida o regime nacionalista islâmico, cuja estratégia neo-otomana se traduz numa crescente integração na dinâmica regional do Médio Oriente, na defesa da expansão marítima no Mar Negro e no Mediterrâneo Oriental⁷⁶, num esforço de penetração no Cáucaso, na Ásia Central e em África, e num distanciamento crescente em relação aos Estados Unidos, à NATO e aos aliados europeus.

Em 2016, a tentativa de golpe de Estado contra Erdogan e a intervenção decisiva da Rússia na Guerra da Síria criam as condições internas e externas para o *rapprochement* entre Ancara e Moscovo e para iniciar o “Processo de Astana”, em que a Rússia, o Irão e a Turquia, com o apoio das Nações Unidas, convergem na procura de uma fórmula de relegitimação do regime alawita de Bashar al-Assad e marginalizam a intervenção dos países árabes e dos seus aliados ocidentais que apoiam a revolta sunita síria. Ato contínuo, a Turquia torna-se o primeiro membro da NATO a adquirir sistemas avançados de defesa anti-aérea russos (S400), o que leva os Estados Unidos a suspender a venda dos aviões de combate *F-16*⁷⁷. O *rapprochement* entre Ancara e Moscovo não impede os

75 Ioannis Grigoriadis. *The Davutoglu Doctrine and Turkish Foreign Policy*. ELIAMEP. Working Paper 8/2010. Bulent Aras (2009). *The Davutoglu Era in Turkish Foreign Policy*. SETA Policy Brief 32. Behlul Ozkan (2014). “Turkey, Davutoglu, and the Idea of Pan-Islamism”. *Survival* 56 (4): 119-140. Ver também Ahmet Davutoglu. “Zero Problems in the New Era”. *Foreign Affairs*, 21 de março de 2013.

76 Ryan Gingeras. *Blue Homeland. The Heated Politics Behind Turkey's New Maritime Strategy*. War on the Rocks, 2 de junho de 2020. Ver também Cem Gurdeniz. *What is the Blue Homeland in the 21st Century?* Ms., 7 de dezembro de 2020.

77 Dimitar Bechev *et al* (2021). *Fire and Ice. The Russian Turkish Partnership*. EU Institute for Security Studies. Pavel Baev (2021). *Strategic Partners and Rivals*. Notes de PIFRI 35. Asli Aydintasbas, Kemal Kirisci (2017). *The United States and Turkey. Friends, Enemies, or Only Interests*. Brookings Institution. Turkey Policy Project Paper 12. Gonul Tol, Omer Taspinar. *Turkey's Russian Roulette in Karim Mezran, Arturo Varvelli, eds.* (2019). *The MENA Region: A Great Power Competition*. 107-126. ISPI, Atlantic Council.

dois parceiros de estar em lados opostos na guerra civil na Líbia, ou na Segunda Guerra do Nagorno-Karabakh, onde o apoio militar turco (e israelita) se revela decisivo para a vitória do Azerbaijão sobre a Arménia, que não beneficia da proteção da Rússia, não obstante ser o único membro caucasiano da CSTO.

A Guerra da Ucrânia vai pôr à prova a diplomacia turca, que não quer alienar a Ucrânia, nem hostilizar a Rússia, nem arriscar a rutura com a NATO. Desde 2014, a Turquia apoia a modernização da marinha e do exército ucraniano, armado com os *drones Bayraktar TB2*, e é considerada por Kyiv como um aliado estratégico. Depois da invasão, a Turquia, nos termos da Convenção de Montreux, fecha os Estreitos do Bósforo e impede o reforço da esquadra russa no Mar Negro; condena a invasão da Ucrânia, embora continue a ser o único membro da NATO que não participa nas sanções contra a Rússia; e continua a apoiar a Ucrânia, humanitária e militarmente, e a deixar passar pelos Estreitos os navios que transportam o petróleo russo em contravenção das sanções. O aliado da Ucrânia passa a ser o mediador entre os dois beligerantes, quer nas primeiras conversações formais sobre a cessação das hostilidades sob a égide do Ministro dos Negócios Estrangeiros turco, quer nos acordos tripartidos sobre a exportação de cereais sob a égide do Secretário-Geral das Nações Unidas⁷⁸.

Depois da invasão russa, a Turquia opõe-se à entrada da Finlândia e da Suécia na NATO, a pretexto de que as duas democracias nórdicas protegem os nacionalistas curdos⁷⁹. Em setembro, Erdogan vai à cimeira da SCO em Samarcanda anunciar que a Turquia, “parceiro de diálogo” da SCO desde 2012, quer ser membro pleno da instituição euroasiática dirigida pela Rússia e pela China e que a candidatura da Turquia pode vir a ser apresentada na cimeira da SCO em 2024, quando a Índia ocupar a presidência rotativa⁸⁰. Antes do Conselho do Atlântico Norte em Vilnius, a Turquia deixa de se opor à entrada da Suécia e os Estados Unidos deixam de se opor à venda dos *F-16*, indispensáveis para a modernização das forças aéreas turcas.

Na mesma altura, Erdogan recebe Zelensky e volta a defender a entrada da Turquia na União Europeia: todos os membros europeus da NATO devem fazer parte da União Europeia – as exceções são a Noruega e a Islândia – e todos os membros da União Europeia devem fazer parte da NATO – com a entrada da Finlândia e da Suécia, só restam quatro pequenos Estados-membros da União Europeia que resistem à tese turca sobre a plena convergência entre os dois pilares da comunidade ocidental⁸¹.

78 Soner Cagaptay. *Unpacking Turkey's Non-Binary Ukraine's War Policy*. Policy Analysis, 3 de março de 2023. Emad Kaddorah. *Turkiye and the Debate on Neutrality in the Ukraine War*. Arab Center for Research and Policy Studies Research Paper, outubro de 2022.

79 Asli Aydintasbas. *Turkey, NATO, and the Ukraine War. Why Erdogan's grievances are more than about Sweden and Finland*. ECFR, 16 de maio de 2022. Paul Levin. *The Turkish Veto. Why Erdogan is Blocking Finland and Sweden Path to NATO*. Foreign Policy Research Institute, 4 de julho de 2023.

80 “Why Erdogan's Shanghai ambitions are risky business”, *Al Monitor*, 20 de setembro de 2022. Asli Aydintasbas et al (2022). *Rogue NATO. The New Face of the Shanghai Cooperation Organization*. ECFR, setembro de 2022.

81 Asli Aydintasbas. “How the Biden Administration Sealed the Sweden Deal with Erdogan”, *Washington Post*, 10 de julho de 2023. Isabelle Lasserre. “Au sommet de l’OTAN, Erdogan donne des gages aux Occidentaux et inflige un revers à Poutine”, *Figaro*, 11 de julho de 2023.

Os dilemas da Turquia, dividida entre a Europa e a Ásia, entre a aliança ocidental e a coligação euroasiática, entre a nostalgia imperial e a tentação islamista, são típicos de um separador entre espaços regionais⁸². A Turquia não tem o poder indispensável para transcender essa posição e a sua versão da balança dos extremos, ensaiada na Guerra da Síria e na Guerra Russo-Ucraniana, confirma os limites da sua capacidade para compensar pela diplomacia o fardo dos constrangimentos da história e da geografia. Em alternativa, a sua crescente integração no Médio Oriente prejudica o estatuto da Turquia, no sentido em que, ao contrário da Índia, da África do Sul ou do Brasil, não tem condições para impor o seu reconhecimento como a principal potência intermédia no seu espaço regional⁸³.

As desventuras do Brasil e a América do Sul

A América do Sul é o espaço regional mais protegido do impacto político, económico ou estratégico da Guerra Russo-Ucraniana. Os Estados Unidos e a separação oceânica garantem a sua segurança; não existem vínculos políticos especiais entre os Estados sul-americanos e a Rússia, com exceção da Venezuela, ao lado de Cuba e da Nicarágua; e não há dependências excessivas no domínio económico e tecnológico, salvo no caso do Brasil, cuja agricultura precisa dos fertilizantes russos. Todavia, as elites regionais reconhecem na Guerra Russo-Ucraniana o fim do *post*-Guerra Fria e da hegemonia dos Estados Unidos, que força as potências sul-americanas a rever as suas estratégias internacionais num interregno em que as oportunidades abertas pelo advento da multipolaridade são prejudicadas pelos perigos da bipolarização na luta pelo poder global entre as duas principais potências mundiais⁸⁴.

Os alinhamentos regionais na América do Sul são marcados, na conjuntura, por uma nova vaga populista de esquerda que toma o poder no Brasil, na Argentina, no Chile, na Bolívia e, efemeramente, no Peru. Essa viragem reforça a linha neutralista, ou não-alinhada, cujo antiamericanismo não exclui uma relação pragmática com os Estados Unidos nas políticas hemisféricas e internacionais. Os restos da última vaga conservadora persistem no Equador, no Uruguai e no Paraguai e o velho regime autoritário “bolivariano” da Venezuela, continua a sobreviver, alinhado com a Rússia e a China.

82 Barry Buzan, Ole Waever (2003). *Regions and Powers. The Structure of International Security*. Cambridge: Cambridge University Press.

83 Asli Aydintasbas. *Hedge Politics. Turkey's Search for Balance in the Middle East*. ECFR Policy Brief, julho de 2022. Jana Jabour (2020). “La Turquie, une puissance émergente qui n’a pas les moyens de ses ambitions”. *Politique Etrangère* 4: 99-108. Omer Taspinar (2022). *The Nation or the Ummah. Islamism and Turkey Foreign Policy*. New York: State University of New York Press.

84 Oliver Stunkel. *The War in the Ukraine and the Emergence of a Post-Western World. A View from Brazil*. Institut Montaigne, 29 de setembro de 2022. Monica Hirst, Juan Gabriel Tokatlian. “La vuelta de Lula y la política exterior brasileña”. *Nueva Sociedad*, dezembro de 2022. Sobre o conceito de interregno, ver Jose Antonio Sanahuja (2022). *Guerras del interregno. La invasión rusa de Ucrania y el cambio de época europeo y global*. Anuario CEIPAZ 2021-2022.

A grande maioria dos Estados da América do Sul condenam a Rússia pela invasão da Ucrânia nas Nações Unidas e na Organização dos Estados Americanos (OEA). As exceções são a Venezuela, ausente das votações nas duas instâncias multilaterais, e a Bolívia, que se abstém nas Nações Unidas e na OEA. O Brasil, que vota ao lado da China, da Índia e da África do Sul em 2014, condena a Rússia pela invasão da Ucrânia na Assembleia Geral, mas abstém-se na votação da resolução da OEA, cujos termos retomam a resolução das Nações Unidas. No G20, o Brasil e a Argentina – os dois Estados-membros da América do Sul – opõem-se à exclusão da Rússia, proposta pelos Estados Unidos e pelos seus aliados mais próximos.

Nos últimos anos, a Argentina tem seguido uma política externa errática, que oscila entre um não-alinhamento militante e um alinhamento militante com os Estados Unidos. Desde 2019, o Presidente Alberto Fernández defende uma doutrina de “não-alinhamento ativo” e uma “diplomacia de equidistância” perante as grandes potências. A Argentina, imersa numa profunda crise financeira, precisa dos Estados Unidos para garantir os acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI), mas pôde contar com a Rússia, que garantiu a distribuição de vacinas Sputnik V, durante a pandemia do SARS-CoV-2, e com a China, no domínio dos investimentos e das trocas comerciais. Os novos acordos com o FMI são assinados em finais de 2021 e, em dezembro, o Presidente Fernández participa na Cimeira das Democracias em Washington, mas logo a seguir parte para a Rússia e para a China.

Em Moscovo, o Presidente argentino e o seu homólogo russo reúnem-se no dia 3 de fevereiro, a véspera da cimeira entre o Presidente russo e o seu homólogo chinês. Fernández critica a política norte-americana na América Latina e diz a Putin que a Argentina está preparada para ser a porta da Rússia na região. O Presidente argentino parte de Moscovo para Pequim onde participa na abertura dos Jogos Olímpicos de Inverno – é o único Chefe de Estado que está presente tanto na Cimeira das Democracias, como nos Jogos Olímpicos. No dia 6 de fevereiro, reúne-se com Xi Jinping, assina o *Memorandum* de Entendimento que vincula a Argentina ao BRI e garante novos investimentos chineses, incluindo o projeto para uma central nuclear. Finalmente, no dia 2 de março, em Nova Iorque, a Argentina condena a invasão da Ucrânia pela Rússia. A diplomacia argentina é o paradigma da “equidistância inconsistente”⁸⁵.

O Brasil é reconhecido como a principal potência da América do Sul e o diferencial estratégico que o separa das outras potências regionais aumenta com a crise prolongada na Argentina, o seu parceiro no Mercosul, a crise constitucional no Chile e a marginalização da Venezuela, acentuada pela desagregação da União das Nações Sul-Americanas (UNASUR).

A política externa brasileira, que tem uma vinculação histórica permanente ao multilateralismo desde a Sociedade das Nações (SDN) às Nações Unidas e à Organização Mundial do Comércio (OMC), mantém tradicionalmente uma certa distância em relação aos Estados Unidos e contrabalança o peso da principal potência internacional com a sua posição como a principal potência regional à frente do Mercosul, onde se integram a Argentina, o Uruguai e o Paraguai; as suas relações com a Alemanha e a União Europeia;

85 Esteban Actis (2022). Argentina’s “Third Way” and Russia’s Invasion of Ukraine in *Non-Alignment 2.0*. TI Observer 21: 18-22.

e o seu estatuto como “potência emergente” no quadro dos BRICS e da IBSA – o agrupamento trilateral formado pelo Brasil, pela Índia e pela África do Sul, a aliança tricontinental que reúne três potências intermédias do «Sul Global» que são democracias pluralistas⁸⁶.

Nos últimos anos, porém, o Brasil deixa de ter como prioridade o ordenamento regional da América do Sul e concentra a sua política externa nas relações com os Estados Unidos, que garantem a segurança do hemisfério ocidental; com a China, que se torna o seu principal parceiro económico; e com a Rússia, o seu principal fornecedor de fertilizantes que, tal como a China, é membro dos BRICS, o “clube dos grandes” onde o Brasil é reconhecido como uma potência internacional ao lado de dois membros permanentes do Conselho de Segurança.

Em rutura com a tradição diplomática brasileira, o Presidente Jair Bolsonaro pratica uma política de “alinhamento automático” com os Estados Unidos, fortemente marcada por uma afinidade ideológica de Bolsonaro com Trump⁸⁷, que se traduz, entre outros, no reconhecimento do Brasil como um aliado oficial da principal potência americana e na cedência da base de Alcântara para o programa espacial norte-americano. Nesse contexto excecional, Bolsonaro hostiliza frontalmente a China – é o primeiro Presidente brasileiro a visitar Taiwan – e o Brasil integra o QUAD+ com outros aliados dos Estados Unidos⁸⁸.

No mesmo sentido, mantém um quadro estável de relações com a Rússia e Bolsonaro vai mesmo a Moscovo prestar solidariedade a Putin nas vésperas da invasão anunciada da Ucrânia. As relações com a União Europeia passam para um segundo plano e não é possível concluir as conversações sobre o acordo de livre comércio com o Mercosul durante o mandato presidencial de Bolsonaro. Na sequência da eleição de Biden, o Brasil condena a invasão da Ucrânia na Assembleia Geral das Nações Unidas, mas abstém-se na votação da resolução da OEA e opõe-se à exclusão da Rússia do G20 e da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas.

Depois da sua eleição em outubro de 2022, o Presidente Lula da Silva inverte a orientação do seu predecessor e decide realinhar a política brasileira para se distanciar dos Estados Unidos e se aproximar da China, que considera como o seu parceiro preferencial numa estratégia de mudança da ordem internacional e de defesa da multipolaridade contra a hegemonia⁸⁹.

86 Celso Lafer (2009). *A Identidade Nacional do Brasil e a Política Externa Brasileira*. São Paulo: Perspectivas. Ruben Ricupero (2010). *Diário de Bordo*. São Paulo: Imprensa Oficial. Gelson Fonseca Jr. (2010). *El interés y la regla. Multilateralismo y Naciones Unidas*. Madrid: Complutense. Paulo Roberto de Almeida (2004). *Relações internacionais e política externa do Brasil*. Porto Alegre: UFRGS. Leticia Pinheiro (2004). *Política Externa Brasileira*. São Paulo: Zahar. Miriam Gomes Saraiva. *A diplomacia brasileira e as visões sobre a inserção externa do Brasil*. Real Instituto Elcano, março de 2010. Carmen Fonseca (2022). *A Política Externa do Governo Lula*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

87 Miriam Gomes Saraiva, Álvaro Vicente Costa e Silva (2019). “Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro”, *Relações Internacionais* 64: 117-137.

88 O QUAD Plus, que se reúne pela primeira vez em março de 2020, inclui o Brasil, a Coreia do Sul, a França, a Nova Zelândia e Israel. O Brasil e Israel não têm quaisquer responsabilidades reconhecidas nem no Índico, nem no Pacífico. Dattesh Parulekar. “Brazil in the QUAD Plus”. *Journal of Indo-Pacific Affairs* 3 (5): 196-209.

89 Celso Amorim. “Brazil and China are coming together, focus on partnership, multipolar world”, *Global Times*, 16 de abril de 2023.

A Guerra Russo-Ucraniana está no centro dessa viragem radical. Em Washington, Lula rejeita apoiar militarmente Kyiv⁹⁰ e apresenta a Biden uma proposta de criar um “clube da paz” em que quer incluir a China, num esforço conjunto para pôr fim às hostilidades na Ucrânia⁹¹. Em Pequim, na sua primeira visita de Estado fora do continente americano, Lula critica os Estados Unidos e os aliados europeus por incentivarem a guerra na Ucrânia⁹², afirma que é com a China que o Brasil quer “equilibrar a geopolítica mundial” e declara o seu apoio ao “plano de paz” de Xi Jinping⁹³. O Presidente brasileiro reitera a decisão de formar um “clube da paz” para agrupar a China e as potências intermédias do “Sul Global” que não apoiam a Ucrânia. Durante a visita, a antiga Presidente brasileira Dilma Rousseff toma posse como Presidente do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e Lula defende que os BRICS tenham a sua própria moeda e deixem de usar o dólar norte-americano, um tema prioritário na estratégia internacional da China⁹⁴.

Na nova conjuntura internacional, ser neutral já não significa apenas ser neutral perante os Estados Unidos e exige também não alinhar com o campo revisionista. A escolha pertinente para uma potência intermédia sul-americana que quer maximizar a sua autonomia estratégica é entre uma linha ocidentalista e uma linha sulista. Depois da eleição de Lula, tanto os Estados Unidos, como a Alemanha e a União Europeia manifestam um novo empenho nas relações com o Brasil e no reconhecimento do seu estatuto como a principal potência da América do Sul. Biden, cuja intervenção é decisiva para neutralizar os riscos de um golpe-de-mão em Brasília na sequência da eleição presidencial, recebe Lula em Washington sem demoras e os Estados Unidos estão preparados para participar no Fundo da Amazónia, ao lado da Alemanha e da Noruega, e para apoiar as políticas ambientais do novo Presidente.

A diplomacia norte-americana, pela primeira vez, está disposta a rever o estatuto e a composição do Conselho de Segurança, cuja paralisia, manifestada durante a invasão da Ucrânia, prejudica a credibilidade das Nações Unidas⁹⁵: um dos objectivos permanentes do Brasil é ter assento no centro internacional da ordem multilateral. Olaf Scholz vai ao encontro de Lula da Silva para manifestar o seu apoio, sem esconder as divergências da Alemanha com a posição do Presidente brasileiro sobre a Guerra Russo-Ucraniana. A Comissão Europeia não só declara a sua vontade de concluir o acordo bilateral com

90 Em janeiro de 2023, o Brasil, a Argentina, o Chile e a Colômbia recusam as propostas norte-americanas para entregar armas russas e alemãs à Ucrânia em troca de novas armas norte-americanas. Mariano Aguirre. *Is Non-Alignment Possible for Latin America?* Chatham House, 3 de março de 2023.

91 “Lula vai apresentar a Biden a ideia de um ‘clube de paz’ para Ucrânia com participação da China”, *Folha de S. Paulo*, 8 de fevereiro de 2023.

92 «É preciso que os EUA parem de incentivar a guerra», *Público*, 15 de abril de 2023.

93 “Lula quer trabalhar com China para ‘equilibrar a geopolítica mundial’”, *Diário de Notícias*, 14 de abril de 2023.

94 “Lula quer usar o Banco dos BRICS para contornar o dólar”, *Público*, 13 de abril de 2023. Lula repete essa posição no Japão, quando participa na cimeira alargada do G7. “Lula fala em moeda para países dos BRICS”, *Estado de S. Paulo*, 22 de maio de 2023.

95 “US Seeks to expand developing world’s Influence at United Nations”, *Washington Post*, 12 de junho de 2023. Stewart Patrick, ed. (2023). *Cutting the Gordian Knot. Global Perspectives on UN Security Council Reform*. Carnegie Endowment.

o Mercosul, como reconhece a importância estratégica do Brasil para os programas de redução da sua dependência em relação à China no domínio dos minérios críticos. Lula, no seu discurso de vitória, refere-se aos Estados Unidos e à União Europeia, e não à China e à Rússia. A linha ocidentalista, que não implica nenhuma disciplina de alinhamento com o “Ocidente Global”, é uma escolha racional para a defesa da autonomia estratégica do Brasil nesta fase de transição.

No mesmo sentido, a opção sulista também não pode implicar o alinhamento com a China revisionista e o “Oriente Global”. Os BRICS não são uma forma de garantir a autonomia estratégica das potências intermédias do “Sul Global” e o seu alargamento não só prejudica a posição do Brasil e banaliza o seu estatuto como parte de um círculo restrito de grandes potências, como fortalece a estratégia de expansão da China. O *challenger* dos Estados Unidos tem um projeto hegemónico próprio, não defende a multipolaridade e não é possível usar um dos instrumentos da sua estratégia de poder para servir uma estratégia anti-hegemónica⁹⁶.

O reconhecimento da bipolarização internacional entre os Estados Unidos e a China obriga as potências intermédias a fazer a balança possível entre os dois extremos e, nomeadamente no caso do Brasil e da América do Sul, a defesa da autonomia é incompatível com a equidistância entre as duas principais potências internacionais.

A Alemanha e a teoria da equidistância

A Alemanha é uma precursora histórica da balança dos extremos, numa fórmula que articula a dependência estratégica dos Estados Unidos e o desenvolvimento das relações políticas, económicas e energéticas com a Rússia. Em 1972, a *Ostpolitik* do Chanceler Willy Brandt torna possível a normalização das relações entre a República Federal alemã e os membros europeus do bloco soviético, incluindo a República Democrática alemã, e cria as condições para institucionalizar a *détente* europeia na Conferência de Segurança e Cooperação Europeia (CSCE) em Helsínquia.

Nesse quadro, durante as últimas décadas da Guerra Fria, na sequência da Guerra do Yom Kippur e da crise energética provocada pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), Moscovo passa a fornecer 30% dos produtos petrolíferos importados pelo principal aliado dos Estados Unidos na NATO: a dependência de Bona é consentida por Washington dentro desses limites⁹⁷. O equilíbrio entre a *Ostpolitik* e a *Westpolitik* na diplomacia alemã é uma versão premonitória da balança dos extremos.

Depois da reunificação da Alemanha e da institucionalização da Organização de Segurança e Cooperação Europeia (OSCE), a quota dos produtos energéticos russos ultrapassa os 50% e agrava a dependência de Berlim e de uma parte importante dos Estados

96 Oliver Stunkel. “BRICS Faces a Reckoning?”. *Foreign Policy*, 23 de junho de 2023. Monica Hirst, Juan Gabriel Tokatlian. “La vuelta de Lula y la política exterior brasileña”.

97 Helen Thompson (2022). *Disorder. Hard Times in the 21st Century*: 57-59. Oxford: Oxford University Press. Ver também Daniel Yergin (2008). *The Prize. The Epic Quest for Money, Oil, and Power*. New York: Free Press.

da Europa Central e Oriental⁹⁸. A Alemanha unificada continua a ser membro da NATO, mas reduz unilateralmente as suas capacidades militares durante as primeiras décadas do *post*-Guerra Fria, no quadro da nova “ordem de paz europeia” em que Berlim reconhece Moscovo como um parceiro indispensável, em nome da “indivisibilidade da segurança” no espaço euro-atlântico.

Essa relação sobrevive à anexação da Crimeia em 2014, quando Merkel e Obama convergem para garantir que a NATO continua a respeitar os limites impostos pelo Ato Fundador NATO-Rússia à defesa europeia e que os Estados Unidos, a Alemanha e os seus aliados não apoiam o rearmamento da Ucrânia na “guerra híbrida” contra as milícias pró-russas. No “Formato da Normandia”, a Chanceler alemã e o Presidente francês são responsáveis pela mediação entre o Presidente russo e o Presidente ucraniano para obter a cessação das hostilidades no Donbas nos termos dos acordos de Minsk, regularmente violados pelas partes.

A neutralidade no conflito entre a Rússia e a Ucrânia é um corolário da teoria da equidistância da Alemanha perante os conflitos entre os Estados Unidos, garantes da defesa alemã; a Rússia, parceiro indispensável na segurança europeia; e a China, principal parceiro económico da Alemanha. A teoria da equidistância ganha foros de legitimidade quando Trump, Putin e Xi dominam a política internacional e é um instrumento decisivo para restaurar a autonomia estratégica da Alemanha, a prioridade da sua política internacional desde a reunificação⁹⁹.

A invasão da Ucrânia marca o fim da equidistância da Alemanha, com o discurso do Chanceler Olaf Scholz ao *Bundestag* que anuncia uma “mudança de época” (*Zeitenwende*)¹⁰⁰. Cinquenta anos depois, a *Ostpolitik* alemã chega ao fim, a República Federal volta a considerar a Rússia como a principal ameaça à segurança europeia, Berlim reconhece a aliança norte-americana e a NATO como os garantes indispensáveis da defesa alemã e europeia e decide restaurar as suas capacidades militares, quer para permanecer nos programas nucleares da NATO, quer para “europeizar” a NATO no domínio da defesa convencional.

A Guerra Russo-Ucraniana divide as potências intermédias. A Alemanha, a Grã-Bretanha e a França, na Europa, tal como o Japão, a Coreia do Sul e Taiwan, na Ásia Oriental, reforçam a sua vinculação à coligação das democracias dirigida pelos Estados Unidos que se mobiliza para apoiar a Ucrânia contra a Rússia. No mesmo sentido, o Irão, a Síria, a Venezuela e a Coreia do Norte reforçam a sua vinculação à Rússia e à China na coligação das autocracias. Com exceções importantes, como a Índia e o Vietname, do lado russo, e a Turquia e o México, do lado norte-americano, os principais aliados que integram os dois campos rivais estão na primeira linha do conflito.

98 Helen Thompson. “Europe’s Unsolved Energy Puzzle. How the Quest for Resources Has Shaped the Continent”. *Foreign Affairs*, 27 de setembro de 2022.

99 Constanze Stelzenmuller. Germany. Power and Responsibility in Melvyn Leffler, William Hitchcock, Jeffery Legro, eds. (2016). *Shaper Nations*. Cambridge: Harvard University Press.

100 Patrícia Daehnhardt (2022). *Zeitenwende. A Alemanha, a NATO e a Segurança Europeia no Contexto da Guerra da Ucrânia*. Cadernos do IDN 48. Ver também Olaf Scholz. “The Global Zeitenwende”. *Foreign Affairs*, 5 de dezembro de 2022.

No entanto, a maioria das potências intermédias do “Sul Global”, incluindo tanto aliados dos Estados Unidos e da NATO, como aliados da Rússia e da SCO, procura jogar a carta da neutralidade, em nome da sua autonomia estratégica. Perante a crescente polarização internacional, a Índia e o Paquistão, o Vietname e a Indonésia, o Brasil e a Argentina, o México e a Venezuela, a África do Sul e o Egito, a Turquia e a Arábia Saudita, querem evitar ser arrastados para o centro da competição entre as principais potências, procuram fazer a balança entre os dois campos para tirar partido das divisões e consolidar as suas respetivas posições regionais e internacionais ou, pelo contrário, deixam-se tentar pelo realinhamento com o campo que lhes parece mais dinâmico, nomeadamente os que consideram irresistível a vaga das autocracias e a ascensão da China.

A formação dos blocos domina a transição do sistema internacional, cuja transformação se torna irreversível com a invasão da Ucrânia pela Rússia e o regresso da guerra convencional entre as potências nos teatros centrais que definem a balança do poder. Nesse contexto, o alinhamento das potências intermédias do “Sul Global” passa a ser um problema relevante para as principais potências internacionais, quer para os Estados Unidos e para o campo conservador, quer para a China, a Rússia e o campo revisionista. Na velha Guerra Fria bipolar entre os Estados Unidos e a União Soviética, as alianças eram supérfluas: no essencial, as duas superpotências podiam definir a balança do poder por si próprias. Na nova Guerra Fria multipolar, as alianças podem ser decisivas e, nesse quadro, as potências intermédias são mais importantes para definir a balança internacional.

III. A tradução dos mitos

A invasão da Ucrânia pela Rússia acelera a dinâmica de reconfiguração do mapa geopolítico. A Guerra Russo-Ucraniana muda as fronteiras da Europa e anula os projetos da “Casa Comum Europeia”, ou da “Grande Europa” de Lisboa a Vladivostok, as prioridades da diplomacia soviética antes do fim da Guerra Fria e da diplomacia russa no *post*-Guerra Fria.

Na contagem decrescente para a invasão, Moscovo decide rever as suas posições sobre a segurança europeia. No passado, a União Soviética opôs-se aos alargamentos da NATO à Grécia e à Turquia, em 1952, ou à República Federal alemã, em 1955 – o caso da Espanha, em 1982, coincide com a crise dos “Euromísseis” e não merece uma atenção especial fora de portas –, mas aceita as mudanças nas fronteiras e na composição da Aliança Atlântica como um *fait accompli*. Em 1990, Gorbachev admite que a Alemanha unificada continue a ser membro pleno da NATO; em 1997, a Rússia de Yeltsin negocia com os Estados Unidos e a NATO os termos da entrada da Polónia, da República Checa e da Hungria, antigos membros do Pacto de Varsóvia; e, em 2003, a Rússia de Putin concede o alargamento às Repúblicas bálticas, antigas Repúblicas soviéticas, à Eslováquia, à Eslovénia, à Bulgária e à Roménia, antigos membros do Pacto de Varsóvia.

Porém, em dezembro de 2021, Moscovo propõe dois “tratados de segurança” aos Estados Unidos e à NATO¹⁰¹, que visam impedir que a Aliança Atlântica possa cumprir as suas obrigações para com os Estados-membros que aderiram à NATO depois do fim da União Soviética e que excluem a possibilidade de quaisquer novos alargamentos, com uma referência explícita à Ucrânia. Essa interdição é inaceitável para a Finlândia, que se sente obrigada a rever a sua decisão anterior de não aderir à Aliança Atlântica¹⁰². Tal como a União Soviética na Guerra Fria, a Rússia de Putin quer dividir a NATO e as democracias ocidentais, que considera os seus inimigos principais¹⁰³.

Na véspera da invasão, Putin anuncia a anexação das entidades separatistas constituídas nos territórios ucranianos de Donetsk e Luhansk, que passam a fazer parte integrante da Rússia, tal como a Crimeia desde 2014. Essas anexações confirmam as posições expostas por Putin no ensaio publicado em julho de 2021, em que nega o direito da Ucrânia a existir como um Estado soberano separado da Rússia. Na altura, o exercício ideológico do Presidente russo não merece a devida atenção, pois a sua publicação coincide com o desastre da retirada dos Estados Unidos do Afeganistão que confirma as perceções sobre o declínio irreversível da hegemonia ocidental. Os Taliban retomam o poder e expulsam de Cabul as forças norte-americanas e aliadas que ocupam o Afeganistão durante duas

101 William Alberque. *Russia's New Draft Treaties: Like 2009, but Worse*, IISS, 25 de janeiro de 2022.

102 François Heisbourg (2023). “How to End a War. Some Historical Lessons for Ukraine”. *Survival* 65 (4): 2.
François Heisbourg (2022). *Security for the long-term. Strategic prudence dictates a change in course for Finland*. EVA, 20 de abril de 2022.

103 Constanze Stelzenmuller (2023). *The return of the enemy. Putin's war on Ukraine and a cognitive blockade in Western security policy*. Brookings Institution.

décadas para tentar reconstruir, sob mandato das Nações Unidas, um regime constitucional que possa restaurar o primado do direito no velho Estado destruído por uma guerra sem fim desde a invasão soviética de 1979.

Depois da invasão russa de 2022, a resistência da Ucrânia impõe o seu reconhecimento como um Estado independente, parte integrante da Europa. A Ucrânia é membro da nova Comunidade Política Europeia (CPE), que exclui a Rússia, e passa a ser candidata oficial à integração na União Europeia e na NATO. Desse modo, a Ucrânia deixa de ser a fronteira da Rússia com a Europa para se tornar a fronteira da Europa com a Rússia, que volta a ser identificada como uma potência euroasiática. A estratégia de Putin evoca a fórmula clássica de Benjamin Disraeli sobre o império czarista, segundo a qual a Rússia, como Janus, tem duas caras – uma europeia, que olha para a Ásia, e outra asiática, que olha para a Europa.

O pivot euroasiático

As três principais potências internacionais têm programas geopolíticos distintos, que traduzem tanto as suas ideias e os seus interesses, como os mitos dominantes na sua tradição histórica e na sua cultura geopolítica.

A Rússia concentra-se na construção da “Grande Eurásia” como uma parceria multipolar e multilateral. O seu projeto é ancorar na SCO as principais potências continentais que formam a Eurásia, nomeadamente a China e a Índia, ambas aliadas da Rússia. Moscovo reconhece o primado de Pequim na balança euroasiática, mas conta com Nova Deli para contrabalançar a preponderância chinesa. A integração do Irão – e, eventualmente, da Turquia – alarga a SCO ao Golfo Pérsico, ao Médio Oriente e ao Mediterrâneo, reforça a “espiral energética” euroasiática e confirma o quadro multipolar da “Grande Parceria Euroasiática”.

O projeto russo quer confirmar a visão pessimista de Halford Mackinder, que temia o fim da hegemonia britânica com a ascensão da Eurásia: quem dominar o *Heartland*, domina a “Ilha Mundial”, quem dominar a Eurásia pode isolar a principal potência marítima e dominar o mundo. A estratégia asiática da Rússia de Putin quer consolidar a divisão em dois campos, dirigidos, respetivamente, pelas duas maiores potências continentais e pela grande potência marítima. Na visão de Moscovo, o sistema internacional é uma ordem oligárquica dominada por um número restrito de grandes potências e, nesse sentido, não deixa de ser uma ordem vestefaliana. Na versão russa da “Grande Parceria Euroasiática”, a China, a Rússia, a Índia ou o Irão não perdem as suas próprias esferas de influência, parcialmente sobrepostas, na Ásia Oriental, no “espaço *post-soviético*”, na Ásia do Sul e no Golfo Pérsico¹⁰⁴.

104 Sergei Karaganov, Timofei Bordachev, eds. (2012-2018). *Toward the Great Ocean 1-6*. Valdai Club Reports.

A Guerra Russo-Ucraniana revela a emergência de um eixo Moscovo-Pequim-Tee-rão, que reúne três dos quatro antigos impérios históricos da Eurásia¹⁰⁵ e antecipa uma reconfiguração geopolítica dos grandes espaços.

A profecia inicial de Mackinder sobre o *Heartland* não prevê nem a desintegração dos impérios da Eurásia, nem a convergência entre a Rússia, a China e a Pérsia¹⁰⁶. Desde logo, em 1911, a decadência da dinastia Qing precipita o fim do império chinês, que vai dar lugar a uma República, dirigida primeiro pelo partido nacionalista, depois pelo partido comunista. A Grande Guerra acelera a deposição dos Romanov e o fim do império czarista, em 1917; a dissolução do velho império otomano e a sua substituição por uma República laica na nova Turquia; e o fim da dinastia Qajar, que dá lugar à nova dinastia iraniana dos Palhavi em 1925. Num breve intervalo, a configuração política que define a Eurásia desaparece e só começa a reconstituir-se parcialmente depois da Segunda Guerra Mundial com a consolidação da União Soviética e a formação da República Popular da China.

A originalidade de Mackinder é tentar definir um “*pivot* geográfico da história”, o ponto preciso em que a geografia determina quem prevalece no choque entre os impérios. No princípio do século XX, na sequência da revolta dos Boxers e da intervenção das potências aliadas em Pequim, a diplomacia czarista prepara a divisão do império chinês entre o império britânico e o império russo, que prevê também a distribuição de territórios periféricos da China para a Alemanha e a França¹⁰⁷. Mas os Estados Unidos e a política da “Open Door” impedem a partilha da China e deixam em aberto a competição entre a potência continental russa e a potência marítima britânica para definir as fronteiras entre os dois impérios no Tibete, no Afeganistão e na Pérsia: quem dominar o *Heartland*, domina o continente euroasiático, quem dominar a ilha continental, domina o mundo. Em 1904, o centro da Eurásia, vagamente situado na Ásia interior, é o *pivot* geográfico da história de Mackinder, que toma por adquirida a irrelevância permanente da China. Mas, logo a seguir, a Convenção Anglo-Russa suspende a competição entre Londres e São Petersburgo na “Grande Ásia” para tornar possível a *Triple Entente* e conter a ascensão do império alemão como uma potência mundial¹⁰⁸.

105 Jeffrey Mankoff (2022). *Empires of Eurasia. How Imperial Legacies Shape International Security*. New Haven: Yale University Press.

106 Halford Mackinder (1904). “The Geographic Pivot of History”. *The Geographical Journal* 23 (4): 421-437. A teoria de Mackinder sobre o *Heartland* tem três versões – em 1904, antes da assinatura da convenção anglo-russa; em 1919, no fim da Primeira Guerra Mundial, e em 1943, quando a vitória aliada na Segunda Guerra Mundial está garantida. Ver Sir Halford Mackinder (1919). *Democratic Ideals and Reality*. Londres: Henry Holt. Sir Halford Mackinder (1943). “The Round World and the Winning of the Peace”. *Foreign Affairs* 21 (4): 595-605.

107 David Dallin (1949). *The Rise of Russia in Asia*. New Haven: Yale University Press.

108 Roger Platts Churchill (1939). *The Anglo-Russian Convention of 1907*. Cedar Rapids: Torch. Ver também Harold Nicolson (1930). *Sir Arthur Nicolson. The First Lord Carnock. A Study in the Old Diplomacy*. Londres: Constable. Edward Grey (1925). *Twenty-Five Years 1892-1916*. New York: Stokes. Alexandre Iswolsky (1937). *At Service de la Russie. Correspondance diplomatique 1906-1911*. Paris: Editions Internationales. Ver ainda George Kennan (1984). *Fateful Alliance. France, Russia, and the Coming of the First World War*. New York: Pantheon. Andrei Tsygankov. *The Triple Entente 1907-1917 in Andrei Tsygankov* (2012). *Russia and the West*: 78-96. Cambridge: Cambridge University Press.

Durante a Segunda Guerra Mundial, Owen Lattimore defende a convergência entre os Estados Unidos, a União Soviética e a China para garantir a democracia na Ásia¹⁰⁹. Lattimore antecipa a construção dos caminhos-de-ferro que vão ligar a União Soviética e a China através da Ásia Central para dar forma à unidade euroasiática. Lattimore antecipa a aliança sino-soviética, que não tem condições para se consolidar no momento da derrota do Japão, quando a União Soviética e a República da China assinam o tratado bilateral que legitima as concessões que Roosevelt faz a Stalin em nome da China para garantir a intervenção soviética contra o Japão, incluindo o reconhecimento da Mongólia Exterior como um Estado independente, mas que se renova quatro anos mais tarde, depois do PCC derrotar o Guomindang.

Nem Stalin, nem Mao Tsetung têm como projeto geopolítico a unidade euroasiática. Pequim quer garantir que Moscovo desiste de estimular os separatismos no Xinjiang e de se instalar nos portos da Manchúria; Moscovo quer garantir que Pequim apoia a Coreia do Norte se os Estados Unidos decidirem responder à invasão da Coreia do Sul. A União Soviética, que não faz nenhum gesto no sentido de alargar o Conselho para a Assistência Económica Mútua (COMECON) à China¹¹⁰ ou de integrar a nova República Popular no Pacto de Varsóvia, defende uma especialização asiática do PCC na relação com os partidos comunistas do Vietname, da Malásia, da Indonésia ou do Japão, sem pôr em causa a unidade do movimento comunista internacional e a sua subordinação ao centro soviético¹¹¹.

Os dois regimes comunistas partilham a mesma ideologia universalista e o mesmo projeto de realização da revolução socialista à escala global para formar uma ordem mundial *post*-estatal. Essa convergência torna inevitável a competição entre Pequim e Moscovo para definir o centro da nova ordem e o conflito ideológico precipita a cisão sino-soviética. A rutura entre os dois partidos comunistas separa as duas potências continentais e a normalização das relações entre a China e a Rússia só se completa depois do fim da União Soviética.

O fim do último império continental europeu coincide com a ressurgência do velho império asiático, que força o *pivot* euroasiático da Rússia de Putin. Em 2013, a China de Xi Jinping anuncia a estratégia das Rotas da Seda, enquanto os caminhos-de-ferro chineses que unem Xian a Moscovo, passando pelo porto-seco de Khorgos no Cazaquistão, materializam a visão de Lattimore e lançam a Ásia Central como o “*pivot* geográfico da história” que Mackinder reconhecia como uma ameaça à hegemonia da potência marítima na viragem do século XX.

109 Owen Lattimore (1943). “The Fight for Democracy in Asia”. *Foreign Affairs* 20 (4): 694-704. Or Rosenboim (2014). “Geopolitics and Global Democracy in Owen Lattimore’s Political Thought”. *International History Review* 36 (4): 745-766. Ver também Owen Lattimore (1949). *The Situation in Asia*: 162-180. New York: Little, Brown&Company.

110 O COMECON, tal como a Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE), é criado como uma instituição europeia, mas alarga-se para fazer as suas fronteiras coincidir com as do bloco soviético: a Mongólia, desde 1962, Cuba, a partir de 1972, e o Vietname, depois da unificação, são Estados-membros da organização fundada em 1949.

111 A. Doak Barnett (1960). *Communist China and Asia*. New York: Harper&Brothers.

A SCO é o primeiro sinal de consolidação da nova *Entente* sino-russa, que quer garantir a estabilidade e a segurança no Cazaquistão, no Tajiquistão, na Quirguízia e no Uzbequistão e excluir os Estados Unidos da Ásia Central. A SCO, que traduz, pela primeira vez, a visão imperialista russa sobre a unidade da Eurásia numa instituição multilateral, vai alargar-se, a partir de 2017, à Índia, ao Paquistão e ao Irão, e pode contar com a Mongólia, o Afeganistão e a Bielorrússia como observadores. Putin não é um ideólogo e os estrategas chineses não partilham o velho programa geopolítico do pan-eslavismo, recuperado por Alexander Dugin e pelas teses russas sobre a “Grande Parceria Euroasiática”¹¹², mas a ideia euroasiática nunca teve uma expressão política tão forte desde o tempo em que o bloco comunista se estendia ininterruptamente desde Berlim-Leste até Cantão.

A Guerra Russo-Ucraniana acentua a dependência da Rússia em relação à China, que está empenhada em garantir a sobrevivência do regime de Putin. Nesses termos, Moscovo não tem alternativa ao projeto euroasiático, sem deixar de valorizar a Índia e o Irão nessa construção como contrapesos à preponderância da China.

A invenção do Indo-Pacífico

Os Estados Unidos são o garante da ordem liberal vestefaliana assente no direito internacional, nomeadamente no princípio de igualdade e da inviolabilidade dos Estados soberanos inscrito na Carta das Nações Unidas, nas instituições multilaterais e na abertura económica à escala global. A preponderância dos Estados Unidos é legitimada pela ordem multilateral do sistema de Estados e pela doutrina do internacionalismo liberal, que define a missão universal da principal potência marítima como garante do progresso, da democracia pluralista e da sociedade internacional.

No *post*-Guerra, a Europa e o Atlântico são o centro da posição estratégica dos Estados Unidos como grande potência internacional, cuja prioridade é impedir a consolidação de uma grande potência hegemónica – o Terceiro *Reich*, a União Soviética – no continente euroasiático. Essa prioridade constante da potência marítima força uma revisão da estratégia norte-americana quando os Estados Unidos reconhecem a China como a única grande potência que pode dominar o continente euroasiático para pôr em causa a sua preponderância global. Numa visão simétrica à estratégia da “Grande Eurásia”, a nova estratégia do Indo-Pacífico conjuga a teoria de Nicholas Spykman sobre a importância decisiva do *Rimland* euroasiático com a teoria de Alfred Mahan sobre a supremacia da potência

112 Marlene Laruelle (2006). *Aleksandr Dugin. A Russian Version of the European Radical Right?* Kennan Institute Occasional Paper 294. Anton Shekhovstov (2008). “The Thrust of Russian Eurasianism: Ideas of Rebirth in Aleksandr Dugin’s Worldview”. *Totalitarian Movements and Political Religions* 9 (4): 491-506. Marlene Laruelle (2015). *The “Russian World”*. Center on Global Interests. Ver também Mark Basin, Sergey Glebov, Marlene Laruelle, eds. (2015). *Between Europe and Asia. The Origins, Theories and Legacies of Russian Eurasianism*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.

marítima que controla os oceanos para garantir a liberdade de navegação e dominar as trocas comerciais à escala global¹¹³.

A primeira “grande estratégia” dos Estados Unidos é enunciada por Spykman em 1942. Na sua visão sobre a geografia da paz no *post*-Guerra, Spykman defende que a Sociedade das Nações deve ser substituída por sociedades (ligas) regionais e que os Estados Unidos devem ter lugar tanto numa liga regional europeia, como numa liga regional asiática. Spykman inverte a teoria geopolítica de Mackinder e entende que os Estados Unidos têm de ter aliados seguros nas periferias europeia e asiática do continente euroasiático para conter a União Soviética, herdeira do programa de expansão imperialista da grande potência continental: para neutralizar a nova ameaça, a potência marítima não tem de disputar o domínio do *Heartland* e, pelo contrário, deve garantir posições de força no *Rimland*¹¹⁴.

A teoria geopolítica de Spykman é uma referência crucial na construção da estratégia dos Estados Unidos na Guerra Fria, com a criação da Aliança Atlântica e da NATO na Europa Ocidental e no Atlântico Norte, por um lado, e das alianças bilaterais com o Japão, a Coreia do Sul, Taiwan, as Filipinas, a Tailândia, o Paquistão, a Austrália e a Nova Zelândia na Ásia e no Pacífico, por outro lado. No fim da Guerra Fria, a ausência de um competidor estratégico desvaloriza as alianças regionais dos Estados Unidos que, não obstante, continuam a existir, a par da intensificação das suas parcerias com a Rússia e a China.

Porém, o declínio relativo da principal potência marítima e a ascensão fulgurante da principal potência asiática força uma revisão da estratégia dos Estados Unidos que retoma o paradigma da sua estratégia na Guerra Fria do século XX, cujo centro se transfere da Europa para a Ásia e do Atlântico para o Índico e o Pacífico¹¹⁵.

A diplomacia japonesa inventa a estratégia do Indo-Pacífico no século XXI¹¹⁶. Em 2007, Shinzo Abe é o primeiro Chefe do Governo japonês a dirigir-se ao Congresso indiano, onde discursa sobre a “Confluência de dois Mares” para defender uma “estratégia de conectividade” assente nos “valores universais que unem as democracias do Índico e do Pacífico” e propor a formação de uma coligação entre o Japão, a Índia, os Estados

113 Margaret Sprout. Mahan: Evangelist of Sea Power in Edward Mead Earle, ed. (1943). *Makers of Modern Strategy. Military Thought from Machiavelli to Hitler*. 415-445. Princeton: Princeton University Press. Jakub Grygiel (2021). “The Limits of Sea Power”. *Naval War College Review* 74 (4). Kevin McCranie (2021). *Mahan, Corbett, and the Foundations of Naval Strategic Thought*. Annapolis: Naval Institute Press. Ver também Alfred Thayer Mahan (1917). *The Interest of America in Sea Power*. New York: Little, Brown.

114 Nicholas Spykman (1942). *America's Strategy in World Politics*. New York: Harcourt, Brace, and Company. Nicholas Spykman (1944). *The Geography of the Peace*. Institute of International Studies, Yale University. Olivier Zajec (2016). *Nicholas John Spykman. L'invention de la géopolitique américaine*. Paris: Presses Universitaires Paris-Sorbonne.

115 Hal Brands (2022). *The Twilight Struggle. What the Cold War Teaches Us about Great-Power Rivalry Today*. New Haven: Yale University Press.

116 Felix Heiduk, Gudrun Wacker (2020). *From Asia-Pacific to Indo-Pacific*. SWP Research Paper 9. Rory Medcalf. “The Indo-Pacific. What's in a Name?” *American Interest*, 10 de outubro de 2013. Rory Medcalf (2020). *Indo-Pacific Empire. China, America, and the Contest for the World's Pivotal Region*. Manchester: Manchester University Press.

Unidos e a Austrália¹¹⁷. No mesmo ano, a primeira reunião política do QUAD asiático tem lugar à margem da cimeira do Fórum Regional da Associação das Nações da Ásia do Sudeste (ARF).

A fórmula de Abe é uma revolução na geografia política asiática: o Indo-Pacífico nega a separação histórica entre a Ásia Oriental e a Ásia do Sul, unidas numa “Grande Ásia” pela ascensão da China e, paralelamente, valoriza a Ásia marítima para unir o Japão e a Índia, em nome dos valores da liberdade, contra o domínio da Ásia pela principal potência continental.

A fórmula de Abe é uma revolução na estratégia japonesa. Desde logo, pela primeira vez desde o *post*-Guerra, o Japão define uma estratégia de segurança para os Estados Unidos e para o todo asiático. Por outro lado, procura construir uma rede de alianças regionais e internacionais para compensar a excessiva dependência dos Estados Unidos. Por último, ultrapassa o quadro tradicional da Ásia-Pacífico para enfrentar a ameaça hegemónica da China, que deve ser contrabalançada tanto pela convergência entre a principal potência no seu flanco oriental e a principal potência no seu flanco ocidental, como pela concertação estratégica entre o Japão, a Índia, a Austrália e os Estados Unidos.

Em 2012, Abe defende a “união de dois oceanos e de dois continentes livres e abertos” e volta a propor a formação de uma coligação das democracias para unir o Japão, a Índia, os Estados Unidos e a Austrália. O projeto do *Free and Open Indo-Pacific* (FOIP) passa a ser a doutrina oficial da política externa japonesa com três pilares: primeiro, manter uma ordem internacional assente em regras, incluindo o comércio livre e a liberdade de navegação marítima; segundo, garantir a prosperidade económica pela conectividade, incluindo a “conectividade institucional” através da harmonização das normas e dos padrões internacionais; terceiro, manter a paz através da crescente cooperação no domínio da segurança entre os Estados Unidos, a Índia, a Austrália e o Japão¹¹⁸.

Em 2014, quando Modi se torna Primeiro-Ministro da Índia, Abe ganha um aliado decisivo entre as potências asiáticas. O Japão e a Índia passam a estar ligados por uma “Parceria Estratégica e Global Especial para a Paz e a Prosperidade do Indo-Pacífico” e a Índia reconhece o alinhamento da sua estratégia regional com a estratégia japonesa para o Indo-Pacífico¹¹⁹. Em 2018, Modi defende o Indo-Pacífico como uma “região livre, aberta e inclusiva” e rejeita o regresso da rivalidade entre as grandes potências, bem como as “alianças

117 Ministry of Foreign Affairs of Japan. “*Confluence of the Two Seas*”. Speech by H.E. Mr. Shinzo Abe, Prime Minister of Japan at the Parliament of India, Nova Delhi, 22 de agosto de 2007. Michael Green (2022). *Line of Advantage. Japan's Grand Strategy in the Era of Shinzo Abe*. New York: Columbia University Press.

118 Ministry of Foreign Affairs of Japan. *Address by the Prime Minister Shinzo Abe at the Opening Session of the Sixth Tokyo International Conference on African Development (TICAD VI)*, Nairobi, 27 de agosto de 2016. Yuichi Hosoya (2019). “FOIP 2.0. The Evolution of Japan's Free and Open Indo-Pacific Strategy”. *Asia-Pacific Review* 26 (1): 18-28. Kei Koga (2020). “Japan's Indo-Pacific Question: Countering China or Shaping a New Regional Order?” *International Affairs* 96 (1): 49-73. Ver também Michael Green, Nicholas Szecheny (2014). *Power and Order in Asia*. CSIS.

119 C. Raja Mohan. *India and Shinzo Abe's Strategic Legacy*. ISAS Brief, 15 de setembro de 2020. Jeff Smith (2018). *Unpacking the Free and Open Indo-Pacific: War on the Rocks*. Dhruva Jaishankar (2019). *Acting East. India in the Indo-Pacific*. Brookings India.

de contenção”. A Índia constrói uma estratégia dual para contrabalançar a China, ao lado da Rússia e da SCO, na Eurásia, e ao lado dos Estados Unidos e do QUAD, no Indo-Pacífico.

A viragem na estratégia norte-americana inicia-se em 2010, quando a Secretária de Estado Hillary Clinton anuncia o “rebalancing” – o nome oficial do “*pivot* asiático” – que é uma revolução na estratégia norte-americana que, pela primeira vez, substitui a Europa pela Ásia na hierarquia das prioridades regionais dos Estados Unidos¹²⁰. Obama, porém, não consegue articular uma estratégia coerente para responder à transição internacional e não adota o conceito estratégico do Indo-Pacífico, que passa a ser partilhado pelos seus principais aliados e parceiros asiáticos, incluindo não só o Japão, mas também a Austrália e a Índia.

O Indo-Pacífico torna-se um marco central na política internacional depois da eleição de Trump, cuja Estratégia de Segurança Nacional (NSS) é o primeiro documento oficial que classifica a China como uma potência revisionista e como uma ameaça à estabilidade internacional, a par da Rússia; que define o Indo-Pacífico como a região prioritária na estratégia norte-americana; e que adota como sua a fórmula do “Free and Open Indo-Pacific”¹²¹. Em 2018, na reestruturação dos comandos militares operacionais norte-americanos o Comando do Pacífico é substituído pelo Comando do Indo-Pacífico, responsável pela segurança no espaço entre a costa ocidental da Índia e as costas ocidentais dos Estados Unidos ou, na fórmula do Secretário da Defesa Jim Mattis, “de Bollywood a Hollywood”¹²².

Em 2019, é publicada a primeira estratégia oficial dos Estados Unidos para o Indo-Pacífico, que defende uma ordem regional inclusiva, mas denuncia a “China revisionista” em todos os domínios desde a expansão nos mares do Sul da China até à repressão das minorias islâmicas no Xinjiang. O documento reconhece, em primeiro lugar, os aliados formais dos Estados Unidos – o Japão, a Austrália, a Coreia do Sul, as Filipinas e a Tailândia; em segundo lugar, a “parceria estratégica” com a Índia; em terceiro lugar as “expanding partnerships” com Singapura, Taiwan, a Nova Zelândia e a Mongólia; em quarto lugar, as parcerias multilaterais, incluindo a ASEAN e o Fórum Económico da Ásia-Pacífico (APEC); e também as parcerias bilaterais na Ásia do Sudeste, com o Vietname, a Indonésia, a Malásia, o Camboja, o Laos e o Bornéu; na Ásia do Sul, com o Sri Lanka, as Maldivas, o Bangladesh e o Nepal; e a cooperação com os Estados insulares do Pacífico Ocidental¹²³.

O centro institucional da estratégia norte-americana do Indo-Pacífico é o QUAD asiático que reúne os Estados Unidos, a Índia, o Japão e a Austrália. Os documentos oficiais reconhecem que a criação do “quadro de segurança quadrilateral” é necessário para “garantir o primado dos Estados Unidos na região do Indo-Pacífico”, posto em causa pela ascensão da China. Esse objetivo exige, desde logo, fortalecer a Índia para contrabalançar

120 Hilary Clinton. “America’s Pacific Century”. *Foreign Policy*, 11 de outubro de 2011. Robert Sutter *et al* (2013) *Balancing Acts: the US Rebalance and Pacific Stability*. Elliott School of International Affairs.

121 White House. *The National Security Strategy of the United States of America*, dezembro de 2017.

122 “Pacific Command Change Highlights Growing Importance of Indian Ocean Area”, *DOD News*, 30 de maio de 2018.

123 US State Department. *A Free and Open Indo-Pacific*, 4 de novembro de 2019. Ver também US Department of Defense. *Indo-Pacific Strategy Report*, 1 de junho de 2019.

a China num sistema de equilíbrio asiático que inclui os Estados Unidos. Por outro lado, é preciso reforçar as capacidades políticas e militares do Japão, dos aliados formais dos Estados Unidos e também de Taiwan, de Singapura e da Nova Zelândia. Por último, é urgente garantir que a China não tem condições para atacar os seus aliados, incluindo Taiwan, o que implica impedir que Pequim possa dominar o espaço aéreo e marítimo dentro do “primeira cadeia de ilhas”¹²⁴ e manter a preponderância norte-americana em todos os domínios fora da “primeira cadeia de ilhas”¹²⁵.

Biden inicia o seu mandato com a realização da primeira cimeira de Chefes de Estado e de Governo do QUAD, com quem se reúne antes da cimeira do Conselho do Atlântico Norte. O novo Presidente sinaliza dessa forma que a estratégia do Indo-Pacífico vai continuar a ser o centro da política internacional dos Estados Unidos, cuja prioridade é conter a China para travar a vaga autocrática que representa uma ameaça existencial para as democracias pluralistas. Biden quer forçar os aliados europeus a tomar posição na competição internacional, cujo centro deixa de ser o espaço Euro-Atlântico e passa a estar no Indo-Pacífico.

Em 2022, a Guerra Russo-Ucraniana confirma que a prioridade chinesa não chega para construir uma estratégia global dos Estados Unidos que possa responder a uma convergência entre a China e a Rússia. O AUKUS é uma primeira fórmula institucional que procura ligar o *Rimland* asiático e o *Rimland* europeu para formar um arco de alianças periféricas e impedir o domínio continental da “Grande Parceria Euroasiática”. A diplomacia britânica defende o alargamento do G7 para institucionalizar a convergência entre o QUAD transatlântico – os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a Alemanha e a França – e o QUAD Indo-Pacífico¹²⁶. Os Chefes de Governo do Japão e da Austrália passam a ser convidados para as cimeiras da NATO. E, sobretudo, desde antes da invasão russa, os Estados Unidos concentram no G7, e não no QUAD transatlântico, a concertação estratégica entre os aliados, quer na definição das sanções, quer no enquadramento multilateral das garantias de segurança da Ucrânia¹²⁷.

A convergência entre os aliados europeus e asiáticos dos Estados Unidos, que a China e a Rússia denunciam como o “Ocidente coletivo”, é indispensável para contrabalançar o bloco continental euroasiático emergente e é um passo crucial para dar forma ao “Ocidente Global” na competição internacional com o “Oriente Global”.

124 Michael Auslin (2010). *Security in the Indo-Pacific Commons*. American Enterprise Institute. Andrew Krepinevich (2015). *Archipelagic Defense*. Sasakawa Foundation. Christian Wirth (2023). “Solidifying sovereign power in liquid space. The making and breaking of ‘island chains’ and ‘walls’ at sea”. *Political Geography*, 14 de abril de 2023.

125 O documento da Casa Branca “U.S. Strategic Framework for the Indo-Pacific”, aprovado em 2018, é desclassificado e publicado nas vésperas da posse do Presidente Biden. “U.S. Strategic Framework for the Indo-Pacific”. *USNI News*, 15 de janeiro de 2021

126 Mathew Kroenig et al (2021). *From the G7 to a D10*. Atlantic Council.

127 G7. *Joint Declaration of Support for Ukraine*, Vilnius, 12 de julho de 2023.

O império celeste

A China tem uma visão global e defende uma ordem mundial para transcender a anarquia vestefaliana. A “Grande Eurásia” e a definição das esferas de influência das potências continentais são meros episódios no processo de restauração do estatuto histórico da China como o “império do meio”, o centro hierárquico da ordem mundial¹²⁸.

A velha ordem sinocêntrica tem um novo nome: a “Comunidade de Destino Comum” é a ordem sucessora do sistema de Estados soberanos, anunciada por Hu Jintao e, mais tarde, por Xi Jinping, onde se podem integrar todas as entidades políticas relevantes num sistema hierárquico centrado na China¹²⁹. Zhao Tingyang batizou a nova ordem *post*-vestefaliana como o “Sistema *Tianxia*” (*Tianxia tixi*), uma versão moderna da ordem imperial clássica – *Tianxia* – que transcende os limites do velho império para se transformar numa ordem universal¹³⁰. No mesmo sentido, Yan Xuetong defende a relevância dos três princípios do confucianismo – a benevolência, a justiça e a etiqueta – para “transcender o liberalismo” ocidental, que deve ser substituído pela hierarquia normativa confuciana que legitima a dominação universal do novo império oriental. A nova ordem chinesa, tal como a velha ordem leninista, é uma ordem mundial que edifica a paz e a harmonia universal sobre as ruínas do sistema anárquico dos Estados soberanos, depois da derrota do imperialismo capitalista ocidental.

O reconhecimento oficial de um projeto de ordenamento global culmina um longo processo interno. Desde a crise financeira de 2008, o debate estratégico opõe os partidários da paciência estratégica, que defendem uma linha de continuidade para evitar um afrontamento prematuro com os Estados Unidos – o erro fatal da União Soviética segundo Deng Xiaoping – e os partidários do voluntarismo estratégico, que querem revelar a China como uma grande potência internacional para pôr fim à hegemonia norte-americana. Duas fórmulas identificam as escolhas divergentes – a velha guarda reformista quer “esconder a força da China e evitar pretensões à hegemonia” (*Tao Guang Yang Hui*), enquanto a vanguarda revisionista quer uma estratégia dinâmica para mobilizar a força da China e “obter resultados” na política internacional (*Fen Fu You Wei*)¹³¹.

A linha defensiva defende a “Marcha para Ocidente”- uma versão oriental do “Drang nach Osten”, a teoria geopolítica de Karl Haushofer que evoca os dilemas das estratégias

128 Nadège Rolland (2020). *China's Vision for a New World Order*. NBR Special Report 83. William Callahan (2007). *Tianxia, Empire and the World*. BICC Working Paper Series 1. William Callahan (2007). “Chinese Visions of World Order: Post-Hegemonic or a New Hegemony?” *International Studies Review* 10 (4): 749-761. Ver também John King Fairbank, ed. (1968). *The Chinese World Order*. Cambridge: Harvard University Press.

129 A “Comunidade de Destino Comum” é referida por Xi Jinping no Fórum da BRI em 2017. O seu antecessor, Hu Jintao, foi o primeiro a usar a fórmula. Susan Shirk (2021). *Overreach. How China Derailed Its Peaceful Rise*. New York: Oxford University Press.

130 Zhao Tingyang (2009). “A Political World Philosophy in terms of All-under-heaven (Tian-xia)”. *Diogenes* 221: 5-18. Wang Gungwu. “On Tianxia”. *The China Story*, 15 de abril de 2019. Wang Gungwu (2013). *Renewal. The Chinese State and the New Global History*. Hong Kong: Chinese University Press. Zhao Tingyang (2021). *All Under Heaven. The Tianxia System for a Possible World Order*. Los Angeles: University of California Press.

131 Yan Xuetong (2014). “From Keeping a Low Profile to Striving for Achievement”. *Chinese Journal of International Politics* 7 (2): 153-184.

continentalistas da Alemanha¹³², implicitamente na versão de Wang Jisi e explicitamente na versão do General Liu Yazhou. Para Wang Jisi, se os Estados Unidos, na sequência do *pivot* asiático, se vão concentrar na Ásia-Pacífico, a única maneira de evitar o confronto direto entre as duas grandes potências é a China concentrar-se no seu “Drang nach Westen” ao longo de um eixo que deve unir Xangai a Londres – os símbolos da velha e da nova globalização¹³³. Para Liu Yazhou, a defesa das fronteiras terrestres e da estabilidade na Ásia Central é mais importante do que a conquista de Taiwan: o Xinjiang deve ser reconhecido como uma posição central, decisiva tanto para assegurar uma ligação terrestre segura aos recursos energéticos concentrados na Ásia Central e no Golfo Pérsico, como para ligar a China à Ásia do Sul, ao Médio Oriente e à Turquia, para consolidar a posição da China como a principal potência continental numa “Grande Eurásia”¹³⁴.

A linha ofensiva defende a transformação da China numa grande potência marítima para enfrentar os Estados Unidos em Taiwan e nos mares adjacentes e a competição global com a potência hegemónica implica formar uma ordem alternativa à ordem liberal. A Ásia Central é uma retaguarda sem valor estratégico decisivo desde que se possa excluir os Estados Unidos e os seus aliados desse espaço secundário – a retirada do Afeganistão confirma esse cálculo. Yan Xuetong considera que só existem duas grandes potências internacionais – os Estados Unidos e a China – e que a inevitabilidade de uma nova divisão bipolar exige que a potência ascendente possa ter um modelo normativo próprio para criar uma nova ordem mundial¹³⁵.

Em 2013, Xi Jinping anuncia a “Rota da Seda Terrestre” em Nur-Sultan (Astana), no Cazaquistão, e a “Rota da Seda Marítima” em Jakarta, na Indonésia¹³⁶. A BRI antecipa a reorganização da Eurásia como um espaço integrado por redes de conectividade digital, energética, ferroviária e financeira ao longo de três corredores terrestres – no Sul, no centro e no Norte – e de uma rota marítima que circunda a Ásia até ao Mediterrâneo¹³⁷.

132 Dan Diner (1984). “Grundbuch des Planeten”. Zur Geopolitik Karl Haushofers”. *Vierteljahreshefte für Zeitgeschichte* 32 (1): 1-28. Dan Diner (1999). Knowledge of Expansion on the Geopolitics of Karl Haushofer”. *Geopolitics* 4 (3): 161-188. Ver também Michel Korinman (1990). *Quand l'Allemagne pensait le monde*. Paris: Fayard. Ver ainda Karl Haushofer (1986). *De la géopolitique*. Paris: Fayard.

133 Wang Jisi. *Marching Westwards. The Rebalancing of China's Geostrategy*. Pequim: Center for International and Strategic Studies Report, 7 de outubro de 2012.

134 O texto é escrito pouco depois de um período de crescentes tensões políticas e sociais em Urumqi, a capital do Xinjiang. Liu Yazhou. *On Advance Toward the West*, 8 de agosto de 2010. Ver também Yun Sun. *March West. China's Response to U.S. Rebalancing*. Brookings Institution, 31 de janeiro de 2013. Michael Clarke (2016). “Beijing's March West. Opportunities and Challenges for China's Eurasian Pivot”. *Orbis* 62 (2): 296-313. Ver ainda Daniel Markey (2020). *China's Western Horizon. Beijing and the New Geopolitics of Eurasia*. Oxford: Oxford University Press.

135 Yan Xuetong (2019).

136 A escolha do nome remete para a *New Silk Road Initiative* anunciada em 2011 por Robert Hormats, Subsecretário de Estado para a Economia, a Agricultura e a Energia, que queria construir redes de telecomunicações, estradas e caminhos-de-ferro para garantir a integração regional do Afeganistão. Robert Hormats. *The United States "New Silk Road" Strategy*. U.S. Department of State, 29 de setembro de 2011.

137 Nadège Rolland (2017). *China's Eurasian Century? Political and Strategic Implications of the Belt and Road Initiative*. 93-120. National Bureau of Asian Research. William Callahan (2016). “China's 'Asia Dream'. The Belt and Road Initiative and the new regional order”. *Journal of Asian Comparative Politics* 1 (3): 1-18.

Pela primeira vez desde o início do período das reformas, a nova estratégia apresenta a China como um modelo de desenvolvimento político e económico alternativo ao modelo liberal¹³⁸. A BRI, pilar da “Comunidade de Destino Comum”, vai estar aberta a todos os Estados – exceto os Estados Unidos, excluídos da ordem chinesa. As novas “Rotas da Seda” chinesas substituem as antigas “Rotas da Seda” europeias de Marco Polo e de Vasco da Gama e anunciam o fim do longo ciclo de ocidentalização.

A BRI é a resposta da China à viragem estratégica dos Estados Unidos e da Rússia. Xi Jinping defende o “*pivot* euroasiático” da China para consolidar a aliança com a Rússia¹³⁹, necessária para contrabalançar os Estados Unidos. Mas a estratégia de Xi representa uma viragem ofensiva: a China precisa de um aliado seguro na retaguarda continental para se poder concentrar na transição de poder e substituir a potência hegemónica em declínio; e para se transformar numa potência marítima e lutar contra os Estados Unidos, desde logo nos Estreitos da Formosa e nos mares adjacentes que quer integrar no seu espaço de soberania¹⁴⁰. Nesse contexto, à partida, a China de Xi precisa mais da Rússia de Putin do que a Rússia de Putin precisa da China de Xi.

A decisão de Xi força Putin a dar forma à União Euroasiática. Em 2013, Moscovo decide criar uma União Económica Euroasiática (EEU), cuja credibilidade reclama a integração da Ucrânia. Mas Kyiv prepara-se para assinar um Acordo de Associação com a União Europeia, que é incompatível, nos seus próprios termos, com a adesão à União Económica Euroasiática¹⁴¹. Putin obriga o Presidente Viktor Yanukovich a escolher Moscovo, mas a rutura com Bruxelas provoca um levantamento das correntes nacionalistas ucranianas, que ocupam a Praça da Independência (Maidan) no centro de Kyiv durante o Inverno. O movimento Maidan acaba por prevalecer contra o Presidente Yanukovich, que foge para a Rússia quando se vai iniciar a intervenção militar russa na Crimeia, em 28 de fevereiro de 2014¹⁴². Três semanas antes, no dia 6 de fevereiro, véspera da abertura dos Jogos Olímpicos de Inverno em Sochi, Xi encontra-se com Putin, mas ninguém dá publicamente importância a essa reunião¹⁴³.

A anexação da Crimeia, em abril, e a insurreição armada das milícias russas no Donbas confirmam a estratégia de Putin centrada na rutura com a ordem internacional e no realinhamento com a China. A China não reconhece a anexação da Crimeia, nem condena a Rússia e, em maio, a cimeira anual entre Xi e Putin em Xangai consolida a *Entente* revisionista e garante o acesso da China às reservas estratégicas de hidrocarbone-

138 Francis Fukuyama. “Exporting the Chinese Model”, Project Syndicate, 12 de janeiro de 2016.

139 Chen Xiaotong, Marlen Belgibayev (2014). *China’s Eurasian Pivot*. Asan Forum, 1 de dezembro de 2014.
Bobo Lo (2019). *Greater Eurasia. The Emperor’s New Clothes or an Idea whose Time Has Come?* Paris: IFRI Russia NEI Reports.

140 Rush Doshi (2021).

141 Anders Aslund. *Ukraine’s Choice. European Association Agreement or Eurasian Union?* Peterson Institute for International Economics Policy Brief, setembro de 2013.

142 Serhii Plokhy (2017). *The Gates of Europe. A History of Ukraine*. New York: Basic Books. Paul d’Anieri (2019). *Ukraine and Russia*. Cambridge: Cambridge University Press.

143 “Meeting with President of China Xi Jinping”, President of Russia, 6 de fevereiro de 2014. “Xi Jinping Meets with President of Russia, Vladimir Putin”, People’s Republic of China Consulate-General, Toronto, 6 de fevereiro de 2014.

tos da Sibéria com a construção de um novo gasoduto, o Power of Siberia. Em junho, a Ucrânia assina o Acordo de Associação com a União Europeia que marca a fronteira com a União Económica Euroasiática, fundada pela Rússia, pela Bielorrússia, pela Arménia e pelo Cazaquistão – o Quirguistão entra mais tarde. As tensões entre a União Económica Euroasiática e as parcerias da BRI na Ásia Central são evidentes desde a primeira hora, o que justifica a decisão de Xi e Putin de declarar os dois projetos complementares logo no ano seguinte¹⁴⁴.

O Cazaquistão é crucial na conexão ferroviária que liga Xian, Moscovo e Duisburg no corredor Norte, assim como na conexão energética dos gasodutos que ligam o Turquemenistão à China, no corredor central das novas “Rotas da Seda”. O corredor Sul – o Corredor Económico China-Paquistão (CPEC) – liga o Xinjiang diretamente ao Paquistão e termina no porto de Gwadar, no Índico. Na conjuntura, a divisão do trabalho que prevalece na Ásia Central *post-soviética* valoriza a posição decisiva da Rússia na dimensão securitária e a da China na dimensão económica e garante a coexistência das duas grandes potências na “Eurásia Central”. A convergência sino-russa define o quadro dos alargamentos sucessivos da SCO¹⁴⁵.

Em 2022, a invasão da Ucrânia pela Rússia e, sobretudo, o prolongamento da Guerra Russo-Ucraniana depois do fracasso inicial da ofensiva russa, vai confirmar a aliança sino-russa – o cenário geopolítico mais perigoso para os Estados Unidos, na previsão de Zbigniew Brzezinski¹⁴⁶ – e transformar a balança entre as duas principais potências revisionistas, unidas, na fórmula dos dois Presidentes, por uma “amizade sem limites”: a Rússia de Putin passa a precisar mais da China de Xi do que a China de Xi da Rússia de Putin.

A posição dirigente da China é manifestada na sua iniciativa de convidar 19 Estados para a cimeira dos BRICS em junho¹⁴⁷ e de anunciar o alargamento do fórum que reúne inicialmente três potências emergentes à dupla revisionista¹⁴⁸. Com efeito, a ordem alternativa que a China quer construir é uma ordem global e não está centrada na “Grande Eurásia”.

144 Alexander Gabuev. “Eurasian Silk Road Union. Towards a Russia-China Consensus?” *Diplomat*, 5 de junho de 2015. Martin Kaczmarek, Witold Rodkiewicz. *Russia's Greater Eurasia and China's New Silk Road: adaptation instead of competition*. OSW Center for Eastern Studies OSW Commentary, 21 de julho de 2016. Ver também “Russia, China, agree on integration of Eurasian Economic Union, Silk Road Projects”, *TASS*, 8 de maio de 2015. “Xi Jinping Hold Talks with President Vladimir Putin of Russia”. Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 8 de maio de 2015.

145 Yuan Jing-dong. “Forging a New Security Order in Eurasia. China, the SCO, and the Impacts on Regional Governance”. *Chinese Political Science Review*, 20 de junho de 2022. Ver também Andrei Kortunov (2017). *SCO: The Cornerstone Rejected by the Builder of a New Eurasia?* Moscovo: Russian Institute of International Affairs. Alexander Lukin (2021). “Sino-Russian Rapprochement and Greater Eurasia. From Geopolitical Pole to International Society?” *Journal of Eurasian Studies* 12 (1): 28-45.

146 Zbigniew Brzezinski (1997, 2002). *The Grand Chessboard*: 55. New York: Basic Books. Ver também Hal Brands (2022). “The Eurasian Nightmare. Chinese-Russian Convergence and the Future of American Order”. *Foreign Affairs*, 25 de fevereiro de 2022.

147 Os Estados que participam como convidados da presidência chinesa na cimeira virtual dos BRICS são a Argélia, a Argentina, o Camboja, o Egito, a Etiópia, as Fiji, a Indonésia, o Irão, o Cazaquistão, a Malásia, a Nigéria, o Senegal, a Tailândia e o Uzbequistão.

148 O alargamento à Arábia Saudita, Argentina, Egito, Etiópia, Irão e EAU é decidido na última cimeira dos BRICS na África do Sul. XV BRICS Summit. *Johannesburg II Declaration*, 23 de agosto de 2023.

Desde logo, a BRI integra 147 Estados que assinaram acordos bilaterais com a China nesse quadro preciso. Esses Estados pertencem a todos os continentes, incluindo a Europa Ocidental, com Portugal e a Itália, membro do G7, e a América Latina, com 23 Estados integrados na BRI, estão a construir a “Comunidade de Destino Comum” com a República Popular da China. Na fórmula de Xi, as parcerias chinesas assentam “no diálogo, na não-confrontação e na não-aliança”: não estão assentes em tratados vinculativos, como as alianças dos Estados Unidos, são fluidas e hierárquicas por natureza; os Estados menores começam por se vincular à China para beneficiar dos seus recursos financeiros, económicos e tecnológicos e devem partilhar gradualmente as suas prioridades políticas, diplomáticas e securitárias.

Por outro lado, a China procura alargar constantemente a sua rede multilateral, que inclui o Fórum China-África (FOCAC); o Fórum China-Comunidade dos Estados Latino-Americanos e das Caraíbas (CELAC) (CCF), o Fórum China-Estados Árabes (CASCF), o Fórum China-GCC e o Fórum Macau, entre a China e o conjunto dos países de língua portuguesa¹⁴⁹. Em dezembro, a China faz a sua primeira cimeira bilateral com o GCC em Riade e, cinco meses depois, em Xian, o Presidente Xi recebe, pela primeira vez, todos os Presidentes das cinco antigas repúblicas soviéticas da Ásia Central. Aparentemente, a diplomacia chinesa só está em recessão na Europa, onde o seu alinhamento com a Rússia parece ter comprometido definitivamente o Fórum 1+16, que reunia a China e o conjunto dos Estados da Europa Central e Oriental¹⁵⁰.

Por último, o Presidente Xi multiplica as suas iniciativas globais, com a apresentação sucessiva da Iniciativa de Desenvolvimento Global, em 2021¹⁵¹, da Iniciativa de Segurança Global, em 2022¹⁵², e da Iniciativa da Civilização Global, em 2023¹⁵³, abertas a todos os Estados e a todas as entidades¹⁵⁴, com a exceção natural dos Estados Unidos, excluídos

149 Pedro Santos, Li Yichao, José Alves. The New Face of Multilateralism. The Case of “Chinese” Forums in Francisco Leandro, Paulo Duarte, Enrique Galán, eds. (2023). *The Palgrave Handbook on Globalization with Chinese Characteristics*: 253-270. Londres: Palgrave.

150 Na sequência do conflito entre a China e a Lituânia a propósito de Taiwan em 2021, as três Repúblicas bálticas deixam de pertencer ao fórum 16+1, que não volta a reunir-se ao nível de Chefes de Estado e de Governo. Pepijn Bergsen, Voldone Sniukaite. *Central and Eastern Europe become hawkish on China*, Chatham House, 12 de setembro de 2022.

151 “Xi proposes Global Development Initiative”, *Xinhua* 22 de setembro de 2021. Mercedes Page. *Unpacking China’s Global Development Initiative*. Lowy Institute, agosto de 2022. *Global Development Initiative: Philosophy, Principle, Path and Progress*. State Council Center for International Knowledge on Development, agosto de 2022. CSIS Interpret China.

152 *Xi Jinping Delivers a Keynote Speech at the Opening Ceremony of the Boao Forum for Asia Annual Conference 2022*, Ministry of Foreign Affairs of the People’s Republic of China, 21 de abril de 2022. *The Global Security Initiative Concept Paper*, Ministry of Foreign Affairs of the People’s Republic of China, 21 de fevereiro de 2023. O último documento é publicado a par de um relatório oficial sobre a hegemonia norte-americana. “U.S. Hegemony and its perils”, *Xinhua*, 20 de fevereiro de 2023. “All countries are welcomed to join Global Security Initiative”, *Global Times*, 21 de fevereiro de 2023. Ver também Feng Weijiang (2022). *The Theoretical Foundation of the Global Security Initiative. The Holistic View of National Security*. CSIS Interpret China. Alice Ekman. *China’s Global Security Initiative*. EUISS, março de 2023.

153 “Xi Proposes Global Civilization Initiative”, *Xinhua*, 15 de março de 2023.

154 A Iniciativa da Civilização Global é apresentada por Xi numa reunião organizada pelo PCC com os Presidentes dos partidos políticos no poder na África do Sul, Nicarágua, Venezuela, Sudão do Sul, Sérvia,

por definição de uma ordem que quer substituir a sua hegemonia. A avaliação do sucesso das sucessivas iniciativas chinesas tem de ser feita a benefício de inventários futuros – o Diálogo de Alto-Nível sobre o Desenvolvimento Global pôde contar com os BRICS e com a Argélia, a Argentina, o Camboja, o Egito, a Etiópia, as Fiji, a Indonésia, o Irão, o Cazaquistão, a Malásia, o Senegal, a Tailândia e o Uzbequistão¹⁵⁵. Porém, a vontade da China de Xi para construir uma nova ordem mundial está demonstrada.

As três principais potências defendem modelos de ordenamento diferentes, que trazem princípios de legitimidade distintos. Os Estados Unidos, tal como a China, têm uma visão global e projetos universalistas, enquanto a Rússia tem uma visão clássica da balança do poder e das esferas de influência. Os Estados Unidos, tal como a Rússia, defendem a ordem vestefaliana do sistema de Estados, cuja continuidade exige que as grandes potências assumam, individual e coletivamente, as suas responsabilidades para garantir a sobrevivência da sociedade internacional perante a ameaça de unificação imperial implícita na ordem mundial *post*-estatal que a China quer construir, como resulta, nomeadamente, da linha ideológica expressa nos documentos que fundamentam as suas três “iniciativas globais”¹⁵⁶.

Os responsáveis políticos norte-americanos reconhecem que o sistema unipolar, que podia sustentar a hegemonia internacional dos Estados Unidos, a globalização e a ordem liberal, está a chegar ao fim. De certo modo, as primeiras décadas do *post*-Guerra Fria, marcadas pela preponderância dos Estados Unidos, são um período de transição entre o fim da divisão bipolar da Guerra Fria, dominada pela competição entre as democracias e os totalitarismos, e uma nova divisão da ordem internacional, polarizada entre as potências conservadoras que querem defender a velha ordem vestefaliana assente no império do direito e as potências revisionistas que querem impor uma nova ordem hierárquica assente no império da força.

A revelação da China como a potência dirigente da coligação revisionista alargada confirma que a defesa da ordem liberal não chega para responder ao desafio sistémico de uma ordem alternativa à escala global, que os Estados Unidos reconhecem poder ser construída pela República Popular da China. Nesse quadro, a prioridade norte-americana deixa de ser a institucionalização da grande aliança das democracias para passar a ser a consolidação de uma “coligação inclusiva” onde têm lugar todos os Estados que, para lá da natureza do seu regime político interno, defendem a ordem vestefaliana, recusam a hegemonia de uma potência imperial e aceitam os princípios fundamentais da Carta

Mongólia, Timor-Leste, Nova Guiné, Grenada, Rússia, Cazaquistão e Togo. *Xi Jinping Attends the CPC in Dialogue with World Political Parties High-level Meeting and Delivers a Key-note Speech*, Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 16 de março de 2023. Ver também o texto do Presidente da Academia das Ciências chinesa, Gao Xiang, *Unveiling the Laws of the Rise and Fall of Civilizations and Mapping the Path of Civilizational Development. The Theoretical Implications and Practical Value of the Global Civilization Initiative*, abril de 2023. CSIS Interpret China.

155 Fikayo Akeredolu. “Don't Sleep on China's Global Development Initiative”. *The Diplomat*, 12 de julho de 2022.

156 A tradução oficial da Xinhua em francês (mas não em português ou em castelhano) refere-se a “iniciativas mundiais” – a Iniciativa do Desenvolvimento Mundial, a Iniciativa de Segurança Mundial e a Iniciativa para a Civilização Mundial.

das Nações Unidas, nomeadamente a defesa da soberania e da integridade territorial dos Estados¹⁵⁷.

A escalada na luta pelo poder entre as principais potências internacionais, a divisão entre o bloco continental e a aliança marítima, e a natureza sistémica da competição entre os Estados Unidos e a China transformam o mapa geopolítico da ordem liberal e da globalização. No mesmo sentido, essas mudanças podem pôr em causa a autonomia estratégica dos “complexos de segurança regionais” que se consolidaram na Europa, na Ásia, no Médio Oriente ou na América do Sul durante o *post*-Guerra Fria.

Com efeito, as mudanças internacionais estão a criar tensões e a redefinir os alinhamentos das principais potências nos grandes espaços regionais. Desde logo, o “Sul Global” está dividido entre os que querem opor as potências emergentes às potências do “Norte Global” e os que querem evitar ter de escolher entre o “Ocidente Global” e o “Oriente Global”.

Na América do Sul, o Brasil tenta tirar partido da viragem esquerdista na maior parte dos governos regionais para consolidar uma linha anti-americana e defender a “neutralidade colaborante” com a coligação revisionista dirigida pela China. No Médio Oriente, a teocracia iraniana e a monarquia saudita aceitam a mediação da China para suspender o conflito entre as duas potências do Golfo Pérsico, enquanto a Rússia garante a sobrevivência do regime alawita na Síria, cujas relações se normalizam com a Turquia e o conjunto dos Estados árabes sunitas, num momento em que as relações dos Estados Unidos com os seus principais aliados regionais, incluindo Israel, estão em crise.

Na “Grande Ásia”, a divisão tripolar entre a China, a Índia e o Japão consolida-se e as três principais potências regionais procuram condicionar o alinhamento dos restantes Estados asiáticos, nomeadamente dos Estados-membros da ASEAN e da SAARC que não querem, ou não podem, escolher entre a maior autocracia asiática e os seus dois rivais democráticos. A Indonésia mantém a sua linha de “neutralidade equidistante”, que continua a prevalecer na maioria dos Estados da ASEAN; o Paquistão, o regime militar do Myanmar e o regime autocrático do Camboja querem consolidar as suas relações com a China; o regime comunista do Vietname quer aproximar-se da Índia e do Japão para limitar o peso do regime comunista da China, e o regime comunista norte-coreano quer voltar a ser aliado de ambos os vizinhos continentais para garantir a sua autonomia na balança entre a China e a Rússia.

Na Europa, as relações com os Estados Unidos, com a Rússia e com a China dividem os Estados, os partidos e as forças políticas. A Guerra Russo-Ucraniana está na origem de uma clivagem entre um “partido da paz”, que quer forçar a Ucrânia a aceitar cedências territoriais exigidas pela Rússia, e um “partido da justiça”, que quer garantir a soberania

157 O capítulo sobre “Um mundo inclusivo” da NSS do Presidente Biden afirma que “a maior parte dos países quer uma ordem estável assente em regras que respeita a sua soberania e a sua integridade territorial, assegura um quadro justo de trocas económicas e promove uma prosperidade partilhada e torna possível a cooperação para responder a desafios comuns”. A nova fórmula secundariza o projeto inicial de Biden sobre a aliança global das democracias e antecipa a desvalorização das reuniões anuais da Cimeira das democracias. White House. *National Security Strategy*, outubro de 2022.

da Ucrânia perante a agressão da Rússia¹⁵⁸. A França e a Hungria, a Forza Italia e a Lega, parceiros minoritários do Governo italiano, tal como o Die Linke, na extrema-esquerda, e a Alternative für Deutschland (AfD), na extrema-direita na Alemanha, estão próximos do “partido da paz”, ou mesmo do “partido russo”; a Grã-Bretanha, a Alemanha, a Polónia, ou os Fratelli d’Italia, partido maioritário do Governo italiano, estão do lado do “partido da justiça”.

Macron e Scholz querem separar as relações com a China das relações com a Rússia, enquanto a Presidente da Comissão Europeia e a Ministra dos Negócios Estrangeiros alemã querem fazer depender as relações com a China do comportamento de Pequim na Guerra da Ucrânia¹⁵⁹. A Grã-Bretanha e a Alemanha, bem como a Itália e a Polónia, querem consolidar a aliança com os Estados Unidos na NATO, enquanto a França continua a defender a “autonomia estratégica” e a denunciar os “vassalos” europeus do aliado americano, sem poder impor a sua autoridade como uma “potência de equilíbrios” para mediar entre as potências internacionais¹⁶⁰. O impasse europeu vai prolongar-se até às próximas eleições presidenciais nos Estados Unidos em novembro de 2024, cujo resultado pode alterar o curso da política externa norte-americana na guerra europeia e mesmo pôr em causa a sobrevivência das instituições ocidentais.

158 Mark Leonard, Ivan Krastev. *Peace Versus Justice. The Coming European Split Over the War in Ukraine*. ECFR Policy Brief, junho de 2022.

159 François Godement. *Chine. Engagement ou endiguement, le dilemme occidental*. Institut Montaigne, 5 de maio de 2023. Thorsten Benner. “Europe is disastrously split on China”. *Foreign Policy*, 12 de abril de 2023. François Godement. *Macron et la Chine. Les périls du “en même temps”*. Institut Montaigne, 12 de abril de 2023. Mathieu Duchatel. *Printemps français à Pékin*. Institut Montaigne, 12 de abril de 2023. Gesine Weber. *How to Save French Credibility from Macron*. War on the Rocks, 16 de maio de 2023. Janka Oertel, Andrew Small. *Bad cop in Brussels*. ECFR Interview, 30 de março de 2023. Noah Barkin. *Watching China in Europe*, 4 de abril de 2023, 4 de julho de 2023. Ver também EU. *Speech by President von der Leyen on EU-China relations to the Mercator Institute for China Studies and the European Policy Center*, Bruxelas, 30 de março de 2023.

160 Isabelle Lasserre (2023). Michel Duclos. *Retour de Chine. Quelle politique étrangère pour le deuxième mandat de Macron?* Institut Montaigne, 24 de abril de 2023.

Envoi

O prolongamento da Guerra Russo-Ucraniana e a crise paralela nos Estreitos da Formosa, que reforçam a parceria entre a Rússia e a China e a sua oposição conjunta contra os Estados Unidos, fazem com que não se possam excluir os cenários de escalada na luta pelo poder entre as grandes potências da análise das tendências internacionais.

O impasse nos campos de batalha ucranianos pode durar. A Rússia de Putin não pode recuar sem precipitar a crise do regime autoritário e a Ucrânia de Zelensky não pode ceder os territórios ocupados sem pôr em causa a legitimidade nacional do regime democrático; a Rússia tem as capacidades militares necessárias para resistir na frente ucraniana, nomeadamente na Crimeia, a Ucrânia pode contar com a retaguarda ocidental para continuar a lutar pela defesa da soberania e da independência.

Pelo contrário, o impasse na “questão de Taiwan” pode não durar. O Presidente Xi não pode continuar a adiar *sine die* a reunificação do Estado sem pôr em causa tanto a legitimidade nacional do regime comunista, como a restauração do estatuto da China como uma grande potência. A fórmula de Deng Xiaoping para a reunificação pacífica – “um país, dois sistemas” – pertence ao passado e Xi Jinping declarou formalmente que a “questão de Taiwan” não pode ser deixada para a próxima geração. No mesmo sentido, a comunidade democrática de Taiwan rejeita a sua integração no regime comunista da China continental, embora o Guomindang e o Partido Democrático Progressista (DPP) exprimam essa posição de modos diferentes.

Os Estados Unidos reconhecem essa mudança e têm reforçado as suas garantias a Taiwan. A doutrina da “ambiguidade estratégica”, nos termos da qual Washington se recusa a dizer qual seria a sua resposta no caso de uma ofensiva militar da República Popular da China contra a República da China em Taiwan, está a ser posta em causa por um consenso bipartidário no Congresso que defende a intervenção militar direta dos Estados Unidos no caso de uma invasão chinesa da “província rebelde”. As alianças asiáticas e europeias da principal potência internacional podem não sobreviver à passividade norte-americana perante uma agressão contra Taiwan e uma vitória da República Popular da China nos Estreitos da Formosa significa o fim do primado dos Estados Unidos no sistema internacional.

O risco de uma escalada nuclear existe tanto no caso da Ucrânia, como no caso de Taiwan. Mas as grandes potências continuam a temer mais a ascensão aos extremos que põe em causa a sua existência do que a ameaça dos seus inimigos externos. Nas vésperas da invasão da Ucrânia, as cinco potências nucleares oficiais – os Estados Unidos, a Rússia, a Grã-Bretanha, a França e a China – entenderam dever fazer uma declaração conjunta em que reiteram que “uma guerra nuclear não pode ser ganha e nunca pode ser travada”. A China tem retomado essa posição ao mais alto nível, nomeadamente nas cimeiras entre o Presidente Xi, o Chanceler Scholz e o Presidente Macron. Nesse sentido, a fórmula de Raymond Aron sobre a Guerra Fria – «paz impossível, guerra improvável» – continua válida.

Os cenários de escalada na Ucrânia e em Taiwan não são inevitáveis e deixam em aberto questões decisivas sobre a evolução internacional nos próximos dez anos. A mais

importante é antecipar se a crise do triângulo estratégico formado pelos Estados Unidos, pela China e pela Rússia, acelerada pela Guerra Russo-Ucraniana, anuncia a transição para uma nova estrutura bipolar na distribuição do poder internacional dominada pela principal potência marítima e pela principal potência continental, ou se, em sentido oposto, confirma o regresso à multipolaridade, com a emergência de novas grandes potências internacionais.

O cenário bipolar tem como pressuposto a queda da Rússia, que deixa de ser uma das três grandes potências internacionais na sequência da aventura ucraniana – uma crise comparável ao colapso da União Soviética. A nova divisão bipolar entre os Estados Unidos e a China contrasta com o cenário do *post*-Guerra: em 1945, os Estados Unidos e a União Soviética são duas grandes potências vitoriosas e sem rivais, passem as ilusões da Grã-Bretanha sobre a ressurgência da Europa como uma “Terceira Força”; em 2023, os Estados Unidos e a China são duas grandes potências em declínio, que não conseguem sequer pôr fim à Guerra Russo-Ucraniana. Washington reconhece essa realidade, que Pequim, cujas elites continuam obcecadas com o suicídio do regime comunista russo, tem mais dificuldade em admitir.

Desde logo, a prioridade dos Estados Unidos e da China no cenário bipolar deve passar a ser a contenção dos riscos de desagregação da Rússia, nomeadamente no domínio nuclear, o que reclama uma concertação efetiva entre Washington, Pequim e Moscovo. Por outro lado, as duas principais potências têm de codificar as suas relações bilaterais, consolidar a dissuasão estratégica recíproca e encontrar uma fórmula para impedir que a “questão de Taiwan” possa ser um perturbador permanente da estabilidade bipolar. Por último, para reconstruir o equilíbrio internacional, é urgente definir as respetivas esferas de influência, nomeadamente na Europa e na Ásia. Nesse quadro, o alinhamento transatlântico das potências europeias passa a ser tanto mais rigoroso quanto mais vulnerável for a posição internacional norte-americana, o que torna obsoletas as políticas de “autonomia estratégica” europeia e reclama a sua substituição por uma convergência estratégica entre a União Europeia, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, indispensável para a sobrevivência do “Ocidente Global”.

O cenário multipolar é congruente com o declínio relativo das três principais potências, que cria as condições indispensáveis para a revelação de novas potências internacionais. Entre as potências emergentes, só a Índia é relevante em todas as dimensões importantes para a avaliação do poder nacional. Com efeito, os outros candidatos, como a Indonésia, o Brasil ou a África do Sul, não são potências nucleares, nem têm a força demográfica da Índia, nem uma capacidade militar e diplomática comparável à primeira potência da Ásia do Sul. Entre as antigas grandes potências, só o Japão, que continua a ser a terceira economia mundial e tem revelado não só uma visão estratégica coerente, como uma determinação crescente em assumir as suas responsabilidades no domínio da segurança regional, incluindo a defesa de Taiwan, pode voltar a ser uma grande potência relevante, nomeadamente se passar a ser uma potência nuclear e superar uma excessiva dependência dos Estados Unidos.

Em qualquer das variantes multipolares, a recentragem asiática do sistema internacional fica confirmada na recomposição da balança central, onde nenhuma potência europeia

tem lugar: o acesso das potências europeias ao centro de decisão internacional continua a depender da aliança com os Estados Unidos e da consolidação da comunidade transatlântica. Não obstante, a instabilidade dos alinhamentos, que é a principal característica do sistema multipolar, deixa em aberto a possibilidade de novas divisões entre as potências europeias, que podem querer diferenciar as suas alianças bilaterais com as grandes potências. Num contexto multipolar, o declínio relativo dos Estados Unidos e a centralidade asiática tornam improvável a continuidade da NATO e da União Europeia, e a maior autonomia das potências europeias pode acelerar a reconstituição de um quadro de competição em que a sobrevivência das dinâmicas de integração regional e a própria “paz democrática” ficam postas em causa.

Ironicamente, a continuidade das instituições que definem a ordem multilateral e a paz separada entre as democracias europeias é mais provável num sistema bipolar do que num sistema multipolar. Em todo o caso, a transição para uma estrutura estável de distribuição do poder internacional pode demorar anos e, durante esse período, o quadro de crise permanente e de multiplicação dos conflitos pode continuar a ser a regra na política internacional e na política europeia, que está no centro da luta pelo poder entre os Estados Unidos, a China e a Rússia.

Referências Bibliográficas

- Actis, Esteban, 2022. Argentina's "Third Way" and Russia's Invasion of Ukraine. *TI Observer* 21, Non-Alignment 2.0, June, Taihe Institute, pp. 18-22. Disponível em: <http://www.taiheinstitute.org/UploadFile/files/2022/6/30/11206652fbb64821-c.pdf>
- Aguirre, Mariano, 2023. Is Non-Alignment Possible for Latin America? *Chatham House*, 2 de março. Disponível em: <https://www.chathamhouse.org/2023/03/non-alignment-possible-latin-america>
- Akeredolu, Fikayo, 2022. Don't Sleep on China's Global Development Initiative. *The Diplomat*, 12 de julho.
- Alberque, William, 2022. Russia's New Draft Treaties: Like 2009, but Worse. *International Institute for Strategic Studies (IISS)*, 25 de janeiro. Disponível em: <https://www.iiiss.org/online-analysis/online-analysis/2022/01/russias-new-draft-treaties-like-2009-but-worse>
- Almeida, Paulo Roberto de, 2004. *Relações internacionais e política externa do Brasil*. Porto Alegre: UFRGS Editora.
- Al-Tamimi, Naser, 2022. Saudi Arabia's Once Marginal relationship with China Turns into a Comprehensive Strategic Relationship, in Jacob Gunter e Helena Legarda, eds., Beyond blocs: global views on China and US-China relations. *MERICs Papers on China* No 11, agosto, Mercator Institute for China Studies (MERICs).
- Amorim, Celso, 2023. Brazil and China are coming together, focus on partnership, multipolar world. *Global Times*, 16 de abril.
- Aslund, Anders, 2013. Ukraine's Choice. European Association Agreement or Eurasian Union? *Policy Brief*, setembro, Peterson Institute for International Economics.
- Auslin, Michael, 2010. *Security in the Indo-Pacific Commons: Toward a Regional Strategy*, dezembro. American Enterprise Institute.
- Aydintasbas, Asli e Kirisci, Kemal, 2017. The United States and Turkey. Friends, Enemies, or Only Interests. *Policy Paper*, Number 12, April, Center on the United States and Europe (CUSE) at Brookings, Turkey Project.
- Aydintasbas, Asli, 2022. Hedge Politics. Turkey's Search for Balance in the Middle East. *Policy Brief*, July, European Council on Foreign Relations (ECFR).
- Aydintasbas, Asli, 2022. Turkey, NATO, and the Ukraine War: Why Erdogan's grievances are more than about Sweden and Finland. *Commentary*, 16 de maio, European Council on Foreign Relations (ECFR).
- Aydintasbas, Asli, 2023. How the Biden Administration Sealed the Sweden Deal with Erdogan. *The Washington Post*, 10 de julho.
- Aydintasbas, Asli, Dumoulin, Marie, Geranmayeh, Ellie e Oertel, Janka, 2022. Rogue NATO: The New Face of the Shanghai Cooperation Organization. *Commentary*, setembro, European Council on Foreign Relations (ECFR).
- Bader, Jeffrey A., 2012. *Obama and China's Rise: An Insider's Account of America's Asia Strategy*. New York: Brookings Institution Press.
- Baev, Pavel, 2021. Russia and Turkey. Strategic Partners and Rivals. *Russie.Nei.Reports*, No. 35, maio, Institut Français des Relations Internationales (Ifri).

- Ballestrin, Luciana, 2020. The Global South as a Political Project. *E-International Relations*, 3 de julho. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2020/07/03/the-global-south-as-a-political-project/>
- Balzacq, Thierry, Dombrowski, Peter e Reich, Simon, eds., 2019. *Comparative Grand Strategy: A Framework and Cases*. Oxford: Oxford University Press.
- Barkin, Noah, 2023. Watching China in Europe. *Newsletter*, 4 de abril, German Marshall Fund of the United States.
- Barkin, Noah, 2023. Watching China in Europe. *Newsletter*, julho, German Marshall Fund of the United States.
- Barnett, A. Doak, 1960. *Communist China and Asia*. New York: Harper & Brothers.
- Baskan, Birol e Taspinar, Omer, 2022. *The Nation or the Ummah. Islamism and Turkish Foreign Policy*. New York: State University of New York Press.
- Bassin, Mark, Glebov, Sergey e Laruelle, Marlene, eds., 2015. *Between Europe and Asia. The Origins, Theories and Legacies of Russian Eurasianism*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.
- Bateman, Jon, 2022. *US-China Technological “Decoupling”: A Strategy and Policy Framework*. Washington: Carnegie Endowment for International Peace.
- Benner, Thorsten, 2023. Europe is disastrously split on China. *Foreign Policy*, 12 de abril.
- Bergsen, Pepijn e Sniukaite, Valdone, 2022. Central and Eastern Europe become hawkish on China. *Chatham House*, 16 de setembro. Disponível em: <https://www.chathamhouse.org/2022/09/central-and-eastern-europe-become-hawkish-china>
- Bogusz, Michal e Rodkiewicz, Witold, 2023. Games between allies. Xi Jinping’s visit to Moscow. *OSW Commentaries* 502, 24 de março, Centre for Eastern Studies.
- Bolton, John, 2020. *The Room Where It Happened: A White House Memoir*. New York: Simon & Schuster.
- Bordachev, Timofei, ed., 2016. *Toward the Great Ocean – 4: Turn To The East*. Valdai Discussion Club Report. Moscovo: Valdai Discussion Club. Disponível em: <https://valdaiclub.com/files/11431/>
- Brands, Hal e Beckley, Michael, 2022. The Coming War Over Taiwan. *The Wall Street Journal*, 4 de agosto.
- Brands, Hal, 2018. *American Grand Strategy in the Age of Trump*. New York: Brookings Institution Press.
- Brands, Hal, 2022. The Eurasian Nightmare: Chinese-Russian Convergence and the Future of American Order. *Foreign Affairs*, 25 de fevereiro.
- Brands, Hal, 2022. *The Twilight Struggle. What the Cold War Teaches Us about Great-Power Rivalry Today*. New Haven: Yale University Press.
- Brooks, Stephen G. e Wohlforth, William C., 2008. *World Out of Balance: International Relations and the Challenge of American Primacy*. Princeton: Princeton University Press.
- Brzezinski, Zbigniew, 1997, 2002. *The Grand Chessboard: American Primacy and Its Geostrategic Imperatives*. New York: Basic Books.
- Brzezinski, Zbigniew, 2009. A Group of Two that could change the world. *Financial Times*, 13 de janeiro.
- Bulent, Aras, 2009. The Davutoglu Era in Turkish Foreign Policy. *SETA Policy Brief*, No. 32, May. Ankara: SETA-Foundation for Political Economic and Social Research.
- Burrows, Matthew, Mueller-Kaler, Julian, Oksanen, Kaisa e Piironen, Ossi, 2022. *Unpacking the Geopolitics of Technology: How Second- and Third-Order Implications of Emerging Tech are Changing the World*. Atlantic Council Geotech Center.

- Bush, Richard C., 2017. *A One-China Policy Primer*. Center for East Asia Policy Studies at Brookings. Disponível em: <https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2017/03/one-china-policy-primer-web-final.pdf>
- Buzan, Barry e Waever, Ole, 2003. *Regions and Powers. The Structure of International Security*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Cagaptay, Soner, 2023. Unpacking Turkey's Non-Binary Ukraine War Policy. *Policy Analysis*, 7 de março, The Washington Institute for Near East Policy. Disponível em: <https://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/unpacking-turkeys-non-binary-ukraine-war-policy>
- Callahan, William A., 2007. Chinese Visions of World Order: Post-Hegemonic or a New Hegemony? *International Studies Review* 10(4): 749-761.
- Callahan, William A., 2007. Tianxia, Empire and the World: Soft Power and China's Foreign Policy Discourse in the 21st Century. *BICC Working Paper Series*, No. 1, maio, British Inter-University China Centre.
- Callahan, William A., 2016. China's 'Asia Dream'. The Belt and Road Initiative and the new regional order. *Journal of Asian Comparative Politics* 1(3): 1-18.
- Campbell, Kurt e Ratner, Ely, 2018. The China Reckoning. How China Defied American Expectations. *Foreign Affairs* 97(2): 60-70.
- Chase, Robert S., Hill, Emily B. e Kennedy, Paul (1996). Pivotal States and U.S. Strategy. *Foreign Affairs*, 1 de janeiro.
- Chellaney, Brama, 2006. *Asia Juggernaut. The Rise of China, India, and Japan*. New York: HarperCollins.
- Churchill, Roger Platts, 1939. *The Anglo-Russian Convention of 1907*. Cedar Rapids, Iowa: Torch Press.
- Clarke, Michael, 2016. Beijing's March West. Opportunities and Challenges for China's Eurasian Pivot. *Orbis* 62(2): 296-313.
- Clinton, Hilary, 2011. America's Pacific Century. *Foreign Policy*, 11 de outubro.
- Clinton, Hilary, 2014. *Hard Choices*. New York: Simon & Schuster.
- Cohen, Jared, 2023. The rise of geopolitical swing states. *Goldman Sachs*, 15 de maio. Disponível em: <https://www.goldmansachs.com/intelligence/pages/the-rise-of-geopolitical-swing-states.html>
- Collins, Liam, Kofman, Michael e Spencer, John, 2023. The Battle of Hostomel Airport: a Key Moment in Russia's Defeat in Kyiv. *War on the Rocks*, 10 de agosto.
- D'Anieri, Paul, 2019. *Ukraine and Russia: From Civilized Divorce to Uncivil War*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Daalder, Ivo H. e O'Hanlon, Michael E., 2000. *Winning Ugly: NATO's War to Save Kosovo*. New York: Brookings Institution Press.
- Daehnhardt, Patrícia, 2022. *Zeitenwende: A Alemanha, a NATO e a Segurança Europeia no Contexto da Guerra da Ucrânia*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional. Disponível em: https://www.idn.gov.pt/pt/publicacoes/idncadernos/Documents/2022/IDN_Cadernos_48_TextoIntegral.pdf
- Dallin, David J., 1949. *The Rise of Russia in Asia*. New Haven: Yale University Press.
- Davutoglu, Ahmet, 2013. Zero Problems in the New Era. *Foreign Affairs*, 21 de março.
- Denoon, D., ed., 2017. *China, the United States, and the Future of Southeast Asia*. New York: New York University Press.
- Diner, Dan, 1984. "Grundbuch des Planeten" Zur Geopolitik Karl Haushofers. *Vierteljahreshefte für Zeitgeschichte* 32(1): 1-28.

- Diner, Dan, 1999. Knowledge of Expansion on the Geopolitics of Karl Haushofer. *Geopolitics*, 4(3): 161-188.
- Doshi, Rush, 2021. *The Long Game. China's Grand Strategy to Displace American Order*. New York: Oxford University Press.
- Dotson, John, 2022. Beijing Signals a Harder Line Policy on Taiwan Through the 20th Party Congress and Beyond. *China Brief* 22(17): 18-24, 20 de setembro, The Jamestown Foundation. Disponível em: https://jamestown.org/wp-content/uploads/2022/09/Read-the-9.20-Issue-in-PDF_22.17.pdf
- Duarte, Paulo, Leandro, Francisco e Galán, Enrique, eds., 2023. *The Palgrave Handbook of Globalization with Chinese Characteristics. The Case of the Belt and Road Initiative*. Londres: Palgrave macmillan.
- Duchâtel, Mathieu, 2020. Generally Stable? Facing US Pushback in the South China Sea. *China Trends* 6, 6 de agosto, Institut Montaigne. Disponível em: <https://www.institutmontaigne.org/en/expressions/china-trends-6-generally-stable-facing-us-pushback-south-china-sea>
- Duchâtel, Mathieu, 2022. Taiwan: Jusqu'où ira la Chine? *Institut Montaigne*, 2 de setembro. Disponível em: <https://www.institutmontaigne.org/expressions/taiwan-jusquou-ira-la-chine>
- Duchâtel, Mathieu, 2023. Printemps français à Pékin. *Institut Montaigne*, 12 de abril. Disponível em: <https://www.institutmontaigne.org/expressions/printemps-francais-pekín>
- Duclos, Michel, 2023. Retour de Chine. Quelle politique **étrangère** pour le second mandat du président Macron? *Institut Montaigne*, 24 de abril. Disponível em: <https://www.institutmontaigne.org/expressions/retour-de-chine-quelle-politique-etrangere-pour-le-second-mandat-du-president-macron>
- Dueck, Colin, 2015. *The Obama Doctrine. American Grand Strategy Today*. New York: Oxford University Press.
- Earle, Edward Mead, ed., 1943. *Makers of Modern Strategy: Military Thought from Machiavelli to Hitler*. Princeton: Princeton University Press.
- Economy, Elizabeth e Segal, Adam, 2009. The G-2 Mirage. *Foreign Affairs*, 1 de maio.
- Ekman, Alice, 2023. China's Global Security Initiative: When the process matters more than the content. *Brief* No. 5, 22 de março, European Union Institute for Security Studies (EUISS). Disponível em: https://www.iss.europa.eu/sites/default/files/EUISSFiles/Brief_5_China%27s%20Global%20Security%20Initiative.pdf
- Erickson, Andrew e McCaslin, Ian, 2019. The Impact of Xi-Era Reforms on the Chinese Navy, in Philip Saunders *et al*, *Chairman Xi Remakes the PLA: Assessing Chinese Military Reforms*. Washington: National Defense University Press, pp. 125-170.
- Fairbank, John King, ed., 1968. *The Chinese World Order: traditional China's foreign relations*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- Farouk, Yasmine, 2023. Riyadh's Motivations Behind the Saudi-Iran Deal. *Carnegie Endowment for International Peace*, 30 de março. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/2023/03/30/riyadh-s-motivations-behind-saudi-iran-deal-pub-89421>
- Fonseca Jr., Gelson, 2010. *El interés y la regla. Multilateralismo y Naciones Unidas*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid.
- Fonseca, Carmen, 2022. *A Política Externa do Governo Lula*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Fortín, Carlos, Heine, Jorge e Ominami, Carlos, eds., 2021. *El no alineamiento activo y América Latina: una Doctrina para el Nuevo Siglo*. Santiago de Chile: Editorial Catalonia.
- Freedman, Lawrence e Karsh, Efraim, 1994. *The Gulf Conflict (1990-1991). Diplomacy and War in the New World Order*. Princeton: Princeton University Press.

- Freedman, Lawrence, 2000. Victims and Victors. Reflections on the Kosovo War. *Review of International Studies* 26: 335-358.
- Fukuyama, Francis, 2016. Exporting the Chinese Model. *Project Syndicate*, 12 de janeiro. Disponível em: <https://www.project-syndicate.org/magazine/china-one-belt-one-road-strategy-by-francis-fukuyama-2016-01?barrier=accesspaylog>
- Gabuev, Alexander, 2015. Eurasian Silk Road Union. Towards a Russia-China Consensus? *Diplomat*, 5 de junho. Disponível em: <https://carnegicendowment.org/2015/06/05/eurasian-silk-road-union-towards-russia-china-consensus-pub-60331>
- Gabuev, Alexander, 2023. What's Really Going on Between Russia and China. *Foreign Affairs*, 12 de abril.
- Gaspar, Carlos, 2022. O Conceito Estratégico de Madrid. *IDN Brief*, julho, Instituto da Defesa Nacional. Disponível em: https://www.idn.gov.pt/pt/publicacoes/idnbrief/Documents/2022/IDN%20brief%20julho_2022_2_TextoIntegral.pdf
- Gaspar, Carlos, 2022. *O Fim da Europa*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.
- Gaspar, Carlos, 2023. A China e a Guerra Russo-Ucraniana. *Nação e Defesa*, n.º 165, pp. 81-98.
- Gaspar, Carlos, 2023. A NATO de Biden. *IDN Brief*, janeiro, Instituto da Defesa Nacional. Disponível em: https://www.idn.gov.pt/pt/publicacoes/idnbrief/Documents/2023/IDN%20brief%20janeiro%202023_TextoIntegral.pdf
- Gehrke, Tobias e Ringhof, Julian, 2023. The Power of Control: How the EU can shape the new era of strategic export restrictions. *ECFR Policy Brief*, maio, European Council on Foreign Relations (ECFR). Disponível em: <https://www.pubaffairsbruxelles.eu/opinion-analysis/the-power-of-control-how-the-eu-can-shape-the-new-era-of-strategic-export-restrictions/>
- Gingeras, Ryan, 2020. Blue Homeland. The Heated Politics Behind Turkey's New Maritime Strategy. *War on the Rocks*, 2 de junho.
- Glaser, Bonnie S., 2021. US-China Relations. Continuity Prevails in Biden's First 100 Days. *Comparative Connections* 23(1): 29-42.
- Glaser, Bonnie S., 2022. US-China Relations Sink Further Amid Another Taiwan Strait Crisis. *Comparative Connections* 24(2): 29-42.
- Glaser, Bonnie S., 2023. The Bali Summit: US and PRC Leaders Attempt to Arrest the Slide. *Comparative Connections* 24(3): 29-40.
- Godement, François, 2023. Chine: endiguement ou engagement, le dilemme occidental. *Institut Montaigne*, 5 de maio. Disponível em: <https://www.institutmontaigne.org/expressions/chine-endiguement-ou-engagement-le-dilemme-occidental>
- Godement, François, 2023. Macron et la Chine. Les périls du “en même temps”. *Institut Montaigne*, 12 de abril. Disponível em: <https://www.institutmontaigne.org/expressions/macron-et-la-chine-les-perils-du-en-meme-temps>
- Golkar, Saedi e Aarabi, Kasra, 2023. The Real Motivation Behind Iran's Deal with Saudi Arabia. *Foreign Policy*, 6 de abril.
- Gomart, Thomas, 2023. *Les ambitions inavouées: Ce que préparent les grandes puissances*. Paris: Tallandier.
- Gorenburg, Dmitry, Schwartz, Paul, Waidelich, Brian e Wishnick, Elizabeth, 2023. *Russian-Chinese Military Cooperation. An Increasingly Unequal Partnership*, March. Center for Naval Analysis Research Memorandum. Disponível em: <https://www.cna.org/reports/2023/05/Russian-Chinese-Military-Cooperation.pdf>

- Green, Michael J. e Szechenyi, Nicholas, 2014. *Power and Order in Asia: A Survey of Regional Expectations*. Center for Strategic and International Studies (CSIS).
- Green, Michael J., 2022. *Line of Advantage: Japan's Grand Strategy in the Era of Shinzo Abe*. New York: Columbia University Press.
- Grey, Edward, 1925. *Twenty-Five Years 1892-1916*. New York: Stokes.
- Grigoriadis, Ioannis N., 2010. The Davutoglu Doctrine and Turkish Foreign Policy. *Working Paper* No. 8, April, Hellenic Foundation for European and Foreign Policy (ELIAMEP). Disponível em: https://www.eliamep.gr/wp-content/uploads/2010/05/%ce%9a%ce%95%ce%99%ce%9c%ce%95%ce%9d%ce%9f-%ce%95%ce%a1%ce%93%ce%91%ce%a3%ce%99%ce%91%ce%a3-8_2010_IoGrigoriadis1.pdf
- Grygiel, Jakub J., 2021. The Limits of Sea Power. *Naval War College Review* 74(4), article 8, U. S. Naval War College.
- Gungwu, Wang, 2013. *Renewal: The Chinese State and the New Global History*. Hong Kong: Chinese University of Hong Kong Press Press.
- Gungwu, Wang, 2019. On Tianxia. *The China Story*, 15 de abril.
- Gurdeniz, Cem, 2020. What is the Blue Homeland in the 21st Century? *United World*, 31 de julho.
- Hall, Ian, 2019. *Modi and the Reinvention of Indian Foreign Policy*. Bristol: Bristol University Press.
- Hassner, Pierre e Andréani, Gilles, dir., 2013. *Justifier la guerre? De l'humanitaire au contre-terrorisme*. Paris: Presses de Sciences Po.
- Haushofer, Karl, 1986. *De la géopolitique*. Paris: Fayard.
- Heiduk, Felix e Wacker, Gudrun, 2020. From Asia-Pacific to Indo-Pacific: Significance, Implementation and Challenges. *SWP Research Paper* 9, July. German Institute for International and Security Affairs.
- Heisbourg, François, 2022. Security for the long-term – Strategic prudence dictates a change in course for Finland. *Elinkinoelämän Valtuuskunta (EVA)*, 20 de abril. Disponível em: <https://www.eva.fi/en/blog/2022/04/20/security-for-the-long-term/>
- Heisbourg, François, 2023. How to End a War. Some Historical Lessons for Ukraine. *Survival* 65(4): 1-18.
- Heisbourg, François, 2023. *Les leçons d'une guerre*. Paris: Odile Jacob.
- Hetou, Ghaidaa, 2019. Saudi Arabia, in Thierry Balzacq, Peter Dombrowski, Simon Reich, eds., *Comparative Grand Strategy: A Framework and Cases*. Oxford University Press, pp. 239-261.
- Hiro, Dilip, 2020. *Cold War in the Islamic World. Saudi Arabia, Iran and the Struggle for Supremacy*. Londres: Hurst & Co.
- Hirst, Monica e Tokatlian, Juan Gabriel. La vuelta de Lula y la política exterior brasilena. *Nueva Sociedad*, dezembro.
- Hitchcock, William I., Leffler, Melvyn P. e Legro, Jeffery W., eds., 2016. *Shaper Nations: Strategies for a Changing World*. Cambridge: Harvard University Press.
- Hosoya, Yuichi, 2019. FOIP 2.0. The Evolution of Japan's Free and Open Indo-Pacific Strategy. *Asia-Pacific Review* 26(1): 18-28.
- Ian, Chong Ja, 2023. The Many 'One-Chinas': Multiple Approaches to Taiwan and China. *Carnegie Endowment for International Peace*, 9 de fevereiro. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/2023/02/09/many-one-chinas-multiple-approaches-to-taiwan-and-china-pub-89003>
- Ikenberry, G. John, 2004. Liberalism and Empire: Logics of Order in the American Unipolar Age. *Review of International Studies* 30(4): 609-630.

- Ikenberry, G. John, 2018. The end of the international liberal order? *International Affairs* 94(1): 7-23.
- Ikenberry, G. John, 2023. *Three Worlds, One Global Order*. Ms.
- Indyk, Martin, Lieberthal, Kenneth e O'Hanlon, Michael, 2012. *Bending History: Barack Obama's Foreign Policy*. New York: Brookings Institution Press.
- Iswolsky, Alexander, 1937. *Au Service de la Russie. Correspondance diplomatique 1906-1911*. Paris: Editions Internationales.
- Jabbour, Jana, 2020. La Turquie, une puissance émergente qui n'a pas les moyens de ses ambitions. *Politique Etrangère*, 4: 99-108.
- Jain, Ash e Kroenig, Mathew, 2021. *From the G7 to a D-10: Strengthening Democratic Cooperation for Today's Challenges*. Atlantic Council. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/wp-content/uploads/2021/06/From-the-G7-to-a-D10-Strengthening-Democratic-Cooperation-for-Todays-Challenges.pdf>
- Jaishankar, Dhruva, 2019. *Acting East: India in the Indo-Pacific*, outubro. Brookings Institution India Center.
- Jaishankar, S., 2020. *The India Way: Strategies for an Uncertain World*. New York: HarperCollins.
- Jisi, Wang, 2012. "Marching Westwards": *The Rebalancing of China's Geostrategy*. Center for International and Strategic Studies Report, 7 de outubro.
- Jose Antonio Sanahuja (2022). Guerras del interregno: La invasión rusa de Ucrania y el cambio de época europeo y global, in Manuela Mesa, coord., *Cambio de época y coyuntura crítica en la sociedad global: Anuario 2021-2022*. Madrid: CEIPAZ, pp. 41-71.
- Kaczmarek, Martin e Rodkiewicz, Witold, 2016. Russia's Greater Eurasia and China's New Silk Road: adaptation instead of competition. *OSW Commentary* 219, 21 de julho. Centre for Eastern Studies. Disponível em: https://www.osw.waw.pl/sites/default/files/commentary_219.pdf
- Kaddorah, Emad, 2022. *Türkiye and the Debate on Neutrality in the Ukraine War. Research Paper*, outubro. Arab Center for Research and Policy Studies.
- Kapstein, Ethan B. e Mastanduno, Michael, eds., 1999. *Unipolar Politics. Realism and State Strategies After the Cold War*. New York: Columbia University Press.
- Karaganov, Sergei e Bordachev, Timofei, eds., 2015. *Toward the Great Ocean – 3: Creating Central Asia. The Silk Road Economic Belt and the priorities of the Eurasian states' joint development*. Valdai Discussion Club Analytical Report, abridged version. Moscovo: Valdai Discussion Club. Disponível em: <https://valdaiclub.com/files/17658/>
- Karaganov, Sergei e Bordachev, Timofei, eds., 2017. *Report: Toward the Great Ocean – 5: From the Turn To The East To Greater Eurasia*. Valdai Discussion Club Report, setembro. Moscovo: Valdai Discussion Club. Disponível em: <https://valdaiclub.com/files/15300/>
- Karaganov, Sergei e Bordachev, Timofei, eds., 2018. *Report: Toward the Great Ocean – 6: People, History, Ideology, Education. Rediscovering the Identity*. Valdai Discussion Club Report, setembro. Moscovo: Valdai Discussion Club. Disponível em: <https://valdaiclub.com/files/19357/>
- Karaganov, Sergei, ed., 2012. *Report: Toward the Great Ocean, or the New Globalization of Russia*. Valdai Discussion Club Analytical Report, julho. Moscovo: Valdai Discussion Club. Disponível em: <https://valdaiclub.com/files/11443/>
- Karaganov, Sergei, ed., 2012. *Toward the Great Ocean – 2, or Russia's Breakthrough to Asia*. Valdai Discussion Club Report. Moscovo: Valdai Discussion Club. Disponível em: <https://valdaiclub.com/files/11454/>

- Kennan, George, 1984. *The Fateful Alliance. France, Russia, and the Coming of the First World War*. New York: Pantheon Books.
- Kissinger, Henry, 2012. *On China*. New York: Penguin Books.
- Knorr, Klaus, ed., 1962. *Historical Dimensions of National Security Problems*. Lawrence: University Press of Kansas.
- Koga, Kei, 2020. Japan's Indo-Pacific Question: Countering China or Shaping a New Regional Order? *International Affairs* 96(1): 49-73.
- Korinman, Michel, 1990. *Quand l'Allemagne pensait le monde: Grandeur et décadence d'une géopolitique*. Paris: Fayard.
- Kortunov, Andrei, 2017. *SCO: The Cornerstone Rejected by the Builder of a New Eurasia?* Moscow: Russian Institute of International Affairs.
- Krastev, Ivan e Leonard, Mark, 2022. Peace versus Justice. The Coming European Split Over the War in Ukraine. *Policy Brief*, 15 de junho, European Council on Foreign Relations (ECFR).
- Krepinevich Jr., Andrew F., 2015. *Archipelagic Defense: The Japan-U.S. Alliance and Preserving Peace and Stability in the Western Pacific*. Sasakawa Peace Foundation.
- Kuznetsova, Ekaterina e Inozemtsev, Vladimir, 2013. Russia's Pacific Destiny. *The American Interest*, 10 de outubro. Disponível em: <https://www.the-american-interest.com/2013/10/10/russias-pacific-destiny/>
- Lafer, Celso, 2009. *A Identidade Nacional do Brasil e a Política Externa Brasileira*. São Paulo: Perspectivas.
- Laksmana, Evan A., 2017. Pragmatic Equidistance. How Indonesia Manages its Great Power Relations, in David Denoon, ed., *China, The United States, and the Future of Southeast Asia*. New York: New York University Press, pp. 113-135.
- Laruelle, Marlene, 2006. Aleksandr Dugin: A Russian Version of the European Radical Right? *Occasional Paper* 294. Woodrow Wilson International Center for Scholars, The Kennan Institute.
- Laruelle, Marlene, 2015. "The Russian World". Russia's Soft Power and Geopolitical Imagination. *Center on Global Interests Papers*, maio. Center on Global Interests.
- Lasserre, Isabelle, 2023. Au sommet de l'OTAN, Erdogan donne des gages aux Occidentaux et inflige un revers à Poutine. *Le Figaro*, 11 de julho.
- Lasserre, Isabelle, 2023. *Macron-Poutine: les liaisons dangereuses*. Paris: l'Observatoire.
- Lattimore, Owen, 1943. The Fight for Democracy in Asia. *Foreign Affairs* 20: 694-704.
- Lattimore, Owen, 1949. *The Situation in Asia*. New York: Little, Brown & Company.
- Legarda, Helena, 2022. The Next Hong Kong: Beijing's Vision for Taiwan. *MERICs China Security and Risks Tracker*, No. 7, agosto.
- Levin, Paul, 2023. The Turkish Veto: Why Erdogan is Blocking Finland and Sweden's Path to NATO. *Foreign Policy Research Institute*, 8 de março. Disponível em: <https://www.fpri.org/article/2023/03/the-turkish-veto-why-erdogan-is-blocking-finland-and-swedens-path-to-nato/>
- Liff, Adam P. e Lin, Dalton, 2022. The "One China" Framework at 50 (1972-2022): The Myth of Consensus and Its Evolving Policy Significance. *China Quarterly*, 252: 977-1000.
- Liik, Kadri, ed., 2014. *Russia's "Pivot" to Eurasia*. European Council on Foreign Relations (ECFR).
- Lin, Bonny e Blanchette, Jude, 2022. China on the Offensive. How the Ukraine War Has Changed Beijing's Strategy. *Foreign Affairs*, 1 de agosto.

- Lippert, Barbara e Perthes, Volker, eds., 2020. Strategic Rivalry between the United States and China: Causes, Trajectories, and Implications for Europe. *SWP Research Paper* 4, April. Stiftung Wissenschaft und Politik (SWP).
- Lo, Bobo e Hill, Fiona, 2013. Putin's Pivot. Why Russia is Looking to the East. *Foreign Affairs*, 31 de julho.
- Lo, Bobo, 2019. Greater Eurasia: The Emperor's New Clothes or an Idea whose Time Has Come? *Russie. NEI. Reports*, no. 27, July. Paris: Institut Français des Relations Internationales (IFRI).
- Lukin, Alexander, 2021. Sino-Russian Rapprochement and Greater Eurasia. From Geopolitical Pole to International Society? *Journal of Eurasian Studies*, 12(1): 28-45.
- Luttwak, Edward N., 2012. *The Rise of China vs. the Logic of Strategy*. New York: Belknap Press.
- Lyon, Peter, 1960. Neutrality and the Emergence of the Concept of Neutralism. *Review of Politics* 22(2): 255-268.
- Lyon, Peter, 1963. *Neutralism*. Leicester: Leicester University Press.
- Mackinder, Halford J., 1904. The Geographic Pivot of History. *The Geographical Journal* 23(4): 421-437.
- Mackinder, Halford J., 1919. *Democratic Ideals and Reality*. Londres: Henry Holt and Company.
- Mackinder, Halford J., 1943. The Round World and the Winning of the Peace. *Foreign Affairs* 21(4): 595-605.
- Mahan, Alfred T., 1917. *The Interest of America in Sea Power: Present and Future*. New York: Little, Brown and Company.
- Mankoff, Jeffrey, 2015. Russia's Asia Pivot: Confrontation or Cooperation? *Center for Strategic and International Studies (CSIS)*, 2 de fevereiro. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/russia-asia-pivot-confrontation-or-cooperation>
- Mankoff, Jeffrey, 2022. *Empires of Eurasia: How Imperial Legacies Shape International Security*. New Haven: Yale University Press.
- Mantong, Andrew W. e Kembara, Gilang, 2023. *Indonesia's G20 Presidency and the War in Ukraine*. *JOINT Brief*, No. 20, September, CIDOB.
- Markey, Daniel, 2020. *China's Western Horizon. Beijing and the New Geopolitics of Eurasia*. Oxford: Oxford University Press.
- Mastro, Oriana Skylar, 2021. The Taiwan Temptation: Why Beijing Might Resort to Force. *Foreign Affairs*, 3 de junho.
- Mastro, Oriana Skylar, 2022. China's huge exercises around Taiwan were a rehearsal, not a signal. *The Economist*, 10 de agosto.
- McCranie, Kevin D., 2021. *Mahan, Corbett, and the Foundations of Naval Strategic Thought*. Annapolis: Naval Institute Press.
- Mearsheimer, John J., 2018. *The Great Delusion: Liberal Dreams and International Realities*. New Haven: Yale University Press.
- Mearsheimer, John J., 2019. Bound to Fail: The Rise and Fall of the International Liberal Order. *International Security* 43(4): 7-50.
- Medcalf, Rory, 2013. The Indo-Pacific. What's in a Name? *The American Interest*, 10 de outubro.
- Medcalf, Rory, 2020. *Indo-Pacific Empire. China, America, and the Contest for the World's Pivotal Region*. Manchester: Manchester University Press.

- Menon, Shivshankar, 2021. *India and Asian Geopolitics: The Past, Present*. New York: Brookings Institution Press.
- Mezran, Karim e Varvelli, Arturo, eds., 2019. *The MENA Region: A Great Power Competition*. ISPI/ Atlantic Council.
- Mohan, C. Raja e Singh, Hernaikh, eds., 2023. *Coping with China-India Rivalry: South Asian Dilemmas*. Singapore: World Scientific Publishing.
- Mohan, C. Raja, 2015. *Modi's World. Extending India's Sphere of Influence*. New York: HarperCollins.
- Mohan, C. Raja, 2020. India and Shinzo Abe's Strategic Legacy. *ISAS Brief*, No. 810, 15 September, Institute of South Asian Studies (ISAS).
- Mohan, C. Raja, Tellis, Ashley J. e Debroy, Bibek, eds., 2023. *Grasping Greatness: Making India a Leading Power*. New York: Penguin.
- Monteiro, Nuno P., 2010. Unrest Assured: Why Unipolarity Is Not Peaceful. *International Security* 36(3): 5-40.
- Monteiro, Nuno P., 2014. *The Theory of Unipolar Politics*. New York: Cambridge University Press.
- Nicolson, Harold, 1930. *Sir Artur Nicolson, First Lord Carnock: A Study in the Old Diplomacy*. Londres: Constable & Co.
- O'Donnell, Frank e Papa, Mihaela, 2021. India's multi-alignment management and the Russia-India-China (RIC) triangle. *International Affairs* 97(3): 801-822.
- O'Neill, Jim, 2001. Building Better Global Economic BRICs. *Global Economic Paper* No. 66, 30 de novembro, Goldman Sachs. Disponível em: <https://www.goldmansachs.com/intelligence/archive/archive-pdfs/build-better-brics.pdf>
- Oertel, Janka e Small, Andrew, 2023. Bad cop in Brussels: How the European Commission is driving the China narrative – again. *ECFR Interview*, 30 de março, European Council on Foreign Relations (ECFR). Disponível em: <https://ecfr.eu/article/bad-cop-in-brussels-how-the-european-commission-is-driving-the-china-narrative-again/>
- Ozkan, Behlül, 2014. Turkey, Davutoglu, and the Idea of Pan-Islamism. *Survival*, 56(4): 119-140, 23 de julho.
- Page, Mercedes, 2022. Unpacking China's Global Development Initiative. *The Interpreter*, 1 de agosto, Lowy Institute. Disponível em: <https://www.lowyinstitute.org/the-interpreter/unpacking-china-s-global-development-initiative>
- Parulekar, Dattesh, 2020. Brazil in the QUAD Plus: Incongruous or Extended Drawbridge of the Indo-Pacific? *The Journal of Indo-Pacific Affairs* 3(5): 196-209.
- Patrick, Stewart, 2023. Cutting the Gordian Knot: Global Perspectives on UN Security Council Reform, in Stewart Patrick, ed., *UN Security Council Reform: What the World Thinks*. Washington: Carnegie Endowment for International Peace, pp. 1-9. Disponível em: https://carnegieendowment.org/files/Patrick_et_al_UNSC_Reform_v2_1.pdf
- Paulson, Henry, 2010. *On the Brink: Inside the Race to Stop the Collapse of the Global Financial System*. New York: Business Plus.
- Pillsbury, Michael, 2015. *The Hundred-Year Marathon: China's Secret Strategy to Replace America as the Global Superpower*. New York: Henry Holt & Company.
- Pinheiro, Letícia, 2004. *Política Externa Brasileira*. São Paulo: Zahar.
- Plokhly, Serhii, 2017. *The Gates of Europe: A History of Ukraine*. New York: Basic Books.

- Plokhly, Serhii, 2023. *The Russo-Ukrainian War*. New York: Penguin.
- Rato, Vasco, 2023. *Tsunami: Trump, Trumpismo e a Europa*. Lisboa: Actual Editora.
- Ricúpero, Rubens, 2010. *Diário de Bordo: A viagem Presidencial de Tancredo*. São Paulo: Imprensa Oficial.
- Ringhof, Julian e Torreblanca, José Ignacio, 2022. The Geopolitics of Technology: How the EU Can Become a Global Player. *ECFR Policy Brief*, 17 de maio, European Council on Foreign Relations (ECFR). Disponível em: <https://ecfr.eu/publication/the-geopolitics-of-technology-how-the-eu-can-become-a-global-player/>
- Roberts, Adam, 1999. NATO's 'Humanitarian War' Over Kosovo. *Survival*, 41(3): 102-123.
- Rolland, Nadège, 2017. China's Eurasian Century? Political and Strategic Implications of the Belt and Road Initiative. *National Bureau of Asian Research*, maio. Disponível em: <https://www.nbr.org/publication/chinas-eurasian-century-political-and-strategic-implications-of-the-belt-and-road-initiative/>
- Rolland, Nadège, 2020. China's Vision for a New World Order. *NBR Special Report 83*, janeiro, The National Bureau of Asian Research. Disponível em: https://www.nbr.org/wp-content/uploads/pdfs/publications/sr83_chinasvision_jan2020.pdf
- Rosenboim, Or, 2014. Geopolitics and Global Democracy in Owen Lattimore's Political Thought. *International History Review* 36(4): 745-766.
- Saikal, Amin, 2019. *Iran Rising. The Survival and Future of the Islamic Republic*. Princeton: Princeton University Press.
- Santos, Pedro, Li, Yichao e Alves, José, 2023. The New Face of Multilateralism: The Case of "Chinese" Forums, in Francisco Leandro, Paulo Duarte, Enrique Galán, eds., *The Palgrave Handbook of Globalization with Chinese Characteristics*. Singapura: Palgrave Macmillan, pp. 253-270.
- Saraiva, Miriam Gomes e Silva, Álvaro Vicente Costa e, 2019. Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro. *Relações Internacionais* 64: 117-137.
- Saraiva, Miriam Gomes, 2010. *A diplomacia brasileira e as visões sobre a inserção externa do Brasil*. Real Instituto Elcano, março.
- Saunders, Philip C., Ding, Arthur S., Scobell, Andrew, Yang, Andrew N. D. e Wuthnow, Joel, 2019. *Chairman Xi Remakes the PLA. Assessing Chinese Military Reforms*. Washington: National Defense University Press.
- Sauvy, Alfred, 1952. Trois mondes, une planète. *L'Observateur*, 14 de agosto de 1952.
- Schake, Kori e Schwartz, Allison, eds., 2023. *Defending Taiwan: Essays on Deterrence, Alliances, and War*. American Enterprise Institute.
- Scholz, Olaf, 2022. The Global Zeitenwende: How to Avoid a New Cold War in a Multipolar Era. *Foreign Affairs*, 5 de dezembro.
- Schroeder, Paul W., 1962. Alliances 1815-1945: Weapons of power and tools of management, in Klaus Knorr, ed., *Historical Dimensions of National Security Problems*. Lawrence, KS: Allen, pp. 227-262.
- Schultze, Martin e Voelsen, Daniel, 2020. Digital spheres of influence, in Barbara Lippert e Volker Perthes, eds., *Strategic Rivalry between United States and China: Causes, Trajectories, and Implications for Europe*. SWP Research Paper 4, abril. Berlim: German Institute for International and Security Affairs, pp. 30-34.
- Schweller, Randall L., 1993. Tripolarity and the Second World War. *International Studies Quarterly* 37(1): 73-103.

- Schweller, Randall L., 1994. Bandwagoning for Profit: Bringing the Revisionist State Back In. *International Security* 19(1): 72-107.
- Schweller, Randall L., 1998. *Deadly Imbalances: Tripolarity and Hitler's Strategy of World Conquest*. New York: Columbia University Press.
- Secieru, Stanislav, Saari, Sinikukka e Bechev, Dimitar, 2021. *Fire and Ice. The Russian Turkish Partnership*. Chaillot Paper 168, June. EU Institute for Security Studies.
- Shekhovstov, Anton, 2008. The Palingenetic Thrust of Russian Neo-Eurasianism: Ideas of Rebirth in Aleksandr Dugin's Worldview. *Totalitarian Movements and Political Religions* 9(4): 491-506.
- Shirk, Susan L., 2021. *Overreach: How China Derailed Its Peaceful Rise*. New York: Oxford University Press.
- Smith, Jeff F., 2018. Unpacking the Free and Open Indo-Pacific. *War on the Rocks*, 14 de março.
- Spektor, Matias, 2023. In Defence of Fence Sitters. What the West Gets Wrong About Hedging. *Foreign Affairs*, 18 de abril.
- Sprout, Margaret, 1943. Mahan: Evangelist of Sea Power, in Edward Mead Earle, ed., *Makers of Modern Strategy: Military Thought from Machiavelli to Hitler*. Princeton: Princeton University Press, pp. 415-445.
- Spykman, Nicholas J., 1942. *America's Strategy in World Politics*. New York: Harcourt, Brace, and Company.
- Spykman, Nicholas J., 1944. *The Geography of the Peace*. Yale Institute of International Studies, Yale University.
- Stelzenmuller, Constanze, 2016. Germany: Between Power and Responsibility, in Hitchcock, William I., Leffler, Melvyn P. e Legro, Jeffery W., eds., *Shaper Nations: Strategies for a Changing World*, Harvard University Press.
- Stelzenmuller, Constanze, 2023. The return of the enemy: Putin's war on Ukraine and a cognitive blockade in Western security policy. *Brookings Institution*, agosto. Disponível em: <https://www.brookings.edu/articles/the-return-of-the-enemy/>
- Stent, Angela, 2019. *Putin's World. Russia Against the West and with the Rest*. New York: Twelve.
- Stuenkel, Oliver, 2022. The War in the Ukraine and the Emergence of a Post-Western World: A View from Brazil. *Institut Montaigne*, 29 de setembro. Disponível em: <https://www.institutmontaigne.org/en/expressions/war-ukraine-and-emergence-post-western-world-view-brazil>
- Stuenkel, Oliver, 2023. BRICS Faces a Reckoning: Enlargement would be a sign not of the group's strength, but of China's growing influence. *Foreign Policy*, 23 de junho.
- Sun, Yun, 2013. March West. China's Response to U.S. Rebalancing. *Brookings Institution*, 31 de janeiro. Disponível em: <https://www.brookings.edu/articles/march-west-chinas-response-to-the-u-s-rebalancing/>
- Sutter, Robert G., Brown, Michael E. e Adamson, Timothy J. A., 2013. *Balancing Acts: the US Rebalance and Pacific Stability*. Elliott School of International Affairs.
- Tellis, Ashley J., 2022. "What's In Our Interest?" India and the Ukraine War, 25 de abril. Carnegie Endowment for International Peace.
- Tellis, Ashley J., 2023. America's Bad Bet on India. New Delhi Won't Side with Washington Against Beijing. *Foreign Affairs*, 1 de maio.
- Thompson, Helen, 2022. *Disorder: Hard Times in the 21st Century*. Oxford: Oxford University Press, pp. 57-59.

- Thompson, Helen, 2022. Europe's Unsolved Energy Puzzle: How the Quest for Resources Has Shaped the Continent. *Foreign Affairs*, 27 de setembro.
- Tiezzi, Shannon, 2022. How Did Asian Countries Vote on the UN Ukraine Resolution? *The Diplomat*, 3 de março.
- Tingyang, Zhao, 2009. A Political World Philosophy in terms of All-under-heaven (Tian-xia). *Diogenes* 56(1): 5-18.
- Tingyang, Zhao, 2021. *All Under Heaven: The Tianxia System for a Possible World Order*. Los Angeles: University of California Press.
- Tol, Gonul e Taspinar, Omer, 2019. Turkey's Russian Roulette, in Karim Mezran e Arturo Varvelli, eds., *The MENA Region: A Great Power Competition*, ISPI/Atlantic Council, pp. 107-126.
- Troitskiy, Mikhail, 2014. The Sino-Russian Pivot and American Power. *Pin-Points* 40. MGIMO. Disponível em: <https://mgimo.ru/upload/iblock/5ec/5ec4eaba955144ffb3ea31dff1d12e87.pdf>
- Tsygankov, Andrei, 2012. *Russia and the West*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Tunsjo, Oystein, 2018. *The Return of Bipolarity to World Politics. China, the United States, and Geostuctural Realism*. New York: Columbia University Press.
- Ulrichsen, Kristian Coates, Finley, Mark e Krane, Jim, 2022. The OPEC+ Phenomenon of Saudi-Russia Cooperation and Implications for US-Saudi Relations. *Baker Institute for Public Policy*, 18 de outubro. Disponível em: <https://www.bakerinstitute.org/research/opec-phenomenon-saudi-russian-cooperation-and-implications-us-saudi-relations>
- Walt, Stephen M., 1987. *The Origins of Alliances*. Ithaca: Cornell University Press.
- Waltz, Kenneth, 1964. The Stability of a Bipolar World. *Daedalus* 93(3): 881-909.
- Waltz, Kenneth, 1993. The Emerging Structure of International Politics. *International Security* 18(2): 44-70.
- Waltz, Kenneth, 2000. Structural Realism After the Cold War. *International Security* 25(1): 5-41.
- Walzer, Michael, 1999. Kosovo. *Dissent*: 5-7.
- Weber, Gesine, 2023. How to Save French Credibility from Macron. *War on the Rocks*, 16 de maio.
- Weber, Valentin, 2020. Making Sense of Technological Spheres of Influence. *LSE Ideas Strategic Update*, abril. London School of Economics and Political Science. Disponível em: <https://www.lse.ac.uk/ideas/Assets/Documents/updates/LSE-IDEAS-Technological-Spheres-of-Influence.pdf>
- Weijiang, Feng, 2022. The Theoretical Foundation of the Global Security Initiative – The Holistic View of National Security. *CSIS Interpret: China*, June 16. Disponível em: <https://interpret.csis.org/translations/the-theoretical-foundation-of-the-global-security-initiative-the-holistic-view-of-national-security/>
- Wertheim, Stephen, 2022. The Troubling Repercussions of Biden's Taiwan Gaffes. *Carnegie Endowment for International Peace*, 24 de maio. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/2022/05/24/troubling-repercussions-of-biden-s-taiwan-gaffes-pub-87196>
- Wirth, Christian, 2023. Solidifying sovereign power in liquid space. The making and breaking of 'island chains' and 'walls' at sea. *Political Geography*, Vol. 103, 14 de abril.
- Wolfers, Arnold, et al., 1961. *Neutrualism*. Washington: Center of Foreign Policy Research.
- Wuthnow, Joel, Grossman, Derek, Saunders, Phillip C., Scobell, Andrew e Yang, Andrew N. D., eds., 2022. *Crossing the Strait: China's Military Prepares for War with Taiwan*. Washington: National Defense University Press.

- Xiang, Gao, 2023. Unveiling the Laws of the Rise and Fall of Civilizations and Mapping the Path of Civilizational Development – The Theoretical Implications and Practical Value of the Global Civilization Initiative. *CSIS Interpret: China*, April 18, Center for Strategic and International Studies (CSIS). Disponível em: <https://interpret.csis.org/translations/unveiling-the-laws-of-the-rise-and-fall-of-civilizations-and-mapping-the-path-of-civilizational-development-the-theoretical-implications-and-practical-value-of-the-global-civilization-initiat/>
- Xiaotong, Zhang e Belgibayev, Marlen, 2014. China's Eurasian Pivot. *The Asian Forum*, 1 de dezembro. Disponível em: <https://theasianforum.org/chinas-eurasian-pivot/>
- Xuetong, Yan, 2014. From Keeping a Low Profile to Striving for Achievement. *The Chinese Journal of International Politics* 7(2): 153-184.
- Xuetong, Yan, 2019. *Leadership and the Rise of Great Powers*. Princeton: Princeton University Press.
- Xuetong, Yan, 2020. Bipolar Rivalry in the Early Digital Age. *The Chinese Journal of International Politics* 13(3): 313-341.
- Yazhou, Liu, 2010. On Advance Toward the West. *University of Notre Dame*, 8 de agosto. Disponível em: <https://www3.nd.edu/~pmoody/Text%20Pages%20-%20Peter%20Moody%20Webpage/AdvanceTowardWest.pdf>
- Yergin, Daniel, 2008. *The Prize. The Epic Quest for Money, Oil & Power*. New York: Free Press.
- Yuan, Jingdong, 2022. Forging a New Security Order in Eurasia: China, the SCO, and the Impacts on Regional Governance. *Chinese Political Science Review*, 8: 422-439.
- Zajec, Olivier, 2016. *Nicholas John Spykeman. L'invention de la géopolitique américaine*. Paris: Presses Universitaires Paris-Sorbonne.

Índice de IDN Cadernos Publicados

III SÉRIE

2023	51	IV Seminar of the Atlantic Centre
	50	IV Seminário de Defesa Nacional
2022	49	VII Seminário IDN Jovem
	48	<i>Zeitenwende</i> : a Alemanha, a NATO e a Segurança Europeia no Contexto da Guerra na Ucrânia
	47	VI Seminário IDN Jovem
	46	III Seminário de Defesa Nacional
	45	III Seminário do Centro do Atlântico
2021	44	Documentos Estratégicos de Segurança e Defesa
	43	II Seminário de Defesa Nacional
	42	Tattered Alliance: Donald Trump and Europe
	41	Cyber Defence in the 5+5 Area: Prospects for Cooperation
	40	Atlantic Centre
2020	39	Dragon Rejuvenated: Making China Greatest Again
	38	Atlantic Centre for Defence Capacity Building
	37	Prospects for Euro-Atlantic Cooperation
	36	V Seminário IDN Jovem
	35	A Antártida no Espaço Geopolítico do Atlântico Sul
2019	34	Despojos de Guerra: As Consequências e Sequelas da Primeira Guerra Mundial
	33	IV Seminário IDN Jovem
	32	Seminário de Defesa Nacional
2018	31	A Democracia na Europa: Alemanha, França, Reino Unido e Espanha Face às Crises Contemporâneas
	30	III Seminário IDN Jovem
	29	Cibersegurança e Políticas Públicas: Análise Comparada dos Casos Chileno e Português
	28	Contributos para uma Estratégia Nacional de Ciberdefesa

	27	Economia da Defesa Nacional
	26	Novo Século, Novas Guerras Assimétricas? Origem, Dinâmica e Resposta a Conflitos não-Convencionais
2017	25	II Seminário IDN Jovem
	24	Geopolitics of Energy and Energy Security
	23	I Seminário IDN Jovem
	22	Entering the First World War
2016	21	Os Parlamentos Nacionais como Atores Dessecuritizadores do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça da União Europeia: O Caso da Proteção de Dados
	20	América do Sul: uma Visão Geopolítica
2015	19	A Centralidade do Atlântico: Portugal e o Futuro da Ordem Internacional
	18	Uma Pequena Potência é uma Potência? O Papel e a Resiliência das Pequenas e Médias Potências na Grande Guerra de 1914-1918
	17	As Ásias, a Europa e os Atlânticos sob o Signo da Energia: Horizonte 2030
	16	O Referencial Energético de Gás Natural Euro-Russo e a Anunciada Revolução do <i>Shale Gas</i>
2014	15	A Diplomacia Militar da China: Tipologia, Objetivos e Desafios
	14	Geopolítica e Geoestratégia da Federação Russa: a Força da Vontade, a Arte do Possível
	13	Memória do IDN
2013	12	Estratégia da Informação e Segurança no Ciberespaço
	11	Gender Violence in Armed Conflicts
	10	As Revoltas Árabes e a Democracia no Mundo
	9	Uma Estratégia Global para Portugal numa Europa em Crise
2012	8	Contributo para uma “Estratégia Abrangente” de Gestão de Crises
	7	Os Livros Brancos da Defesa da República Popular da China, 1998-2010: Uma desconstrução do Discurso e das Perceções de (in)Segurança
2011	6	A Arquitetura de Segurança e Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
	5	O Futuro da Comunidade de Segurança Transatlântica
	4	Segurança Nacional e Estratégias Energéticas de Portugal e de Espanha
	3	As Relações Energéticas entre Portugal e a Nigéria: Riscos e Oportunidades
2010	2	Dinâmicas Migratórias e Riscos de Segurança em Portugal
	1	Acerca de “Terrorismo” e de “Terrorismos”

II SÉRIE

- | | | |
|-------|---|--|
| 2009 | 4 | O Poder Aéreo na Transformação da Defesa |
| | | O Programa de Investigação e Tecnologia em Veículos Aéreos Autónomos Não-Tripulados da Academia da Força Aérea |
| | 3 | Conhecer o Islão |
| <hr/> | | |
| 2008 | 2 | Cibersegurança
Segurança e Insegurança das Infra-Estruturas de Informação e Comunicação Organizacionais |
| | 1 | Conflito e Transformação da Defesa
A OTAN no Afeganistão e os Desafios de uma Organização Internacional na Contra-subversão |
| | | O Conflito na Geórgia |

I SÉRIE

- | | | |
|-------|---|--|
| 2007 | 5 | Conselho de Segurança das Nações Unidas Modelos de Reforma Institucional |
| | 4 | A Estratégia face aos Estudos para a Paz e aos Estudos de Segurança. Um Ensaio desde a Escola Estratégica Portuguesa |
| <hr/> | | |
| 2006 | 3 | Fronteiras Prescritivas da Aliança Atlântica Entre o Normativo e o Funcional |
| | 2 | Os Casos do Kosovo e do Iraque na Política Externa de Tony Blair |
| | 1 | O Crime Organizado Transnacional na Europa: Origens, Práticas e Consequências |

idn cadernos

AS CONSEQUÊNCIAS ESTRATÉGICAS DA GUERRA RUSSO-UCRANIANA
CARLOS GASPAR



idn Instituto
da Defesa Nacional

